



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO AUXÍLIO
PERMANÊNCIA PRESENCIAL NA VIDA DOS
DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO DO *CAMPUS*
SAMAMBAIA**

Luana Rodrigues de Lima Meneses

Orientadora

Professora Doutora Luisa Maria da Silva Delgado

Coorientadora

Professora Doutora Carolina Cássia Batista Santos

Abril de 2018

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO AUXÍLIO
PERANÊNCIA PRESENCIAL NA VIDA DOS
DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO DO *CAMPUS*
SAMAMBAIA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre
em Educação Social e Intervenção Comunitária.

Luana Rodrigues de Lima Meneses

Orientadora

Professora Doutora Luisa Maria da Silva Delgado

Coorientadora

Professora Doutora Carolina Cássia Batista Santos

Abril de 2018

*“A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examina o solo?*

*O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não havia neve sobre ele?*

*Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento,
Ninguém diz violentas
As margens que o cerceiam.”
Bertold Brecht*

Índice Geral

Índice de Quadros.....	vi
Índice de Figuras.....	vii
Lista de Siglas	viii
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Dedicatória.....	xi
Agradecimentos.....	xii
Introdução.....	01
Capítulo I: A realidade social brasileira: do capitalismo à extrema desigualdade social.....	05
1.1 Desigualdade Social no Brasil: breve histórico do Capitalismo e as origens da Desigualdade Social.....	05
1.2 Políticas Sociais no Brasil.....	08
1.3 O conceito de Vulnerabilidade Social.....	10
Capítulo II: A Educação como propulsora da Transformação Social.....	14
2.1 Abordagem Conceitual dos termos: Igualdade e Equidade.....	14
2.2 Educação e Reprodução Social segundo Pierre Bourdieu	17
2.3 Educação e Serviço Social: Olhares que se complementam	21
2.4 Educação Social e Pedagogia Social.....	23
Capítulo III: A Educação Profissional e as Políticas de Assistência Estudantil.....	27
3.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;	27
3.2 Histórico da Assistência Estudantil no Brasil;.....	30
3.3 Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;	34
3.3.1 - Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília.....	35
Capítulo IV – Metodologia	41
4.1 Delineamento da Pesquisa.....	41
4.2 Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	43
4.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	43
4.2.2 Pesquisa documental.....	43
4.2.3 Questionário	43
4.2.3.1 Aplicação do Questionário.....	44
4.2.3.2 Tratamento dos dados.....	45
Capítulo V – Análise dos Resultados.....	46
5.1 Caracterização da Instituição.....	46
5.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	47
5.3 Escolaridade dos estudantes e familiares.....	51
5.4 Situação Socioeconômica dos estudantes e familiares.....	54
5.5 Sobre os Programas da Assistência Estudantil oferecidos no <i>campus</i> Samambaia.....	59
5.6 Sobre o Auxílio Permanência Presencial no <i>campus</i> Samambaia.....	62
Considerações Finais.....	71
Referências Bibliográficas.....	76

Anexos.....	85
Anexo I - EDITAL Nº 11/CSAM/IFB, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.....	85
Anexo II - Avaliação do Programa Auxílio Permanência Presencial 2016.2 – <i>Campus Samambaia</i>	121
Anexo III – Convite para responder ao questionário.....	127

Índice de Quadros

Quadro 01 - CLASSES SOCIAIS NO BRASIL (divisão aproximada) – Baseada no Censo de 50.....	7
Quadro 02 - Quantidade de alunos atendidos nos Programas de Permanência no 2º semestre de 2016 no campus Samambaia.....	40
Quadro 03 – Cursos realizados pelos estudantes.....	47
Quadro 04 - Características dos estudantes pesquisados quanto ao gênero, faixa etária e etnia.....	48
Quadro 05- Local e zona de residência.....	49
Quadro 06 – Estado Civil e Quantidade de filhos do estudante.....	49
Quadro 07 – Transporte utilizado para ir ao campus Samambaia.....	50
Quadro 08 - Motivo da escolha do curso.....	51
Quadro 09 - Nível de Escolaridade do Pai, da Mãe e do companheiro(a) do estudante.....	52
Quadro 10 - Tipo de instituição em que estudou no Ensino Fundamental e Médio.....	53
Quadro 11 - Tempo sem estudar antes de ingressar no IFB e Motivos.....	53
Quadro 12 - Situação de Trabalho.....	54
Quadro 13 - Renda Bruta Familiar e Renda Bruta do Estudante.....	56
Quadro 14 - Quantidade de pessoas na residência e com quem o estudante mora.....	57
Quadro 15 – Recebimento de benefício social/Qual benefício recebe.....	58
Quadro 16 - Dentre os Programas de Permanência, além do Auxílio Permanência Presencial, o estudante recebe qual outro(s) auxílio(s)	61
Quadro 17 - Forma de utilização do dinheiro do auxílio permanência presencial.....	62
Quadro 18 - Nível de satisfação com o valor recebido e Nível de contribuição do auxílio para a permanência	63
Quadro 19 - Reflexo na trajetória acadêmica dos estudantes.....	64
Quadro 20- Forma de divulgação e linguagem do edital.....	65
Quadro 21 - Frequência do Pagamento e Recebimento em semestres anteriores	66
Quadro 22 - Observações livres	67

Índice de Figuras

Figura 1- O estudante possui alguma necessidade específica	50
Figura 2 - Motivo apresentado para justificar o fato de não estar trabalhando.....	55

Lista de Siglas

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BBC	British Broadcasting Corporation
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DF	Distrito Federal
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EAF's	Escolas Agrotécnicas Federais
ETF's	Escolas Técnicas Federais
FIC	Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFB	Instituto Federal de Brasília
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RMV	Renda Mensal Vitalícia
UEE	União Estadual dos Estudantes
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo

Esta dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Santarém, refere-se a uma pesquisa sobre o auxílio permanência presencial no Instituto Federal de Brasília - IFB *campus* Samambaia, que teve como objetivo analisar o impacto e o papel do auxílio permanência presencial na promoção da permanência dos discentes do IFB *campus* Samambaia em situação de vulnerabilidade social. Diante da desigualdade social brasileira, no âmbito educacional, evidenciou-se a necessidade da Assistência Estudantil, com vistas à democratização do ensino. No que se refere a Assistência Estudantil, dentre os Programas de Permanência do *campus* Samambaia, a pesquisadora optou por estudar o Auxílio Permanência Presencial, pois é o que tem a maior expressividade no *campus* em relação a quantidade de alunos atendidos. Esse auxílio dá apoio financeiro aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, para que o estudante tenha condições de arcar com as despesas de transporte, material didático, alimentação, dentre outras, conseguindo, assim, permanecer no curso. O auxílio permanência presencial faz parte de uma política pública que visa reduzir os efeitos da desigualdade e incluir cidadãos, atuando no âmbito da justiça social. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, realizado por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se como métodos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e questionários semiestruturados, aplicados aos estudantes que foram contemplados no 2º semestre de 2016 com o auxílio permanência presencial. Os resultados apontaram para a importância do auxílio permanência presencial na vida dos discentes em situação de vulnerabilidade social, pois promove a igualdade de oportunidades e torna o processo educacional mais justo e equânime. A assistência estudantil se tornou, portanto, um mecanismo para o cumprimento do direito social a educação com a finalidade de colaborar com a ruptura dos obstáculos e com a superação dos problemas que podem interferir no desempenho dos estudantes, colaborando assim com a permanência e o bom desempenho acadêmico.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Auxílio Permanência Presencial; Educação; Justiça Social.

Abstract

This Master's Dissertation on Social Education and Community Intervention, from The Higher School of Education of Santarém, from the Polytechnic Institute of Santarém, refers to a research on the permanence assistance at the Federal Institute of Brasília (IFB in Portuguese), Campus of Samambaia City (Brasilia, Brazil), whose mainly goal was to analyze the impact and the role of the permanence assistance in the promotion of the permanence of the students of the IFB Campus Samambaia in situation of social vulnerability. In the face of Brazilian social inequality in the educational field, the need for Student Assistance was evidenced with a view to the education democratization. Regarding Student Assistance, among the Residence Programs of Campus of Samambaia City, the researcher chose to study the Permanence Assistance, since it is the one that has the most expressiveness on campus in relation to the number of students attended. This aid provides financial support to students who are in a situation of social vulnerability, so the student can afford transportation, teaching materials, food, among others, thus the student is able to keep himself in the course. The presence of physical assistance is part of a public policy aimed to reduce the effects of inequality and including citizens working in the field of social justice. The research is characterized as a case study, carried out through a qualitative and quantitative approach, using methods such as bibliographic research, documentary research and semi structured questionnaires, applied to students who were enrolled in the second semester of 2016 with the permanence assistance. The results pointed to the importance of permanence assistance in the life of students in situations of social vulnerability as it promotes equal opportunities and makes the educational process more equitable and fair. The student assistance has become a mechanism for the fulfillment of the social right to education in order to collaborate with the breakdown of obstacles and with the overcoming problems that may interfere in the performance of the students collaborating with the permanence and the good academic achievement.

Keywords: Student Assistance; Attendance Assistance; Education; Social Justice.

Dedicatória

Dedico esta obra à minha mãe, mulher forte e guerreira, minha fonte de inspiração e principal incentivadora.

Dedico também aos educadores sociais que encontraram na educação um campo de intervenção social.

Agradecimentos

À Deus, pelo dom da vida e por ser a minha fonte de força espiritual.

Ao meu esposo, pelo companheirismo, paciência e compreensão.

Aos meus pais e irmão, pelo incentivo, cuidado e compreensão.

A todos os meus familiares e amigos, que me incentivaram e de alguma forma colaboraram com o meu crescimento pessoal e intelectual.

A todos, que sempre acreditaram na minha capacidade, mesmo quando eu não acreditava.

Aos colegas da turma do MESIC, que de alguma forma contribuíram com a minha formação.

Às minhas companheiras de estudo Mirian Colonna e Tereza Alice, pelo incentivo e pelos momentos de aprendizado e colaboração.

À professora Dra. Luisa Maria da Silva Delgado, pelas contribuições e parceria.

À professora Dra. Carolina Cássia Batista Santos por ter me indicado um norte a seguir.

Ao Instituto Federal de Brasília, pela parceria com o Instituto Politécnico de Santarém.

Ao Instituto Politécnico de Santarém pela oportunidade e oferta do curso.

Aos estudantes que colaboraram com essa pesquisa, pela participação voluntária e inestimável contribuição.

Introdução

O presente trabalho tem como proposta avaliar o impacto do auxílio permanência presencial na vida dos discentes do Instituto Federal de Brasília – IFB *campus* Samambaia. O auxílio permanência presencial faz parte da Política de Assistência Estudantil – PAE (Resolução nº 014/2014) do IFB, que está inserido no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, criado pelo Decreto nº. 7.234 no ano de 2010.

A Lei nº 11.092/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais para oferecer educação profissional e tecnológica no âmbito do ensino superior, da educação básica e profissional.

O IFB faz parte dessa rede, é uma instituição pública e gratuita que tem como missão:

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social (IFB, 2015, p.02).

O acesso aos cursos do Instituto Federal de Brasília é realizado por meio de sorteio eletrônico, e no caso dos cursos superiores de graduação o acesso é por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificada) e da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O sistema de sorteio eletrônico visa garantir o acesso de todos, independente da classe social, da bagagem cultural ou educacional, mas garantir o acesso não significa garantia de redução das desigualdades, é preciso garantir a permanência.

O motivo da escolha do tema deve-se ao fato de que entre os anos de 2014 e 2016 a pesquisadora¹ esteve na função de Coordenadora de Assistência Estudantil do *campus* Samambaia, neste período muitas reflexões referentes à Assistência Estudantil foram realizadas pela pesquisadora, surgindo assim a vontade de conhecer mais sobre a Assistência Estudantil. Nesse sentido, a concretização deste estudo dará a oportunidade de realização de uma pesquisa científica a respeito do auxílio permanência presencial, com o intuito de trazer esclarecimentos para a pesquisadora e para os leitores nesta área.

A pesquisa incidiu sobre o auxílio permanência presencial, pois ele atua no âmbito da permanência, atendendo os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, de acordo com critérios pré-estabelecidos, mediante apoio financeiro, para que o estudante tenha

¹ A pesquisadora é Técnica em Assuntos Educacionais do *campus* Samambaia desde 2012.

condições de arcar com as despesas de transporte, material didático, alimentação, dentre outras, conseguindo, assim, permanecer no curso.

O auxílio permanência presencial faz parte de uma política pública que visa reduzir os efeitos da desigualdade e incluir cidadãos, que por diversos motivos, em algum momento da sua vida, foram excluídos do processo educacional em um país com elevado índice de desigualdade social e econômica. De acordo com dados do Relatório sobre as cidades latino-americanas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina.

Em seus trabalhos, Taufick (2013) e Vasconcelos (2009) tratam sobre a Assistência Estudantil. De Araújo & Leite (2014) e Alves (2010) tratam especificamente sobre bolsa permanência, ficando claro que nos últimos anos o interesse em pesquisas a respeito dessa temática tem aumentado.

Tendo como base a atual Constituição Brasileira (1988), a qual diz que a educação é um direito social e em seu artigo 206 destaca que o ensino será ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, em 2010 foi promulgado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, tornando a Assistência Estudantil um direito social que visa garantir a igualdade de acesso e permanência.

De acordo com Azevedo (2004 como citado em Baqueiro & Tenório, 2015, p.02), “a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades sociais”. Nessa perspectiva a atual Política de Assistência Estudantil do IFB apresenta-se como “um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando à promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida” (Resolução IFB nº 10 de 2014, Título I, Cap. I, Artigo 1º).

Nesse sentido, o Programa Auxílio Permanência Presencial atua no âmbito da justiça social, proporcionando apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Sposati (2010 como citado em Baqueiro & Tenório, 2015, p.05) enfatiza que “o conceito de equidade como parte do princípio da justiça social supõe o respeito às diferenças como condição para se adquirir a igualdade”.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral: Analisar o impacto do auxílio permanência presencial na promoção da permanência dos discentes do IFB *campus* Samambaia em situação de vulnerabilidade social. E como objetivos específicos: Identificar o perfil dos discentes contemplados com o auxílio permanência presencial; Identificar a sua situação socioeconômica; Avaliar o impacto e o papel do auxílio permanência presencial na vida dos discentes contemplados.

A pesquisadora identificou como uma possível dificuldade o facto do sistema de gestão acadêmica do IFB estar em fase de implantação e ainda não possuir a parte de gestão da assistência estudantil, por isso os dados estudados dependem da organização do Coordenador de Assistência Estudantil do *campus*.

O presente trabalho foi estruturado em 05 (cinco) capítulos. No Capítulo I, intitulado: A realidade social brasileira: do capitalismo à extrema desigualdade social, será feita uma breve abordagem histórica brasileira de como o capitalismo contribuiu direta e indiretamente com a desigualdade social do país. Nesse capítulo, também serão abordados os conceitos de política social e vulnerabilidade social, pois para tratar sobre auxílio permanência presencial é essencial a compreensão desses conceitos.

No Capítulo II, intitulado: A Educação como propulsora da Transformação Social, será abordado o conceito de igualdade e equidade, as contribuições sociais de Bourdieu na educação e a relação entre Educação e Serviço Social. Além disso, será apresentado de que forma a Educação Social pode colaborar com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No Capítulo III, intitulado: A Educação Profissional e as Políticas de Assistência Estudantil, apresentaremos um histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual o IFB está inserido, além de um breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil, da Política Nacional de Assistência Estudantil e da Política de Assistência Estudantil do IFB.

No Capítulo IV, será apresentada a metodologia de pesquisa, na qual é explicado o tipo de pesquisa realizada e os meios utilizados. É relevante destacar que foi realizado um estudo de caso, que apesar de ser considerado qualitativo, pois leva em consideração as questões subjetivas, as particularidades, a opinião, a percepção, as expectativas, as crenças e os valores dos sujeitos, também é quantitativo, pois transforma em números as informações

apuradas, através de métodos estatísticos, realizando relações baseadas na frequência e na intensidade. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e questionário.

No Capítulo V, intitulado: Análise dos Resultados, os dados coletados referentes à instituição, aos sujeitos da pesquisa, ao auxílio permanência presencial e demais programas da assistência estudantil foram analisados buscando identificar as relações existentes entre os resultados e os objetivos do auxílio permanência presencial, previstos na PAE (Resolução nº 014/2014).

Para finalizar, a pesquisadora apresenta as Considerações Finais, em que são retomados os principais conceitos e inferências, sem esgotar o tema, mas indicando a necessidade de aprofundamento dos estudos relacionados a essa temática.

CAPÍTULO I – A realidade social brasileira: do capitalismo à extrema desigualdade social

1.1 Desigualdade Social no Brasil: breve histórico do capitalismo e as origens da desigualdade social

A desigualdade social no Brasil é um fenômeno histórico, portanto, para entendê-la é necessário conhecer o contexto histórico, político, social e cultural em que o país está inserido e a influência do capitalismo nesse contexto. Sabe-se que tal contexto é complexo e nele estão imbricados diversos factores no qual esta dissertação não se irá deter, porém, faz-se necessário pontuar de maneira breve, a gênese da desigualdade social no Brasil e de como o capitalismo se consolidou no país.

Ricupero (2000), tratando sobre a estrutura colonial do Brasil, ressalta que “a colonização do Brasil é produto direto da expansão ultramarina europeia” (p.137). O pré-capitalismo foi vivido no Brasil com uma economia voltada para o desenvolvimento externo. Ricupero (2000), baseando se nas análises de Prado Jr, destaca que:

Nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros: mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (p.139).

Complementando essas ideias, Ricupero (2000) destaca que a estrutura social, a organização política e as formas culturais sofrem reflexo da grande exploração externa vivida pela colônia. Ricupero (2000), baseando se nas análises de Prado Jr, destaca ainda que a estrutura social da colônia era formada por uma “pequena minoria (de senhores) e a multidão (de escravos), [...], comprime-se o número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (p.141).

Países como a África, o sudeste asiático e diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, possuem um enorme atraso estrutural devido à exploração colonial ocorrida no período do pré-capitalismo, fator esse que colaborou com a consolidação das desigualdades e com o desenvolvimento desigual das metrópoles e de suas colônias. (Ricupero, 2000)

Após a sanção da Lei Áurea² (1888), sancionada pela princesa Isabel, o Brasil passou a utilizar a mão-de-obra de imigrantes europeus. É importante ressaltar que apesar da abolição da escravidão ter sido um grande e importante marco na história brasileira, após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma organização do Estado e/ou de outras instituições para dar assistência e integrar os negros, que antes eram escravos, na sociedade. O preconceito racial continuou, os negros passaram a concorrer com os imigrantes, existia uma preferência pelos imigrantes europeus no mercado de trabalho, os negros normalmente eram contratados para subempregos.

Nesse contexto de discriminação e ausência de políticas públicas de integração e assistência, a população pobre e miserável, composta principalmente por negros, expandiu-se, perpetuando-se tal realidade nos séculos seguintes.

No século seguinte, entre 1930 e 1945, o Brasil viveu a Era Vargas, nesse período a estrutura produtiva se modificou, iniciando-se um contínuo processo de industrialização no país, o Estado passou a intervir fortemente na economia, centralizou a política econômica, investiu na industrialização, proporcionando uma acumulação capitalista no Brasil, modificando as relações de trabalho, vivenciando a primeira fase da Revolução Industrial³, que se encerrou em 1961.

O processo de transformação econômica vivido pelo Brasil entre 1930 e 1961, além de mudanças na estrutura física, gerou significativas mudanças na estrutura social. Antes de 1930, o Brasil era um país agrícola, com características feudais, dominado por uma oligarquia e tinha uma estrutura social bem simples. Basicamente a classe alta era formada por uma minoria de aristocratas, e a classe baixa pelo restante da população que era formada por trabalhadores agrícolas, escravos e imigrantes, constituindo-se de “um grande grupo caracterizado por condições de vida miseráveis, pela pobreza, pelo analfabetismo, pela baixa produtividade de seu trabalho, realizado dentro de uma economia de subsistência altamente subdesenvolvida” (Pereira, 1983, p.77). E, “entre a oligarquia agrário-comercial e a grande

² A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, representou o fim do direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, acabando com a possibilidade de possuir legalmente um escravo no Brasil. Recuperado em 25 janeiro, 2018, de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_seculo_xxi_315.pdf

³ Sobre a Revolução Industrial, Pereira (1983) destaca que após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve a Segunda Revolução Industrial, que teve como centro não mais a Inglaterra, mas os Estados Unidos e que a Revolução Industrial Brasileira, entre 1930 e 1961, só ocorreu cento e cinquenta anos depois da inglesa.

massa de trabalhadores estava situada a um pouco expressiva, mas crescente, classe média” (Pereira, 1983, p.77).

Pereira (1983, p. 84) apresenta um estudo realizado pela revista Desenvolvimento e Conjuntura, baseado no Censo de 1950, onde é divulgada a distribuição por classes sociais da população brasileira (Quadro 01).

Quadro 01 – Classes sociais no Brasil (divisão aproximada) – Baseada no Censo de 50

Classe Social	Mil	%
Inferior	11.638	70
Média Inferior	2.986	18
Média	926	6
Média Superior	428	2
Superior	729	4*

*Não-representativa da classe alta.

Fonte: Pereira (1983, p. 84).

O Quadro 01 mostra que a maior parte da população se concentrava nas classes sociais “Inferior” e “Média Inferior”, revelando a desigualdade daquela época.

De acordo com Pereira (1983), a crise econômica vivida pelo Brasil entre 1962 e 1967 está relacionada com a redistribuição de renda. Segundo o autor “a tendência à concentração da renda nas mãos da classe capitalista, a partir de meados dos anos cinquenta, causada pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, mantinha a economia em um permanente estado de subconsumo” (p.212). Portanto, a má distribuição de renda sempre foi um fenômeno marcante na economia brasileira, perpetuando-se nos séculos seguintes.

A desigualdade social no Brasil pode ser considerada como herança do período colonial, mas também do processo de modernização do século XIX, que apesar do desenvolvimento econômico, continuou a concentrar a maior parte da renda nas mãos de poucos, aumentando cada vez mais o abismo social no país. A má distribuição de renda, a lógica capitalista de mais-valia⁴, o pouco investimento em educação, em saúde e cultura, são formas da desigualdade social se manifestar, que trazem como consequências a pobreza, a miséria, o desemprego, a violência e tantas outras mazelas.

⁴ Trabalho excedente não pago, apropriado do trabalhador desprovido dos meios de produção e de vida. Iamamoto & Carvalho (p. 105, 2009).

É importante destacar que apesar da classe social e renda serem questões centrais no capitalismo, existem outros factores, como por exemplo, a educação e a cultura, que interferem na classificação social. Segundo Camargo (2017):

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. No Brasil, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), porém esta ainda é gritante (p.01).

Nessa perspectiva, a redução da desigualdade social pode ser pensada com o apoio do Estado mediante a criação de mecanismos que possibilitem a melhor distribuição de renda, implementação de Políticas Públicas que promovam a inclusão Social, a qualificação profissional, o acesso e permanência na educação e o acesso à cultura e à saúde.

Sennett (2006 como citado em Dentz & Silva, 2015, p.09), complementa que “nas configurações do novo capitalismo, a desigualdade vem se caracterizando pela “distância social”, de modo que, quanto maior a distância, quanto menos for sentido o vínculo entre os desiguais, maior será a desigualdade social existente entre eles”.

É válido destacar que esse trabalho não pretende fazer uma crítica concisa ao capitalismo, mas apenas apontá-lo como uma das causas da desigualdade social, sem desconsiderar que o capitalismo impulsiona o desenvolvimento, nem tampouco pretendemos encontrar uma resposta para a solução da desigualdade social, mas sim apontar uma forma de reduzi-la no que tange às políticas de permanência estudantil.

1.2 Políticas Sociais no Brasil

A política social tem como principal característica a transversalidade e equidade, conforme pontua Ceja (2004, como citado em Carvalho, 2007):

La política social és una forma que por medio de estratégias y políticas concretas tiene el Estado para construir una sociedad cohesionada y equitativa. Em una perspectiva de mayor equidade e integraci3n social, la política social tiene como fin principal facilitar

la convergência entre los intereses individuales y los intereses comunes de la sociedade (p.75).

De acordo com Piana (2009a), as políticas sociais emergem no Brasil em 1920, porém, de acordo com a autora, “até a Constituição Federal de 1988, o país não tinha um aparato jurídico-político que apontasse para a formação mínima de padrões de um Estado de Bem-Estar Social” (p.39). Nesse sentido, a autora pontua que a promulgação da Constituição Federal em 1988, conhecida como Constituição Cidadã:

[...]consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores (artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais) (Piana, 2009a, p.39).

Nessa perspectiva, Stein (2000, como citado em Piana, 2009a, p.47) destaca que existem várias estratégias de implementação das políticas sociais:

Vão desde um Estado provedor de bens e serviços até um Estado que responsabiliza a sociedade civil, por meio de suas redes de filantropia e solidariedade, no enfrentamento das expressões das questões sociais e colocando-a diante do desafio de discutir e decidir a importância da descentralização e participação como estratégia de democratização das relações de poder e de acesso a bens e serviços públicos.

Nesse sentido, a política social deve ser um instrumento de democratização e garantia de condições de vida digna a todos os cidadãos, e colaborar para a emancipação, criticidade e participação efetiva dos sujeitos na sociedade.

É importante perceber que as políticas sociais no Brasil são cada vez mais necessárias, devido à elevada desigualdade social do país. Na obra de Costa (2012), intitulada de “Desigualdades globais”, o autor ressalta o estudo realizado por Richard Wilkins e Kate Pickett, em *The Spirit Level* (2009), o qual analisa que os problemas sociais tendem a estar relacionados com os diferentes graus de desigualdade nas distribuições de rendimentos.

Nesse sentido, o Estado pode se transformar em agente dinâmico de equalização social através de políticas públicas que visem uma efetiva distribuição da riqueza do país, gerando uma certa mobilidade social e um equilíbrio, através de medidas que consolidem o desenvolvimento do Estado, em especial, o desenvolvimento social.

O Estado deve intervir, seja com suas legislações, com programas de transferência de renda, seja com educação e serviços de saúde públicos e de qualidade, garantir a seguridade social, estando estes e outros serviços disponíveis para todos os cidadãos, de forma que não haja barreiras que impeçam o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e que todos tenham condições igualitárias para se desenvolver e crescer na sociedade. Essa ideia corrobora com o conceito de Estado do Bem-Estar Social que, para Vianna (1988), é a “ideia incorporada de que a sociedade se solidariza quando o indivíduo não consegue suprir o seu sustento” (p.11).

Desta forma, o que era um problema individual, torna-se responsabilidade pública, o Estado deve então garantir o bem estar de todos os cidadãos, intervindo na distribuição da riqueza, através de serviços disponíveis a todos, de forma que todos possam viver com dignidade.

De acordo com Cohn (1995), diante da extrema desigualdade social existente no Brasil, o enfrentamento da pobreza deve estar voltado para a formulação de programas e políticas sociais que contemplem a “distinção entre aqueles voltados para o alívio da pobreza e para a superação da pobreza” (p.06):

No primeiro caso — o de alívio da pobreza — o que está em jogo são políticas de caráter mais imediato, assistencialista, e, na sua grande maioria, focalizadas sobre os grupos mais vulneráveis. Em outras palavras, políticas que tendem a assumir a forma de programas emergenciais. Já no segundo caso — o da superação da pobreza — trata-se de políticas, já num primeiro momento, embora com horizonte a médio e longo prazos, balizadas pela construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentado, que priorize o crescimento econômico com equidade social e no qual as políticas econômicas assumam também a dimensão de políticas sociais (p.06).

Com isso, percebe-se a relevância de se pensar e viabilizar políticas sociais de caráter imediato, no sentido de atender situações mais emergenciais de vulnerabilidade, porém, é essencial pensar e efetivar políticas sociais que viabilizem a longo prazo mudanças estruturais e não paliativas.

1.3 O conceito de Vulnerabilidade Social

Ao se referir a políticas sociais, faz-se necessário conhecer as características dos indivíduos que se enquadram no nicho de vulnerabilidade social. Para entender esse conceito,

é preciso compreender primeiro o conceito de exclusão social. De acordo com Paugam (1996 como citado em Leal, 2004):

[...] antes de se difundir no Brasil, a noção de exclusão social formou-se e ganhou notoriedade na França. Seus primeiros usos, por Pierre Massí (no ensaio “Os dividendos do progresso”) e J. Klanfler (no livro *Exclusão social: estudo da marginalidade nas sociedades ocidentais*), na década de 1960, remetiam à ideia da sobrevivência de uma população à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios da sociedade industrial (p.03).

A exclusão social apareceu como um problema em que cada vez mais pessoas eram atingidas, nessa época falava-se em exclusão como sinônimo de inadaptação social e que atingia pessoas doentes mentais, alcoólatras e outros. (Paugam, 1996, como citado em Leal, 2004).

Segundo Leal (2004), diante do avanço do desemprego nos países centrais, na década de 1970, surge o termo “nova pobreza”, que atingiu grupos antes julgados “adaptados”. Na década de 1990, conforme o amadurecimento dos estudos sobre o tema, a noção de exclusão social foi disseminada e fortalecida. No Brasil, também na década de 1990 e em meio à crise de recessão econômica, a noção de exclusão social foi disseminada. Sabe-se que a questão da pobreza sempre foi tratada no Brasil e em outros países da América Latina, porém, esses países utilizavam o termo marginalidade⁵.

Leal (2004) ainda destaca que a noção de exclusão social foi apropriada pelas Ciências Sociais, na década de 1990. Apesar do termo “exclusão social” ser recente, Garcia (2006, como citado em Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, 2007) apresenta três perspectivas sobre o limite desse termo:

- I - O termo *exclusão* apresenta-se muitas vezes desvinculado de uma relação de determinação, que para alguns autores está justamente na deterioração do mercado de trabalho, enquanto um eixo central dos processos de exclusão ou de inclusão social (Yépez de Castilho, 1994; Castel, 1998);
- II - O conceito retrata uma condição ou estado das coisas, em contraposição à ideia de que se trata de um processo.

⁵ “A palavra [marginalidade] introduziu-se em nosso meio como referência a certos problemas surgidos no processo de urbanização posterior à Segunda Guerra Mundial, como consequência do estabelecimento de núcleos de populações recentes e de características sub-standard na periferia do corpo urbano tradicional da maior parte das cidades latino americanas. Como, precisamente, esses povoamentos se levantaram, em regra geral, nas bordas ou margens do corpo *urbano tradicional das cidades*, o mais fácil era denominá-los ‘bairros marginais’ e seus habitantes, ‘populações marginais’. O problema que estes grupamentos encerravam se constituiu no problema das ‘populações marginais’”. (Quijano, 1978, como citado em Maiolino & Mancebo, 2005, p.14).

III - A inadequação do termo *exclusão* para o estudo da realidade dos países periféricos do capitalismo, já que seria um termo eurocêntrico que não teria sentido em sociedades que nunca conheceram a plena integração social (p.11).

Diante dessas limitações do conceito de exclusão social, surge o termo “*zona de vulnerabilidade*” e, de acordo com Castel (1997, como citado em DIEESE, 2007), “a vulnerabilidade social é uma zona intermediária *instável* que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (p.13).

Conforme o Documento DIEESE (2007):

Se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego, a zona de vulnerabilidade dilata-se, avança sobre a zona de integração e elimina a desfiliação. Os estudos sobre vulnerabilidade social, especialmente os que se aplicam à realidade dos países menos desenvolvidos, estão associados também à ideia de *risco* frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social (p.13).

Dentro desse contexto, a vulnerabilidade social apresenta-se como um conceito capaz de captar situações intermediárias de risco, de uma forma dinâmica, pois identifica as zonas de vulnerabilidades, e os fatores que se inserem nesse processo. De acordo com Katzman (1999 como citado em DIEESE, 2007), “as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco” (p.14).

Katzman (1999 como citado em DIEESE, 2007) destaca ainda que a vulnerabilidade está condicionada à “capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade” (p.16). O autor divide esses ativos em três:

I - **físicos**, que envolveriam todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Estes poderiam ainda ser divididos em capital físico propriamente dito (terra, animais, máquinas, moradia, bens duráveis relevantes para a reprodução social); ou capital financeiro, cujas características seriam a alta liquidez e multifuncionalidade, envolvendo poupança e crédito, além de formas de seguro e proteção;

III - **humanos**, que incluiriam o trabalho como ativo principal e o valor agregado ao mesmo pelos investimentos em saúde e educação, os quais implicariam em maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação etc;

III - **sociais**, que incluiriam as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação.

Assim, a condição de vulnerabilidade deveria considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a

debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acessos aos serviços públicos ou outras formas de proteção social (p.14, grifo do autor).

Sabe-se que as pessoas que possuem um nível educacional mais elevado têm maiores chances de entrar no mercado de trabalho e ocupar vagas com maiores remunerações, melhores condições de trabalho e talvez até estabilidade. As atividades especializadas pressupõem conhecimento e anos de estudo, porém, o fato é que diante da desigualdade social existente no Brasil, muitos brasileiros não conseguem se capacitar para o mercado de trabalho, dentre outros fatores, pois desde muito cedo necessitam trabalhar para ajudar na sobrevivência da família, e muitos desses indivíduos não conseguem terminar a educação básica.

Nessa perspectiva, Kaztman (2005, como citado em Silva, 2007) destaca que:

O sistema educativo é o principal e muitas vezes o único âmbito institucional, que tem potencialidade de atuar como integrador, como também tem a capacidade de gerar contextos onde crianças e adolescentes podem ter a possibilidade de manter contatos entre seus pares, de outras camadas sociais, e desenvolver códigos comuns e vínculos de solidariedade (p.06).

Desta forma, o baixo nível de escolaridade é um fator de vulnerabilidade social, sendo um dos pontos a ser tratado neste trabalho, já que o Instituto Federal de Brasília é uma Instituição de Ensino, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília são políticas públicas criadas com o objetivo de minimizar os impactos da desigualdade social brasileira, e garantir aos estudantes em situação de vulnerabilidade social a permanência e a continuidade dos estudos.

CAPÍTULO II: A Educação como propulsora da Transformação Social

2.1 Abordagem Conceitual dos termos: Igualdade e Equidade

A reflexão a respeito da Política de Assistência Estudantil, especificamente o auxílio permanência presencial, objeto desse estudo, perpassa pela justiça social e pelo conceito de igualdade e equidade. O termo igualdade pressupõe dar aos indivíduos, independente das suas diferenças, as mesmas oportunidades. Já o termo equidade pressupõe que as diferenças dos indivíduos devem ser levadas em consideração, de forma que as oportunidades sejam adaptadas e se tornem justas.

Essa ideia de igualdade com justiça não é nova, Aristóteles na Grécia Antiga apresentou o conceito de igualdade baseando-se na diversidade, para ele “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade⁶.”

De acordo com Azevedo (2013):

[...]Igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista (p.131).

Rawls (2008, p. 04), apresenta uma teoria sobre justiça com equidade, segundo ele “a Justiça é a virtude primeira das instituições sociais, assim como a verdade é dos sistemas de pensamento”.

Conforme Miranda (2014), a concepção de justiça de Rawls parte do pressuposto que “os bens sociais primários devem ser distribuídos de maneira igual, a menos que uma distribuição desigual beneficie os menos favorecidos” (p.10).

Rawls (2008) ressalta que o “objeto primeiro dos princípios da justiça social é a estrutura básica da sociedade, a organização das principais instituições sociais em um esquema único de cooperação” (p.65).

⁶ Aristóteles (384 – 322 a.c.). Principal filósofo da Grécia Antiga. As obras de Aristóteles que sobreviveram desde a antiguidade através da transmissão de manuscrito medieval são coletados no *Corpus Aristotelicum*. Esses textos, ao contrário de obras perdidas de Aristóteles, são tratados filosóficos técnicos de dentro da escola de Aristóteles. A referência a eles é feita de acordo com a organização da edição da obra de August Immanuel Bekker (*Aristotelis Opera edidit Academia Regia Borussica*, Berlin, 1831–1870) pela Academia Real da Prússia, que por sua vez é baseado em classificações antigas dessas obras. Recuperado em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arist%C3%B3teles>

Ainda a respeito das questões que tratam sobre a justiça social, o Artigo 5º da Constituição Brasileira declara que todos são iguais perante a lei, porém ao falarmos em educação, por exemplo, é preciso reconhecer as desigualdades e perceber que além das barreiras para o acesso à educação, os indivíduos em situação de vulnerabilidade, por exemplo, terão que enfrentar diversas barreiras para permanecer em uma instituição de ensino, seja devido a problemas financeiros, dificuldades para superar os problemas de aprendizagem, necessidade de trabalhar ao invés de estudar, longas distâncias para chegar à instituição de ensino, dentre tantos outros obstáculos.

A respeito da desigualdade, Azevedo (2013) destaca que:

Se todos são tratados igualmente pelo Estado (direito igual), a desigualdade permanece. Caso o “direito igual” prevaleça, os que, por contingências sociais, culturais e econômicas, tiverem menos oportunidades de estudos e de aquisição de conhecimento, continuarão a receber desigualmente conteúdos e capital cultural, internalizando menos dispositivos (habitus) relacionados à ciência e ao saber. Dessa forma, se a escola (ação educacional de Estado) for indiferente às diferenças e tratar igualmente os desiguais, o status quo de desigualdade e iniquidade não será posto em questão (p.140).

No Brasil, de acordo com dados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2016), que avalia o índice de reprovação e aprendizado nas disciplinas de português e matemática, em 2015, a meta estipulada para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi atingida, porém as metas estipuladas para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e para o Ensino Médio não foram atingidas.

Em uma avaliação internacional de educação, em uma pesquisa da Economist Intelligence Unit, empresa de consultoria sobre sistemas de ensino no mundo, realizada em 2012, dentre os 40 países avaliados, o Brasil ficou na 39ª posição do ranking de educação, Finlândia, Coreia do Sul e Hong Kong ficaram nas três primeiras posições respectivamente. De acordo com a pesquisa os países do topo do ranking apresentam em comum uma cultura de valorização da educação e dos professores. (British Broadcasting Corporation – BBC, 2012)

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), a maior parte da população brasileira frequenta a escola pública. Percebe-se, então, que é preciso investir na qualidade da educação pública brasileira, por meio da valorização e formação adequada dos professores, apoio pedagógico, psicológico e social aos estudantes, envolvimento da família,

investimento na estrutura física e em políticas públicas de acesso e permanência capazes de minimizar barreiras e garantir a equidade.

Diante da extrema desigualdade social e econômica do Brasil, é preciso considerar que:

O caráter claramente utópico de muitas de nossas políticas educacionais, responsável pelo seu fracasso, se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade. (Goldemberg, 1993, p.65)

Perante as ideias apresentadas por Goldemberg (1993), fica evidente a necessidade do oferecimento de uma educação de qualidade aos mais pobres, para que a sua bagagem cultural e de conhecimento possam ser ampliadas, adquirindo assim competências para praticar a cidadania e entrar com qualificação no mercado de trabalho. Desta forma, os indivíduos de classes sociais mais baixas terão a oportunidade de transformar a sua realidade social. Mas é importante ressaltar que o Estado é o principal agente na redução das desigualdades sociais, ele tem o importante papel de adaptar as oportunidades de modo a torná-las justas, ou seja, realizar a justiça social por meio da equidade.

Azevedo (2013) destaca que:

O Estado, mesmo tendo sua atuação afetada pela globalização, ainda conserva poder para atuar no combate às desigualdades sociais. Para isso, pode lançar mão, inclusive, da progressividade tributária, de modo a arrecadar mais de quem ganha mais e distribuir para os que mais necessitam. Em suma, não faltam para o Estado os instrumentos de intervenção social e de mensuração das desigualdades (p.144).

A respeito dos termos igualdade e equidade, Miranda (2014) ressaltar que, por serem contraditórios nas sociedades capitalistas, o termo equidade se torna mais adequado quando são discutidas questões que envolvem o campo das políticas sociais e educacionais. As sociedades que buscam a justiça social baseadas em ações mais humanas devem basear-se na equidade.

Nesse contexto de equidade, a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que apresentaremos no subcapítulo 3.3, foi criada com o objetivo de democratizar a permanência dos estudantes e reduzir os efeitos das desigualdades sociais, contribuindo com a inclusão social por intermédio da educação (Decreto nº 7.234/2010).

2.2 Educação e Reprodução Social segundo Pierre Bourdieu

Bourdieu (1930-2002), foi um importante filósofo e sociólogo francês, que se dedicou a estudar a dinâmica das estruturas sociais no mundo social. Segundo ele o mundo social é um sistema simbólico que se organiza a partir de distinções sociais. Em seus estudos ele desenvolveu algumas teorias, dentre elas o conceito de *habitus*. Segundo Ferrari (2008) o conceito de *habitus* de Bourdieu refere-se à “incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente” (p.02).

De acordo com esse conceito as estruturas sociais vão se mantendo e os indivíduos carregam consigo traços da posição social de que fazem parte, e acabam por reproduzir e legitimar hábitos, mantendo assim a ordem vigente. Araújo & Oliveira (2014) destacam que “o *habitus* contribui para levar o indivíduo a dar mais crédito às oportunidades e práticas sociais habituais comuns ao seu grupo do que àquelas incomuns, diferentes ou inusitadas.” (p.219).

Mas é importante ressaltar que para Setton (2002) esse:

Conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história (p.65).

Nesse sentido, para Setton (2002) o conceito de *habitus* pressupõe que os sujeitos são seres humanos ativos que reagem e adaptam-se, se constituindo como produto da história de um determinado campo social e também das experiências individuais, ou seja, existe uma relação dialética, uma interação entre a realidade exterior e a realidade individual.

Outro conceito apresentado por Bourdieu é o conceito de campo, que Voss (2012) descreve como:

Espaço social de um grupo ou classe que está enredado a uma teia significativa, que informa a vida da coletividade nela inserida e induz cada membro a uma forma de vida. No campo se encontram as condições sociais do sujeito, a compreensão e limite de sua atuação e as práticas de objetivação (p.11).

Essa ideia de campo pode ser entendida como os nichos de realização das atividades humanas, Ferrari (2008) cita como exemplo o campo da arte, segundo ele existe uma luta simbólica que decide o que é erudito ou popular, o elemento vencedor se configura como o

habitus e também como um código de aceitação social, ou seja, o capital cultural dito legítimo.

De acordo com Junior et al. (2013) para Bourdieu:

Os indivíduos tenderiam a agir de acordo com o conjunto de disposições práticas típico dos grupos sociais nos quais foram socializados. Essas disposições não seriam normas inflexíveis, mas princípios gerais que orientam as ações desses sujeitos. Assim, a estrutura social conduziria as ações individuais sem, no entanto, determinar de maneira mecânica e imediata todas essas ações (p.115 e 116).

No interior de cada campo há uma distribuição desigual do capital, essa desigualdade irá influenciar na estrutura das classes de um contexto social, Junior et al. (2013) apresentam o conceito de cada capital segundo Bourdieu:

Para ele há principalmente três tipos de capital: (1) capital econômico, que consiste dos bens com valor comercial e dos serviços aos quais esses bens dão acesso; (2) capital social, que consiste da rede de relacionamentos influentes mantidos pelo indivíduo, sua família e amigos; e (3) capital cultural, que não consiste somente dos títulos escolares (forma institucionalizada de capital cultural), mas compreende todo o tipo de qualidade, habilidade ou conhecimento que distingue os sujeitos “cultivados” tais como domínio culto da linguagem culta, habilidade em matéria de lógica, matemática e ciência, [...] preferências em matéria de arte, vestuário, música, alimentação, esportes, lazer (p.116).

Bourdieu criou ainda o conceito de capital simbólico que está ligado a honra, prestígio, reconhecimento, autoridade, uma forma de poder social. Cada indivíduo inserido em um contexto social possui capitais diferentes, que normalmente são distribuídos de forma desigual, o capital irá determinar a estrutura das relações de classe entre os indivíduos, cada tipo de capital possui uma relação de poder diferente. O acúmulo dos capitais será, portanto, o fator que irá determinar a posição de cada indivíduo na estrutura social.

Baseando-se nos conceitos de *habitus*, campo e dos capitais (econômico, social, cultural e simbólico) de Bourdieu é possível perceber que o percurso acadêmico de um estudante está diretamente ligado ao lugar de pertencimento e as condições de sobrevivência que esse estudante dispõe, como alimentação, moradia e transporte. Desta forma, para que os estudantes tenham condições de permanecer em uma instituição de ensino e realizar o seu percurso acadêmico com êxito, o Estado deve intervir por meio de Políticas Públicas que promovam a equidade entre os estudantes.

Porém, para Bourdieu a sociedade é um jogo social, Voss (2012) ressalta que para Bourdieu “a reprodução da hierarquia social, isto é do lugar que cada um ocupa na sociedade,

se alicerça em dominação legitimada por processos de socialização em cada indivíduo. Trata-se então de um consenso tácito, não explícito” (p.6).

Essa análise do mundo social realizada por Bourdieu defende que a escola acaba realizando a reprodução social, pois através da ação pedagógica a cultura dominante é imposta de forma arbitrária. Almeida (2007) destaca que para Bourdieu “a ação pedagógica seleciona e legitima a cultura por imposição e inculcação, buscando formar o habitus do indivíduo de acordo com a cultura dominante”.(p.143)

Na sociedade as desigualdades sociais muitas vezes são explicadas pela capacidade do indivíduo, negando assim a hierarquia social que mantém os indivíduos aprisionados em um determinado lugar e que reproduzem as desigualdades sociais. Nessa perspectiva e baseado nas ideias de Bourdieu e Passeron, em uma instituição de ensino “o sucesso do aluno dependerá da coerência entre seu habitus inicial e aquele inculcado pela escola, e ainda do capital de que ele dispõe, seja cultural, social ou econômico, que irá interferir na sua posição no campo do trabalho quando sair da escola” (Almeida, 2007, p.147).

A educação possui uma intencionalidade, está inserida em um determinado sistema simbólico, nas instituições de ensino a classe dominante apresenta sua cultura como melhor e cria mecanismos para que as classes consideradas inferiores não consigam “ascender”, contribuindo assim com a reprodução social, ou seja, a escola costuma reproduzir as estruturas sociais. Almeida (2007) destaca que “a dominação acontece por meio da violência camuflada, dissimulada e, portanto, simbólica, e sua eficiência será maior quanto menor for a consciência dos agentes nela envolvidos” (p.146).

A ação pedagógica exercida pelas instituições de ensino de forma arbitrária, é chamada por Bourdieu e Passeron, no livro “A reprodução”, de violência simbólica. Segundo Almeida (2007) o “arbitrário não é percebido pelos agentes da sociedade capitalista, no caso específico da escola, pelos pais, alunos e até mesmo pelos professores que, por desconhecê-lo, envolvem-se na trama da reprodução, naturalizando-a” (p.144).

Nesse sentido, segundo Almeida (2007), por trás da autonomia defendida pelo sistema escolar, encontra-se uma escola que serve de instrumento ideológico da classe dominante. Porém, é importante perceber que “se o princípio da não consciência é a base fundamental para que a reprodução aconteça, logicamente o princípio do conhecimento é condição primeira para a transformação social” (Almeida, 2007, p.148).

Nessa perspectiva, nas instituições de ensino, para que os estudantes consigam fazer uma leitura crítica do mundo, os educadores devem, trabalhar num processo, chamado por Paulo Freire (2000), de político-pedagógico-emancipador, os educadores precisam, portanto, assumir o seu papel na sociedade e não “silenciar ante a afirmação de que – os favelados são os grandes responsáveis por sua miséria; não pode silenciar em face do discurso que diz da impossibilidade de mudar o mundo por que a realidade é assim mesmo” (p.21).

Para Paulo Freire (2000) a natureza política da educação se faz quando os indivíduos são capazes de reescrever o mundo através da sua própria leitura de mundo, ou seja, reconfigurar o *habitus*.

Segundo Almeida (2007) “sendo a escola uma instituição que exerce um papel fundamental para a reprodução da ordem social, também em seu interior podem construir-se as bases fundamentais para o questionamento e a transformação da sociedade” (p.149).

Nessa perspectiva, e baseada nas ideias de Paulo Freire (1996) a escola deve reconhecer as diferenças de cada indivíduo e se empenhar na realização de uma educação emancipadora, que não reproduza a ideologia dominante, valorize os saberes historicamente construídos por cada indivíduo e que aguace a criticidade.

Além disso, para que haja justiça social, as instituições de ensino devem buscar meios de tornar as oportunidades iguais para todos, sejam elas dificuldades de aprendizagem, dificuldades financeiras para a manutenção na instituição de ensino, falta de acesso à cultura, esportes e eventos científicos dentre outros.

Nessa perspectiva, no âmbito da Política de Assistência Estudantil, o auxílio permanência presencial, conforme disposto no subcapítulo 3.3.1, que disponibiliza apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidades social, para complementar as despesas, prioritariamente de transporte, material didático e alimentação, visando minimizar as desigualdades e contribuir com a permanência do estudante, é uma medida importante e relevante que pode interferir nos mecanismos de reprodução social, colaborando assim com a transformação social.

2.3 Educação e Serviço Social: Olhares que se complementam

No âmbito da Assistência Estudantil, e especificamente do auxílio permanência presencial, se faz importante ressaltar o papel do serviço social, pois o profissional desta área é responsável pela avaliação socioeconômica dos estudantes nas instituições de ensino, definindo assim de acordo com critérios pré-estabelecidos se o estudante encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, falaremos brevemente sobre a articulação entre a educação e o serviço social no Brasil.

A articulação entre Educação e Serviço Social “começa a ocorrer no Brasil em meados de 1930, mais precisamente em 1936, quando se instala a primeira escola de Serviço Social” (Castro, 2000; CFESS, 2011 como citado em Dentz & Silva, 2015, p.15). Mas, “é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação” (CFESS, 2011, p. 5, como citado em Dentz & Silva, 2015, p.15).

No Brasil a Constituição de 1988 foi um grande marco para a Educação e o Serviço Social, que trouxe conquistas legais para ambas as áreas. Na década de 80, expandiu-se o acesso ao sistema escolar, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) contribuiu de forma significativa para o acesso de jovens ao ensino diante das possibilidades de aceleração trazidas pela lei, porém o grande desafio continuou sendo a oferta de uma educação de qualidade para todos, bem como a garantia da permanência.

Diante das discussões a respeito das políticas sociais, os assistentes sociais veem na educação um campo de intervenção e adotam uma perspectiva crítica, “tendo como princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a equidade, a justiça social” (Dentz & Silva, 2015, p.23).

O Serviço Social baseado em uma teoria social crítica vive em um momento de ampliação do campo de trabalho. No campo educacional, o Serviço Social se apresentou como um importante colaborador do projeto educacional.

As instituições de ensino devem trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, realizar a interação e a integração entre as diversas áreas de conhecimento para compreender o ser humano de forma integral. O sucesso do trabalho educativo perpassa, portanto, pelo

conhecimento da realidade dos sujeitos. Nesse sentido, o Serviço Social tem o importante papel de trabalhar para garantir os direitos sociais dos estudantes.

De acordo com o documento “Serviço Social na Educação”, a Educação deve ser entendida como “uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais. Indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, que precisa ser assimilada a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade” (CFESS, 2001, p. 8, como citado em Dentz & Silva, 2015, p.26).

O Brasil possui problemas estruturais graves, como o elevado índice de desigualdade social, pobreza, desemprego, violência dentre outros, “[...] o Serviço Social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual, e terá como ponto inicial e como grande desafio, o trabalho interdisciplinar” (Santos, 2017, p.02).

Em instituições escolares, o Serviço Social deve colaborar com a emancipação dos sujeitos, com a inclusão social e a formação cidadã, contribuindo assim com a formação de cidadãos críticos que são capazes de fazer a sua própria leitura de mundo e que “assumam sua condição de sujeitos na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação” (Backx como citado em Piana, 2009b, p.191).

Mas é importante destacar que o Serviço Social é apenas um dos articuladores e apoiadores da educação, a realização de um atendimento integral requer a parceria com uma rede. Piana (2009b) destaca que “[...] refletir a educação em sua dimensão mais ampla tem contribuído para o entendimento dessa política social como tarefa vasta e complexa, pois envolve a formação dos cidadãos em seus diversos aspectos como: social, econômico, político, cultural, intelectual e psicológico” (p.198).

O trabalho do Serviço Social na escola deve ser feito de forma preventiva, realizando um diagnóstico dos problemas sociais e realizando atendimentos e projetos com o estudante e a família, acompanhando, assim, o percurso e colaborando com a permanência do estudante na escola e com a qualidade da educação. Segundo Piana (2009b), o trabalho do Serviço Social no campo educacional “consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania” (p.186).

Nessa perspectiva, Santos (2012, como citado em Dentz & Silva, 2015) destaca que:

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais” (p.25).

Para Santos (2017), as instituições escolares são equipamentos sociais que possuem o desafio de articular a realidade social do sujeito com os conhecimentos realizados na sala de aula. Portanto, além de conhecimentos, a escola tem o importante papel de contribuir com a formação integral do sujeito.

Desta forma, percebe-se que o trabalho do Serviço Social nas instituições escolares deve contribuir com o enfrentamento das questões sociais de forma a colaborar com a permanência e o sucesso escolar. Isso só é possível considerando os problemas sociais enfrentados pelos estudantes e suas famílias, e na medida do possível colaborando para minimizar os impactos na vida escolar e colaborando com a formação de cidadãos críticos e emancipados. O Serviço Social, portanto, pode colaborar com a transformação social dos sujeitos no campo educacional.

2.4 Educação Social e Pedagogia Social

No que se refere à Educação Social e a Pedagogia Social, Díaz (2006) destaca que as origens e o desenvolvimento histórico apontam a Pedagogia Social como uma disciplina científica, e a Educação Social como espaço de intervenção prática.

Ainda segundo Díaz (2006), a Pedagogia Social é uma ciência pedagógica, de caráter teórico prático, que se refere à socialização do sujeito, em situações normalizadas ou em situações de inadaptção social. Partindo para um conceito mais generalizado, a educação social, baseada em uma vertente educativa, auxilia nas necessidades humanas relativas ao trabalho social e no estudo da inadaptção social. Nessa perspectiva, a Educação Social tem como objetivo o aprender “a ser e a conviver”, sendo assim uma contribuição para a integração do indivíduo na sociedade, e o desenvolvimento de sua capacidade crítica para “melhorar e transformar” o meio em que vive (Díaz, 2006, p.92).

Nessa perspectiva, é importante destacar a ideia de Estado Providência, que para Petrus (1998 como citado em Díaz, 2006), o Estado Providência é definido como aquele que

predomina a ação estatal, ou seja, dá condições de vida para todos os cidadãos. A Educação Social é definida pelas funções de sua competência e também pelas funções atribuídas em resposta às necessidades derivadas do Estado Providência.

Díaz (2016) explica que após a primeira e a segunda guerra mundial, a Europa estava com graves problemas sociais, estruturais e econômicos. Tal situação, dentre outras consequências, colaborou com o desenvolvimento da Pedagogia Social. Diante desse contexto do pós-guerra, o autor diz que:

A reconstrução política e econômica de alguns países europeus, foi contribuindo para a consolidação da Educação Social, para o que também concorreram, de forma importante, a instauração da democracia e a consciencialização dos políticos sobre os direitos sociais de toda a população (p. 97).

O processo de legitimação da Educação Social está apoiado em alguns marcos jurídicos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Essas legislações internacionais em que a Educação Social está baseada asseguram a justiça social, a igualdade de oportunidades e ratificam direitos que asseguram a vida com dignidade no período da infância.

A Educação Social pode ser interpretada de diferentes maneiras. Para Riera (1998 como citado em Díaz, 2006), a Pedagogia Social é a ciência da Educação Social, ou seja, a Educação Social não é uma ciência, mas deve estar baseada em uma disciplina científica que sistematize os conhecimentos com ela relacionados, pois para que as intervenções sejam eficientes é preciso que haja teorias e modelos teórico-práticos para que as ações sejam sustentadas.

Segundo Ortega (1999 como citado em Díaz, 2006), a educação acompanha o homem do nascimento até a morte, é para a vida, e a educação escolar não deve estar voltada apenas para a instrução, toda educação deve ser social, pois procura promover e dinamizar uma sociedade que educa e uma educação que socializa.

É importante destacar ainda os eixos da Educação Social, definidos por Rodríguez Fernández (1999 como citado em Díaz, 2006) como:

O âmbito socioeducativo é o espaço disciplinar onde se realiza a práxis da educação social;

A educação social pretende corrigir a concepção clássica de institucionalização [pois a educação social permeia todos os espaços e todos os momentos, no âmbito formal ou não-formal];

A educação social é uma prática social que medeia a socialização dos indivíduos;

A educação social propõe ações alheias ao subsidiário e ao assistencial – dimensão educativa (p.102).

Segundo Petrus (1994, como citado em Díaz, 2006), para muitos autores a educação social seria o processo de “transformação do indivíduo biológico em indivíduo social”. No entanto, “para além de solucionar determinados problemas de convivência”, e levando em consideração que a violência social, em muitos casos, é o resultado da “insatisfação sentida por um sector da população que se vê privado da possibilidade de fazer parte dessa sociedade do bem-estar”, a educação social tem a função de ser “instrumento igualitário e de melhoria da vida pessoal e social” (p.103).

Nessa perspectiva, as ações da Educação Social devem estar voltadas para o crescimento e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, de forma que eles possam se tornar sujeitos ativos na sociedade a partir de uma tomada de consciência. Araújo e Luvizotto (2012) destacam que:

O trabalho do educador social deve ter, sem dúvida, uma boa dose de espontaneidade, mas pautado em princípios e metodologias de ação, que incluem estudo de indicadores socioculturais e econômicos, contextualização da comunidade no conjunto das redes sociais e temáticas de um município e pesquisa histórica”.

Nesse sentido, Souza e Muller (2009) destacam que a “Educação Social é a ação fundamentada no reconhecimento e defesa dos direitos humanos, é uma intervenção educativa que atua na vida e no contexto do ser humano” (p. 3.206). Nessa perspectiva, a Educação Social tem o difícil desafio na construção de uma sociedade mais democrática, a partir de uma formação crítica do indivíduo, de forma a tornarem-se sujeitos ativos na sociedade, éticos, responsáveis e preocupados com o bem estar de todos.

Segundo Mezzaroba (2008 como citado em Santos & Nogueira, 2010), “o Educador Social deve ter a competência para intervir, refletir e avaliar” (p.02). O trabalho do educador social tem que ter uma escuta e um olhar sensível pautado por conhecimentos científicos. Nesse sentido, para realizar uma intervenção, é necessário conhecer o contexto, saber como fazer e como agir naquele contexto, de forma organizada, valorizando a boa vontade, o amor ao próximo e a solidariedade do voluntário em ações organizadas e bem planejadas, a fim de alcançar objetivos bem definidos.

O educador social é, portanto, um profissional importante na construção de um projeto educativo que tenha a educação como elemento de transformação social, na perspectiva da justiça social e da equidade.

Nesse sentido, conforme destacado por Diaz (2006, p.92) a educação social deve levar o indivíduo a aprender “a ser e a conviver” para “melhorar e transformar” o meio em que vive, e levando em consideração que para a realização de um atendimento integral do indivíduo, deve haver parcerias entre uma rede, a educação social e o serviço social se complementam, na realização de uma educação social que não seja assistencialista, mas que priorize a dimensão educativa do indivíduo.

CAPÍTULO III - A Educação Profissional e as Políticas de Assistência Estudantil

3.1 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Artigo 39). A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) engloba cursos de Formação Inicial e Continuada/Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação.

No Brasil, pode-se inferir que a educação profissional teve seu marco legal no ano de 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, que eram destinadas ao ensino profissional e primário de forma gratuita. Porém, a criação dessas escolas tinha como objetivos “a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos “nocivos” à sociedade e à construção da nação” (MEC, 2010, p.10), ou seja, essas escolas surgiram numa perspectiva assistencialista e de controle social.

Em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas. Nesse momento, passa-se a ofertar formação profissional compatível ao ensino secundário. Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica e assim passam a ofertar cursos de nível superior (engenheiros de operação e tecnólogos). E de acordo com o desenvolvimento do país e do mundo (globalização) essas instituições foram sofrendo transformações legais e reformas.

A partir do ano de 2003, em que toma posse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política educacional do governo federal pauta-se em um projeto de sociedade que favoreça a formação integral e a inclusão social de cidadãos de forma emancipatória:

A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social (MEC, 2010, p.14).

Assim, no ano de 2006 iniciou-se o plano de expansão das escolas federais de educação profissional, científica e tecnológica em diversos estados da federação, dando prioridade às localidades que ainda não tinham esse tipo de instituição, as periferias e ao interior do país. Em 2007 houve a segunda fase da expansão, com o objetivo de criar uma escola técnica em cada cidade polo do país, sempre buscando o desenvolvimento local e regional. Na busca do desenvolvimento socioeconômico local e regional e da soberania do país, esse movimento ampliou a oferta de educação pública, visando à produção de ciência e tecnologia.

Nesse contexto, a lei 11.892/2008 instituiu no Brasil a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou “os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (Pacheco et al, 2010, p. 71 e 72). Para Pacheco (2010, p.10 como citado em Escott & Moraes, 2012, p.1500) “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”.

Ainda de acordo com a Lei 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II.

Os Institutos Federais ofertam educação básica, profissional e superior nos diferentes níveis e modalidades de educação. De acordo com Silva & Terra (2013):

Esse novo projeto de desenvolvimento perpassa por meio da pesquisa aplicada e sintonizada com as demandas do desenvolvimento local e regional. Os Institutos Federais poderão a vir a ocupar um importante espaço no desenvolvimento tecnológico nacional, principalmente pela possibilidade de aprofundar suas relações com as práticas científico-tecnológicas locais, investindo, por exemplo, em pesquisas visando ao desenvolvimento local e regional (p. 08).

Nessa perspectiva, a Educação Profissional, Científica e Tecnológica assume um novo papel no contexto social brasileiro e os Institutos Federais se consolidam como uma política pública. Segundo o MEC (2010):

A intenção é superar a visão althusseriana⁷ de instituição escolar como mero aparelho ideológico do Estado, reproduzidor dos valores da classe dominante, e refletir em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes. Os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (p.18).

A inclusão social passa a ser um dos grandes diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na busca do desenvolvimento do país dando oportunidades àqueles que historicamente estavam à margem:

[...] a educação profissional e tecnológica no Brasil ganha o reconhecimento de que dentro dela se estabelecia uma correlação de força entre setores que sempre a tomaram como um braço a favor da acumulação capitalista e um movimento interno que vislumbrava no trabalho educativo importante instrumento de política social, assumida como aquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades. (MEC, 2010, p.20)

Nesse contexto, situa-se o Instituto Federal de Brasília (IFB), objeto desta pesquisa, criado em 2008 tem como missão:

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social (IFB, 2015, p.02).

De acordo com o Estatuto, o Instituto Federal de Brasília (2009):

É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. (Estatuto IFB - Título I, Capítulo I, Artigo 1º, §2º)

No âmbito dessa pesquisa faz-se importante destacar os princípios norteadores do IFB de acordo com o Estatuto do IFB (2009):

⁷ “Louis Althusser, filósofo francês, é amplamente conhecido como um teórico das ideologias. Seu ensaio mais conhecido é “Idéologie et appareils idéologiques d’état” (Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado). Diversas posições teóricas suas permaneceram muito influentes na filosofia marxista. Para Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado funcionam todos predominantemente através da ideologia, que é unificada sob a ideologia da classe dominante. Assim, além de deter o poder do Estado e, conseqüentemente, dispor desse aparelho (repressivo), a classe dominante também se utiliza de outros aparelhos ideológicos do Estado: as igrejas, a família, a escola, o sistema político, dentre outros”. (MEC, 2010,p.40)

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, gestão participativa e democrática;
- II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. Eficácia nas respostas de formação básica e profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. Inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. (p.04)

O IFB é composto pela Reitoria e por 10 *campi*, a Reitoria é um órgão executivo cuja finalidade é administrar, coordenar e supervisionar as atividades dos diversos *campi* do IFB, de acordo com as diretrizes da instituição.

3.2 Breve Histórico da Assistência Estudantil no Brasil

Antes da implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Assistência Estudantil passou por uma trajetória histórica que se faz importante ressaltar.

A Assistência Estudantil está ligada à desigualdade social no Brasil e as dificuldades que os mais pobres enfrentam para dar continuidade aos estudos. Nessa perspectiva, a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro em 1928 em Paris, para os estudantes que não tinham condições de se manter no país, foi um marco político, financiado pelo governo do então Presidente do Brasil, Washington Luís.

Em 1930, foi inaugurada a Casa do Estudante do Brasil no estado do Rio de Janeiro, o lugar, segundo Parente (2013), “correspondia a um casarão com três andares, um restaurante popular, que era frequentado por estudantes carentes e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício” (p.22). A autora destaca ainda que a casa passou a receber grandes doações do governo federal durante o Governo Getúlio Vargas.

Com a Reforma de Francisco Campos, em 1931, que através do Decreto nº 19.851/1931 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior, a Política de Assistência Estudantil no Brasil foi regulamentada e inserida na Constituição Federal de 1934. Segundo Lima (2002, como citado em Lima, 2016), o artigo 157 “estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os estudantes necessitados através do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária” (p.58). No período do governo do Presidente Getúlio Vargas a educação foi reconhecida como um direito público e regulamentada.

A primeira Cidade Universitária do Brasil foi pensada, em 1934, no Rio de Janeiro. Nessa época, Gustavo Capanema ocupava o cargo de Ministro da Educação e da Saúde. Segundo Campos (1940, como citado em Lima, 2016), “essa iniciativa buscou centralizar fontes bibliográficas, facilitar a ligação entre a pesquisa e o ensino, proporcionar um maior intercâmbio entre os estudantes, centralizar o esporte e propiciar um maior controle por parte da Reitoria” (p.58) em um local que comportaria vários prédios da Universidade do Rio de Janeiro. Porém, a Cidade Universitária só foi inaugurada em 1953, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. E assim, outras universidades criaram suas cidades universitárias.

Parente (2013) destaca que na década de 40, com a promulgação da Constituição de 1946, baseando-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, o acesso à educação foi consolidado como um direito de todos os cidadãos, e em relação à assistência estudantil, tornou-se obrigatório a assistência educacional aos estudantes que dela necessitassem para garantir o sucesso escolar.

O Movimento Estudantil teve um importante papel nos debates políticos, sociais e educacionais. Segundo Blumberg (2012 como citado em Lima, 2016), a União Nacional dos Estudantes, criada em 1937, “se preocupava porque a instituição universitária falhava com sua missão cultural, profissional e social, agindo num caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior e formando profissionais individualistas, sem maior preocupação com os problemas da sociedade” (p.59).

Na década de 60, diante da pressão da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outros movimentos, a promulgação da LDB de 1961 estabeleceu assistência social, odontológica, médica e de enfermagem, e a oferta de bolsas aos estudantes.

No II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, a UNE, a comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante, dentre outras comissões, sugeriram “a criação de gráficas universitárias para a impressão de jornais, revistas, apostilas e livros; assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários” (Fávero, 1995 como citado em Lima, 2016, p.60).

Porém, durante o período da Ditadura Militar, (entre 1964 e 1985), a Lei Suplicy de Lacerda tornou a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) instituições ilegais, a sede da UNE foi incendiada, e a partir de então as reuniões dessas instituições passaram a

acontecer em locais escondidos. Os movimentos estudantis foram reprimidos, mas apesar da violência praticada pelos militares por meio de torturas e assassinatos, a militância estudantil continuou e viveu momentos de enfrentamento da Ditadura Militar.

Apesar desse contexto adverso, foi incluído na Constituição Federal, promulgada em 1967, o direito à igualdade de oportunidades. Em 1970 foi criado pelo Governo Federal o DAE (Departamento de Assistência ao Estudante), que estava vinculado ao Ministério da Educação, com a pretensão de “manter uma Política de Assistência Estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica, contudo, foi extinto nos governos subsequentes” (FONAPRACE, 1995 como citado em Parente, 2013, p.25). O DAE, amparado pela LDB de 1971 implantou:

Programas de assistência aos estudantes, como bolsas de trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. (Imperatori, 2017, p.287)

Porém, diante da extinção do DAE, as atividades de assistência passaram a ocorrer de forma segmentada nas instituições. A respeito da Assistência Estudantil, Parente (2013) destaca que em um primeiro momento ela foi:

Caracterizada pela informalidade, descrita através de ações de caráter pontual, descontínuo e marcado pela escassez de recursos. As ações eram centradas apenas em auxiliar as dimensões econômicas, atendendo aos problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como alimentação e moradia. Correspondeu a um período marcado pela construção de cidades universitárias, com o objetivo de criar uma identidade física para a instituição, além de acomodar a comunidade universitária. Porém, neste período, não se vislumbrou uma política pública voltada para apoiar efetivamente os estudantes. (p.74)

Após a crise econômica do Governo Militar, no final da década de 70, houve um processo de redemocratização no Brasil, e com isso surgem políticas públicas voltadas para a Assistência Estudantil. Parente (2013) denomina esse momento como sendo a segunda fase da assistência estudantil.

Gatti & Sangoi (2000) destacam que no ano de 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), tendo em vista o fortalecimento das políticas de Assistência ao Estudante e tendo como objetivos:

- garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social ;
- proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas. (Gatti & Sangoi, 2000, p.01)

Com essa nova fase na política nacional e diante da pressão de movimentos sociais, retomam-se as discussões sobre os direitos sociais, havendo a promulgação da Constituição Federal de 1988, atual Constituição brasileira, referência dos fundamentos democráticos e dos direitos fundamentais. Ela reconhece a educação como direito social e reafirma a assistência estudantil, conforme pode ser verificado abaixo:

Art.205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (Brasil, CF, 1988)

A LDB/1996 ratifica a CF/88 e abrange a Assistência Estudantil, quando afirma que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (Art. 3º)

No campo das legislações houve avanços significativos para a educação em geral. Em 2001, diante de uma exigência constitucional e regulamentado pela LDB/1996, foi criado o Plano Nacional de Educação⁸ (PNE, 2001), que apresentava como um dos seus objetivos “a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública” (p. 27).

Percebe-se a preocupação com o acesso, permanência e o êxito no tocante das legislações educacionais, pois além de garantir o acesso ao ensino, é necessário dar ao estudante condições para permanecer e concluir o curso com êxito.

A assistência estudantil se tornou, portanto, um mecanismo para o cumprimento do direito social a educação com a finalidade de colaborar com a ruptura dos obstáculos e com a superação dos problemas que podem interferir no desempenho dos estudantes, colaborando assim com a permanência e o bom desempenho acadêmico.

⁸ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de dez anos. Recuperado em: <http://pne.mec.gov.br/>

3.3 Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) caracteriza o resultado de uma luta histórica em busca da igualdade de oportunidades aos estudantes por meio da garantia da Assistência Estudantil.

Através da Portaria Normativa nº 39 do MEC, o PNAES foi instituído em 12 de dezembro de 2007 e implementado no ano de 2008. Somente em julho de 2010 o PNAES foi regulamentado pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 7.234, com algumas alterações do texto inicial.

De acordo com o Decreto nº 7.234, o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes e está voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que cada instituição tem liberdade para utilizar os recursos de acordo com a realidade social do público da sua instituição e levando em consideração os objetivos constantes no artigo 2º:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Decreto nº 7.234/2010)

Ainda de acordo com o referido decreto, as ações da assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Decreto nº 7.234/2010. Artigo 3º. Parágrafo 1º)

Percebe-se que as áreas de ação da Assistência Estudantil são bem amplas, portanto o PNAES articula diferentes políticas sociais no âmbito da educação. Para Imperatori (2017), essa articulação de diferentes áreas visa garantir um padrão de proteção social amplo.

O PNAES sugere, portanto, que a Assistência Estudantil seja um mecanismo para a promoção da igualdade de oportunidades através da criação de programas que abarquem os fatores socioeconômicos, mas também culturais e pedagógicos, contribuindo, assim, com a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes.

Os estudantes atendidos pelo PNAES devem ser prioritariamente da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (Decreto nº 7.234/2010).

3.3.1 Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília – PAE/IFB

É importante ressaltar que o PNAES define as áreas em que as ações devem ser desenvolvidas, mas não define como essas ações devem ser executadas. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Brasília (IFB), objeto desta pesquisa, através da Resolução IFB nº 10 de 2014, criou a sua Política de Assistência Estudantil (PAE), que em seu artigo 1º é descrita como:

Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações visando a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. (Resolução nº 014/2014 – Título I, Capítulo I)

Dentre os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFB, destaco àqueles diretamente ligados ao auxílio permanência presencial, objeto deste estudo:

I – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;

...

IV – contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

V – favorecer a inclusão de grupos historicamente afastados do processo educacional na perspectiva da democratização do ensino; (Resolução nº 014/2014 - Título I, Capítulo II)

Os recursos financeiros para a operacionalização da PAE são enviados pelo MEC para a Reitoria e, de acordo com a PAE, deve ser realizado um estudo técnico para a distribuição desses recursos entre os *campi*. Enquanto esse estudo não é feito, a Reitoria distribui os recursos proporcionalmente, tendo em consideração a quantidade de estudantes por *campus*.

A PAE do IFB foi criada de acordo com as áreas de ação definidas pelo PNAES. A operacionalização da PAE é realizada por meio de Programas Universais; Programas de Promoção à Permanência; e Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico.

Os programas da PAE têm como diretrizes a permanência e conclusão do estudante, qualidade do ensino, democratização da educação, conhecimento da realidade de cada *campus* e divulgação dos serviços prestados (Resolução nº 014/2014 - Título I, Capítulo III).

Na Reitoria, a PAE é coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino e nos *campi* essa coordenação é feita pela Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social. Em cada *campus*:

A Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social terá em sua composição o Núcleo de Serviço Social, o Núcleo de Psicologia, o Núcleo de Pedagogia, para tanto deverá contar com equipe mínima de: 1 (um) Assistente Social; 1 (um) Psicólogo; 1 (um) Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais; 3 (três) Assistentes de Alunos (Resolução IFB nº 014/2014 - Título I, Capítulo IV, Seção II).

Conforme a PAE, o IFB possui 3 (três) Programas Universais: Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico (PROASPEP); Programa de Promoção da Saúde; Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente (PINCEL).

O PROASPEP visa o atendimento social, pedagógico e psicológico mediante a realização de atividades de prevenção e acolhimento dos estudantes. De forma a contribuir com a diminuição das taxas de retenção e evasão escolar e a favorecer a permanência dos estudantes.

O Programa de Promoção da Saúde visa o bem-estar dos estudantes por meio de “ações de prevenção, promoção e vigilância à saúde física, mental e social dos estudantes” (Resolução nº 014/2014 – Anexo II, Capítulo II). De acordo com a PAE, essas ações podem ser realizadas por meio de campanhas educativas e imunizatórias, palestras, oficinas ou outras atividades.

Mediante repasse financeiro, o PINCEL apoia projetos e eventos esportivos, culturais, recreativos e educativos, visando à interação entre o *campus* e a comunidade, a identificação de talentos, a promoção do respeito à diversidade, colaborando com o bem-estar e a permanência dos estudantes.

Os Programas de Promoção à Permanência são 7 (sete): Auxílio Permanência Presencial; Auxílio Permanência aos Estudantes da Educação a Distância; Auxílio Moradia; Residência Estudantil; Auxílio Criança; Auxílio Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos); e Auxílio Integrado.

Segundo a Resolução nº 014/2014, o Auxílio Permanência Presencial e o Auxílio Permanência aos Estudantes da Educação a Distância visam:

proporcionar ao estudante que apresente alta ou moderada vulnerabilidade, que interfira na sua permanência no Instituto, apoio financeiro para manutenção de seus estudos, sob a forma de complementação das despesas para o atendimento prioritário ao transporte, material didático e à alimentação” (Anexo VI, Capítulo I, Artigo 1º).

O primeiro é destinado aos estudantes dos cursos presenciais e o segundo aos estudantes dos cursos à distância. Esses auxílios, segundo a PAE, visam minimizar as desigualdades, de forma a contribuir com a permanência e com a diminuição das taxas de retenção e evasão escolar.

O Auxílio Moradia concede auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que residem a 50 km ou mais distância do *campus* ou em zona rural, de forma que o estudante possa mudar-se para um local mais próximo ao *campus*, e com o recebimento do auxílio consiga custear parte dos custos com aluguel.

A Residência Estudantil é um programa destinado exclusivamente aos estudantes do *campus* Planaltina, devido às suas especificidades, esse *campus* possui prédios destinados à residência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que residem a 50 km ou mais de distância do *campus* ou em zona rural.

O Auxílio Criança concede auxílio financeiro aos estudantes que possuem filhos de 0 até 12 anos de idade e que não tenham com quem deixar seus filhos no período das aulas, com o auxílio o estudante poderá pagar uma creche ou um cuidador, e assim terá condições de permanecer no curso.

O Auxílio Proeja concede auxílio financeiro aos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Auxílio Integrado concede auxílio financeiro aos estudantes dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio, visando “viabilizar por meio de auxílio financeiro o direito a alimentação saudável no horário das aulas, durante a vigência do curso, nos *Campi* que não possuem refeitório próprio” (Resolução nº 014/2014 – Anexo X, Capítulo II, Artigo 2º).

Para realizar a inscrição nesses programas, o estudante tem que estar matriculado em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, de no mínimo 200h, ou em cursos Técnicos

ou de Graduação e comprovar que está em situação de vulnerabilidade social. O repasse financeiro visa colaborar com a permanência dos estudantes na instituição. Em geral, salvo especificidades de alguns programas, para a concessão desses auxílios são avaliados os seguintes critérios: renda familiar per capita (até um salário-mínimo e meio per capita); Ter estudado em escola pública (ou escola particular com bolsa integral); Despesas da família com aluguel ou com financiamento da casa própria; Pessoas diagnosticadas com doenças graves/crônicas e pessoas com deficiência; Famílias que recebem benefícios sociais (Programa Bolsa Família⁹, Benefício de Prestação Continuada¹⁰ (BPC) e/ou outros); Mulheres chefes de família (únicas responsáveis financeiras pela manutenção econômica da família); Pessoas negras, quilombolas e indígenas; Situação de trabalho dos responsáveis e do Educando. (Resolução nº 014/2014 – Anexo VI, Capítulo I, Artigo 4º).

O processo seletivo é realizado de acordo com esses critérios, os assistentes sociais realizam uma análise socioeconômica mediante a análise de documentos comprobatórios, (conforme Anexo I), e os estudantes que comprovarem estar em situação de vulnerabilidade social de acordo com os critérios estabelecidos e se encaixarem dentro do número de vagas disponíveis receberão o(s) auxílio(s).

Esse processo seletivo é realizado 02 (duas) vezes ao ano, no 1º e 2º semestre, o estudante contemplado recebe o auxílio até o último mês de aula, conforme data prevista no calendário acadêmico, não havendo renovação para o ano seguinte.

O pagamento do auxílio está condicionado à frequência do estudante, devendo o estudante comparecer semanalmente na Coordenação de Assistência Estudantil e inclusão Social para assinar a frequência. Sobre esse aspecto, existem críticas ao fato do único critério ser a frequência. Nessa perspectiva, Taufick (2013) destaca que:

É preciso, também, o cuidado para não se vincular o benefício social ao êxito acadêmico, sem identificar as causas da situação de baixo rendimento. Da mesma maneira é preciso combater o pensamento determinista de que o aluno carente seja o responsável pela queda dos indicadores acadêmicos da instituição. Diferente de outras

⁹ “O PBF (Programa Bolsa Família) é tecnicamente chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos. Consiste na ajuda financeira às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 85,00 a R\$ 170,00) que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos e extremamente pobres (com renda per capita até R\$ 85,00)”. Recuperado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia

¹⁰ Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Lei nº 12.435, de 2011). Para receber esse benefício é necessário possuir uma renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo e comprovar incapacidade para o trabalho.

redes de ensino, a Rede Federal possui recursos mais do que suficientes para oferecer suporte pedagógico complementar aos seus alunos, atuando nas causas que levam à reprovação. (p.123)

De acordo com a PAE, os estudantes são categorizados em grupos de vulnerabilidade, sendo o Grupo 1 (G1) – alta vulnerabilidade, Grupo 2 (G2) – média vulnerabilidade e o Grupo 3 (G3) – não prioritário (Resolução nº 014/2014 – Anexo IV, Capítulo III, Seção I, Artigo 5º).

É importante destacar que cada estudante poderá receber até 2 (dois) auxílios do Programa de Permanência, não podendo ultrapassar o valor de R\$650,00. É importante destacar ainda que em geral não há vagas para todos os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social. E em situações emergenciais poderá ser concedido ao estudante um auxílio emergencial, que será disponibilizado mediante parecer do Assistente Social.

O IFB possui também 2 (dois) Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico: Programa de Monitoria e Programa de Desenvolvimento Técnico e Científico.

No Programa de Monitoria é concedido auxílio financeiro a estudantes que dão reforço a outros estudantes em determinadas disciplinas, visando, assim, “proporcionar aos estudantes do IFB espaço colaborativo para o desenvolvimento da aprendizagem” (Resolução nº 014/2014 – Anexo XI, Capítulo I, Artigo 1º).

O Programa de Desenvolvimento Técnico e Científico concede auxílio financeiro para custear inscrição, alimentação, hospedagem e transporte para a participação do estudante em eventos técnicos e científicos e tem como objetivo “estimular o Desenvolvimento Técnico e Científico dos estudantes na sua formação intelectual, acadêmica e profissional, possibilitando assim a formação integral do discente” (Resolução nº 014/2014 – Anexo XII, Capítulo II, Artigo 2º).

De acordo com a PAE, no caso dos Programas que fazem o repasse financeiro aos estudantes, os valores referentes a cada Programa devem ser propostos pela Pró-Reitoria de Ensino e levados para discussão junto à comunidade acadêmica.

O estudante está sujeito à perda do auxílio nos seguintes casos: Trancar a matrícula; Ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas no mês letivo, sem justificativa; Infringir às normas disciplinares; Desistir ou concluir o curso; Não realizar a renovação da matrícula; Solicitar o repagamento do auxílio e não retirá-lo; Quando solicitado pelo próprio estudante ou seu responsável. (Resolução nº 014/2014 – Capítulo V, Título V, Artigo 26).

Dentre os Programas de Permanência, a pesquisadora optou por estudar o Auxílio Permanência Presencial, pois é o que tem a maior expressividade no *campus* Samambaia em relação a quantidade de alunos atendidos conforme quadro 02:

Quadro 02 - Quantidade de alunos atendidos nos Programas de Permanência no 2º semestre de 2016 no campus Samambaia

Tipo de auxílio	Quant. de alunos
Auxílio Permanência Presencial	145
Auxílio Integrado	92
Auxílio Criança	22
Auxílio PROEJA	15
Auxílio Moradia	04

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

CAPÍTULO IV – Metodologia

Conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento (Andrade, 2010, p.117).

4.1 Delineamento da Pesquisa

De acordo com Minayo (1993, como citado em Silva & Menezes, 2001), a pesquisa é uma:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (p.19).

Quanto aos objetivos da pesquisa, de acordo com Selltiz et al. (1967, como citado em Gil, 2008, p.27), as pesquisas podem ser classificadas em “três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses”, esta última também pode ser chamada de explicativa.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, pois, segundo Gil (2008), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (p.27). Desta forma, essa pesquisa avalia o impacto e o papel do auxílio permanência presencial na vida dos discentes contemplados com o auxílio permanência presencial no *campus* Samambaia e realiza propostas que podem colaborar com a melhoria do programa. Apesar da relevância do tema, observou-se que há poucas pesquisas relacionadas a esse tema no âmbito do IFB.

A pesquisa também é descritiva, pois buscou identificar o perfil e a situação socioeconômica dos discentes contemplados com o auxílio permanência presencial e estabelecer relações entre variáveis. Segundo Gil (2008), “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (p.28).

De acordo com Gerhardt & Silveira (orgs) (2009) em uma pesquisa científica:

Investiga-se uma pessoa ou grupo capacitado (sujeito da investigação), abordando um aspecto da realidade (objeto da investigação), no sentido de comprovar experimentalmente hipóteses (investigação experimental), ou para descrevê-la (investigação descritiva), ou para explorá-la (investigação exploratória) (p.36).

Quanto a sua natureza, a presente pesquisa pode ser classificada como pesquisa aplicada, pois está relacionada a uma realidade específica, envolve os interesses de uma determinada comunidade e o apontamento de possíveis problemas, bem como propostas de intervenção.

Essa pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso, esse estudo foi realizado visando explorar a realidade dos discentes contemplados com o auxílio permanência presencial no *campus* Samambaia, descrever o contexto no qual esses discentes estão inseridos, na tentativa de explicar a relevância e o papel do auxílio permanência presencial, bem como avaliar o impacto desse auxílio na vida dos discentes. Segundo Fonseca (2002, como citado em Gerhardt & Silveira (orgs), 2009):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (p.39).

Quanto ao problema, essa pesquisa pode ser classificada como qualitativa e quantitativa, ela é qualitativa, pois leva em consideração as questões subjetivas, as particularidades, a opinião, a percepção, as expectativas, as crenças e os valores dos sujeitos; ela é quantitativa, pois transforma em números as informações apuradas, através de métodos estatísticos, realizando relações baseada na frequência e na intensidade.

De acordo com Minayo (2001):

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (p.22).

Apesar disso, o referido autor destaca que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade

abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2001, p.22).

4.2 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa utilizou seguintes técnicas de pesquisa: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental e Questionários.

4.2.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, também chamada de fontes secundárias, refere-se à realização do levantamento da bibliografia já publicada (livros, artigos, dissertações, revistas e outros) com o objetivo de reforçar a análise da pesquisa. A pesquisadora realizou a pesquisa bibliográfica por meio de fichamentos e resumos de livros, artigos, dissertações, teses, revistas, entre outros textos relacionados à temática estudada, a fim de criar um referencial teórico e refletir a respeito da trajetória da Assistência Estudantil no Brasil.

4.2.2 Pesquisa documental

Na pesquisa documental, os dados são obtidos de forma indireta, segundo Gil (2008), “para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (p.147). Nessa pesquisa, foram coletados dados das legislações que tratam da educação em geral e da assistência estudantil, dos documentos da Assistência Estudantil, como por exemplo as planilhas de pagamentos, do edital dos Programas de Permanência, assim como dados da página da internet do IFB.

4.2.3 Questionário

A recolha de dados também foi realizada por meio de um questionário semi-estruturado (anexo II), o questionário utilizado é uma adaptação do próprio questionário de inscrição dos Programas de Permanência do IFB, a pesquisadora utilizou a mesma estrutura do referido questionário, e fez adaptações de acordo com os objetivos da pesquisa.

Segundo Gil (2008), questionário é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações

sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” (p.121).

O questionário possui questões abertas, fechadas e mistas. Nas questões abertas, os discentes podiam responder de forma livre os questionamentos da pesquisadora. Nas questões fechadas, os discentes deveriam escolher uma ou mais respostas dentre as opções apresentadas. E nas questões mistas, existia a possibilidade da última opção da lista ser o item “Outros”, no qual o estudante poderia apresentar uma outra opção não descrita na lista da pesquisadora ou descrever e explicar a sua resposta. Destaca-se que foi utilizada uma linguagem clara e adequada ao público respondente.

O questionário foi dividido em 05 blocos, após a apresentação inicial, o primeiro bloco de perguntas referia-se à identificação do estudante; no segundo bloco foram feitas perguntas referente aos programas da assistência estudantil; no terceiro bloco as perguntas estavam relacionadas aos dados educacionais do estudante e familiares; no quarto bloco sobre a situação socioeconômica do estudante e familiares; e no quinto bloco sobre a renda do estudante e familiares.

Após a estruturação do questionário, foi realizado um pré-teste com um servidor da Assistência Estudantil do IFB e um estudante contemplado com o auxílio permanência presencial, ambos foram escolhidos por conveniência, pela facilidade de acesso a essas pessoas. Neste momento foram identificadas algumas falhas que foram prontamente corrigidas para que posteriormente o questionário pudesse ser aplicado ao público alvo da pesquisa.

4.2.3.1 Aplicação do Questionário de pesquisa

A aplicação do questionário (anexo II) foi realizada via Google Drive, que é um serviço de disco virtual do Google que, além de outras utilidades, permite a criação e edição de formulários de pesquisa que geram respostas automáticas e organizadas por meio de gráficos e porcentagens.

No dia 15/02/2017 foi enviado, via instituição, um e-mail convidando os estudantes a responderem ao questionário de forma voluntária e anônima, no dia 16/02/17, no período noturno e no dia 17/02/17 no período matutino, nos Laboratórios de Informática nº 3 e nº 5, respectivamente, do IFB *Campus* Samambaia. O convite propôs ao estudante que, caso ele

não pudesse comparecer nos referidos laboratórios nos dias especificados, ele poderia acessar o link da pesquisa e contribuir com a pesquisa de modo virtual.

Com o intuito de reforçar o convite feito por e-mail, a pesquisadora passou em todas as salas de aulas do IFB *campus* Samambaia, convidou todos os estudantes contemplados com o auxílio permanência presencial no 2º semestre de 2016 a participar da pesquisa e entregou um folder (anexo III) com a apresentação da pesquisadora e do estudo, com a informação de que os dados obtidos seriam utilizados na pesquisa e que a divulgação dos resultados seria realizada preservando-se a identidade do estudante. O panfleto continha também a data e o horário que o laboratório de informática estaria disponível para que os estudantes pudessem responder ao questionário.

Desta forma, de um universo de 145 estudantes que receberam o auxílio permanência presencial no 2º semestre de 2016, uma amostra de 92 estudantes, ou seja, uma porcentagem de 63,45%, respondeu ao link do questionário, enviado por e-mail ou presencialmente, via Google Drive. Araújo e Leite (2014) destacam que a opção por convidar a totalidade dos discentes contemplados mostra-se adequada de modo a permitir ampla oportunidade de participação, o que não seria possível caso fosse selecionada apenas uma amostra dos estudantes.

4.2.3.2 Tratamento dos dados

A tabulação dos dados do questionário foi realizada por meio da Estatística Descritiva, de forma automática pelo Google Drive, esse serviço cria gráficos e porcentagens automaticamente, trazendo praticidade ao pesquisador. De acordo com Crespo (1995, como citado em Medeiros, 2007, p.18), “a Estatística é uma parte da Matemática Aplicada que fornece métodos para a coleta, organização, descrição, análise e interpretação de dados e para a utilização dos mesmos na tomada de decisões”.

Após essa etapa, a pesquisadora realizou a análise e interpretação dos resultados obtidos buscando identificar as relações existentes entre as variáveis dos resultados com os objetivos do auxílio permanência presencial descritos na política de assistência estudantil do IFB, conforme descrito no próximo capítulo: Análise dos Resultados. Andrade (2010) destaca que “os dados não apresentam importância em si mesmos; a relevância está no fato de, através dos dados chegar-se às conclusões, procedendo-se a avaliações e generalizações; inferências de relações causais que conduzem à interpretação”. (p.139).

CAPÍTULO V – Análise dos Resultados

Neste capítulo a pesquisadora irá caracterizar a instituição pesquisada no sentido de conhecer a realidade em que os estudantes que recebem o auxílio permanência estão inseridos, bem como caracterizar os sujeitos da pesquisa. Será apresentada e discutida também a escolaridade e a situação socioeconômica dos estudantes e familiares, além dos dados sobre os programas de Assistência Estudantil.

5.1 Caracterização da Instituição

O IFB possui 10 *campi*, dentre eles o *campus* Samambaia, objeto deste estudo, o qual teve seu funcionamento autorizado em 2010 por meio da Portaria do MEC n.º 1.170 de 21 de setembro.

O *campus* Samambaia trabalha com o tripé ensino, pesquisa e extensão oferecendo cursos de nível técnico em diversas modalidades nas áreas de Meio Ambiente, Construção Civil e Produção Moveleira; Licenciatura em Educação Profissional; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), além de programas e projetos de pesquisa e extensão oferecidos tanto para os estudantes do IFB como para a comunidade externa.

De acordo com dados da página “IFB em Números” (<http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>), no ano de 2010 o *campus* Samambaia atendeu 367 estudantes e em 2016, ano da realização desta pesquisa, o *campus* Samambaia atendeu um total de 1.602 estudantes.

O IFB é uma instituição pública e gratuita, o acesso aos seus diversos *campi* é realizado através de sorteio eletrônico das vagas e no caso dos cursos superiores de graduação o acesso é por meio do SISU¹¹ (Sistema de Seleção Unificada) e da nota do Enem¹² (Exame Nacional do Ensino Médio).

¹¹ O Sistema de Seleção Unificada - Sisu “é uma ferramenta criada pelo Ministério da Educação para selecionar alunos para instituições públicas de ensino superior por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”. Recuperado em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/enem/2012-06-21/o-que-e-o-sisu.html>

¹² O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem “é uma prova elaborada pelo Ministério da Educação para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o ensino médio”. Recuperado em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/enem/2012-06-21/o-que-e-o-enem.html>

Desta forma, o IFB atende um público de jovens e adultos, em geral a partir dos 14 anos de idade, de todas as classes socioeconômicas. Além de oferecer reserva de vagas para pessoas com deficiência; candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas; candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e para candidatos oriundos de escolas públicas.

O *campus* está localizado na Região Administrativa de Samambaia, às margens da Rodovia DF – 460, localizado a cerca de 1 km da estação Furnas do metrô e próximo de pontos de ônibus, oferecendo assim aos estudantes as opções de se locomover de transporte público, ônibus ou metrô, no seu percurso. Porém, percebe-se que é preciso investir na infraestrutura do trânsito para garantir o acesso seguro de veículos ao *campus* e uma maior fluidez ao trânsito do local.

5.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Conforme relatado no capítulo IV (quatro), os sujeitos desta pesquisa são estudantes das diversas modalidades e níveis de ensino do *campus* Samambaia conforme quadro 03 e todos eles receberam o auxílio permanência presencial no 2º semestre de 2016.

Quadro 03 - Cursos realizados pelos estudantes

Técnico em Controle Ambiental - Integrado	34,8%
Técnico em Design de Móveis - Integrado	16,3%
Técnico em Edificações - Subsequente	16,3%
Técnico em Controle Ambiental - Subsequente	13%
Técnico em Edificações – PROEJA	12%
Técnico em Móveis – Subsequente	5,4%
Licenciatura em Educação Profissional	2,2%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Esses estudantes têm uma faixa etária entre 15 e 49 anos, sendo 80,43% entre 15 e 29 anos, 10,87% entre 30 e 39 anos e 8,7% entre 40 e 49 anos, ou seja, a maioria é jovem. Sendo 59,8% do sexo feminino e 40,2% do sexo masculino.

O termo jovem, foi incluído na atual Constituição Federal Brasileira pela Emenda Constitucional nº65, de 13 de julho de 2010¹³. O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. A ONU e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) consideram jovem, a população entre 15 e 24 anos de idade.

A revista UOL Economia (2016a) destaca que de acordo com dados do IBGE, em 2016 o desemprego subiu em todas as regiões do Brasil, e entre a população com faixa etária entre 18 a 24 anos, população que está entrando no mercado de trabalho, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2016 foi de 24,1%, nesse mesmo período a taxa de desemprego geral foi de 10,9%. Tal facto, enfatiza a necessidade da oferta de capacitação profissional aos jovens, de forma que eles estejam preparados para ocupar as vagas existentes no mercado de trabalho.

Quanto a Raça/Cor/Etnia¹⁴, 23,9% se declararam brancos, 1,1% indígena, 53,3% pardos e 21,7% negros, observa-se que o grupo majoritário é composto por pardos.

Quadro 04- Características dos estudantes pesquisados quanto ao gênero, faixa etária e etnia.

Genêro	Feminino	59,8%
	Masculino	40,2%
Faixa Etária	Entre 15 e 29 anos	80,43%
	Entre 30 e 39 anos	10,87%
	Entre 40 e 49 anos	8,7%
Etnia	Branco	23,9%
	Pardo	53,3%
	Negro	21,7%
	Indígena	1,1%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

¹³ Emenda Constitucional nº65, de 13 de julho de 2010 - Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.

¹⁴ Silva (s.d) apresenta os seguintes aspectos conceituais para os termos: Raça, Cor e Etnia. Segundo a autora, Raça é frequentemente associado, pelos autores, a aspectos físicos (cor da pele, tipo de cabelo, traços faciais). O termo etnia relaciona-se mais comumente a aspectos culturais e sua correlação com aspectos físicos. Já o termo cor é marcadamente usado como referência à tonalidade da pele, só que associada majoritariamente à cor negra e pouco a outras cores (branca, amarela).

Dos estudantes, 53,3% residem em Samambaia, a mesma região administrativa em que o *campus* está localizado, os demais 46,7% residem em outras regiões administrativas do DF e também do entorno. Sendo que 94,6% dos estudantes residem na zona urbana e 5,4% residem em zona rural conforme quadro 05.

Quadro 05- Local e zona de residência

Local de residência	Samambaia	53,3%
	Outras regiões administrativas do DF e entorno	46,7%
Zona de residência	Zona urbana	94,6%
	Zona Rural	5,4%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A Região Administrativa de Samambaia possui 254.439 habitantes, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/2016, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan.

Quanto ao Estado Civil dos estudantes, 78,3% se declararam solteiros, 12% casados, 2,2% separados e 7,6% em união estável. Sendo que 75% dos estudantes declararam não ter filhos, 14,1% possuem 01 filho, 8,7% possuem 02 filhos, 1,1% possuem 03 filhos e 1,1% possuem 04 filhos conforme quadro 06.

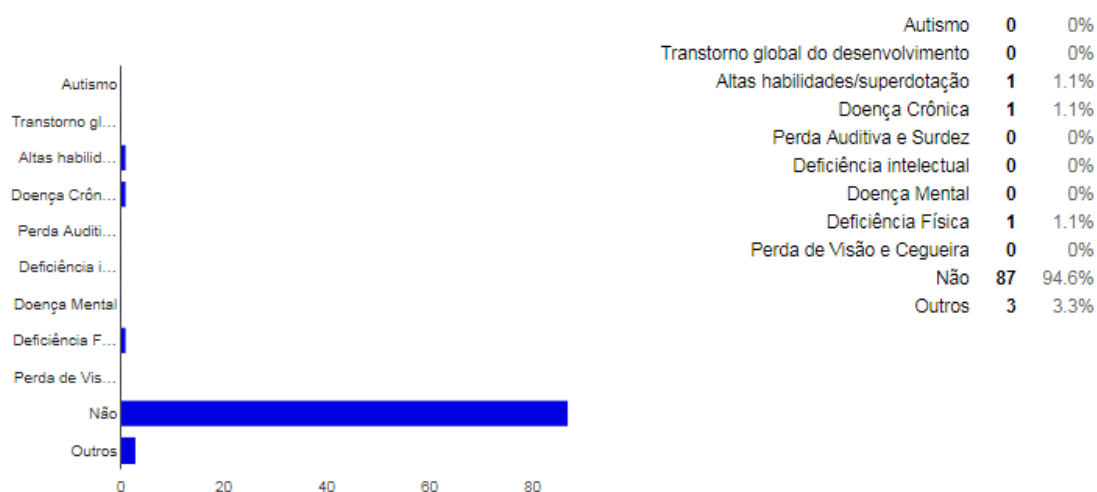
Quadro 06 – Estado Civil e Quantidade de filhos do estudante

Estado Civil	Solteiros	78,3%
	Casados	12%
	Separados	2,2%
	União estável	7,6%
Quantidade de filhos	00	75%
	01	14,1%
	02	8,7%
	03	1,1%
	04	1,1%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto a ser portador de alguma necessidade específica a maior parte dos estudantes 94,6% declarou não ser portador, 1,1% possui altas habilidades/superdotação, 1,1% possui doenças crônicas, 1,1% possui deficiência física e 3,3% possui algum outro tipo de necessidade específica não descrita nas opções.

Figura 1 - O estudante possui alguma necessidade específica



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No que tange a mobilidade urbana desses estudantes, a maior parte, 89,1% declararam que utilizam o transporte coletivo para ir ao *campus*, 7,6% utilizam a bicicleta, 5,4% vão de carona, 5,4% vão a pé, 2,2% vão de moto própria, 1,1% de automóvel próprio e 2,2% utilizam algum outro tipo de transporte não especificado.

Quadro 07 – Transporte utilizado para ir ao campus Samambaia

Tipo de transporte utilizado para ir ao campus Samambaia	Transporte coletivo	89,1%
	Bicicleta	7,6%
	Carona	5,4%
	A pé	5,4%
	Moto	2,2%
	Automóvel	1,1%
	Outros	2,2%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Tais dados são interessantes, pois a mobilidade urbana é de extrema relevância para a permanência desses na instituição, tendo em vista que a maioria depende de transporte público para se locomover no acesso ao IFB – *campus* Samambaia.

Em relação a escolha dos cursos realizados pelos estudantes que recebem auxílio permanência, 40,2% declarou ter escolhido o curso por ter afinidade com a área, 31,5% para elevar a escolaridade, 31,5% para melhorar as condições de vida, 25% estão buscando uma recolocação no mercado de trabalho e 3,3% por outros motivos não citados. A soma dos percentuais é maior que 100%, pois os estudantes podiam escolher mais de uma opção.

Quadro 08- Motivo da escolha do curso-

Afinidade com a área	40,2%
Elevação de escolaridade	31,5%
Melhoria das condições da vida	31,5%
Recolocação no mercado de trabalho	25%
Outros	3,3%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Observa-se, que 40,2% dos estudantes escolheram o curso por ter afinidade com a área, essa afinidade pode colaborar com o processo de adaptação e com o sucesso no curso. Uma grande parte dos estudantes, 88%, declararam ter escolhido o curso por motivos relacionados a elevação de escolaridade e melhora das condições de vida e trabalho. Tal facto demonstra que uma parte significativa dos estudantes veem a educação como uma importante aliada para a mobilidade social¹⁵ dos cidadãos no sentido ascendente.

5.3 Escolaridade dos estudantes e familiares

Em relação ao nível de escolaridade dos pais e/ou companheiros (as) dos estudantes, é possível verificar que quase metade dos pais (pai e/ou mãe) possuem até o ensino fundamental completo, uma escolaridade considerada baixa. De acordo com dados da Codeplan em relação ao nível de escolaridade da população de Samambaia “a população

¹⁵ Mobilidade social significa o “fenômeno em que um indivíduo (ou um grupo) que pertence a determinada posição social transita para outra, de acordo com o sistema de estratificação social”. Recuperado em: <https://www.significados.com.br/mobilidade-social/>

concentra-se na categoria dos que têm ensino fundamental incompleto, 35,50%, seguido pelo médio completo, 22,17%. Os que possuem nível superior completo são 6,67%. Analfabetos na Região representam 2,74%” (Codeplan, 2016, p.24). Segundo Oliveira (2001):

É amplamente reconhecido pela literatura sobre mercado de trabalho que o rendimento do trabalho é maior para aqueles que têm maior estoque de capital humano, isto é, que estudaram mais tempo e em melhores escolas. Como exemplo, podemos citar as estimativas feitas por Ferreira e Barros (1999), que mostram que a relação entre salários e anos de escolaridade é crescente e convexa, isto é, apresenta retornos maiores em termos de salários para níveis mais altos de educação. Portanto, é bastante plausível que se verifique na prática a relação entre a desigualdade educacional e a desigualdade de renda (p.30).

Quadro 09 - Nível de Escolaridade do Pai, da Mãe e do companheiro(a) do estudante

Nível de Escolaridade	Pai	Mãe	Companheiro (a)
Não Alfabetizado	15,2%	7,6%	1,1%
Alfabetizado	5,4%	9,8%	1,1%
Ensino fundamental incompleto	20,7%	21,7%	3,3%
Ensino fundamental completo	7,6%	8,7%	2,2%
Ensino médio completo	25%	26,1%	13%
Ensino médio incompleto	8,7%	7,6%	5,4%
Superior completo	5,4%	10,9%	3,3%
Superior incompleto	3,3%	4,3%	3,3%
Especialização	0%	1,1%	1,1%
Mestrado	0%	0%	0%
Doutorado	0%	0%	0%
Não se aplica	6,5%	1,1%	62%
Outros	2,2%	1,1%	4,3%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A maior parte dos estudantes antes de ingressarem no IFB, estudaram somente em escola pública (ver quadro 10), o que demonstra a relevância do IFB no que tange a inclusão no âmbito educacional, ao oferecer cursos de qualidade que permitem a elevação de escolaridade e a qualificação profissional de cidadãos.

Quadro 10 - Tipo de instituição em que estudou no Ensino Fundamental e Médio

Ensino Fundamental	Somente em Escola Pública	85,9%
	Escola particular com Bolsa	2,2%
	Escola Pública e Particular com Bolsa	5,4%
	Escola Pública e Particular sem Bolsa	4,3%
	Escola Particular sem Bolsa	2,2%
Ensino Médio	Somente em Escola Pública	87%
	Escola particular com Bolsa	3,3%
	Escola Pública e Particular com Bolsa	3,3%
	Escola Pública e Particular sem Bolsa	1,1%
	Escola Particular sem Bolsa	0%
	Não cursei o Ensino Médio	5,4%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A maioria dos estudantes que participaram da pesquisa está no Ensino Médio Integrado¹⁶ (Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Design de Móveis), portanto estão em idade regular e possivelmente nunca pararam de estudar, uma quantidade expressiva de estudantes dos demais cursos (Subsequentes: Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Edificações, Técnico em Móveis; PROEJA: Técnico em Edificações e Licenciatura em Educação Profissional) pararam de estudar em algum período da vida, conforme quadro 11. Em estudos realizados por Neri (2009) e Silva (2015) eles apresentam como motivos para a evasão escolar a necessidade de trabalho e renda, a falta de condições socioeconômicas, de acesso e segurança, dificuldades de aprendizagem, falta de didática docente e também a falta de interesse do estudante que muitas vezes não consegue perceber os benefícios da escola na sua vida tanto no presente quanto para o futuro.

Quadro 11 - Tempo sem estudar antes de ingressar no IFB e Motivos

Tempo sem estudar antes de ingressar no IFB	1 ano	8,7%
	2 anos	5,4%
	3 anos	4,3%

¹⁶ “Trata-se de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não sendo possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico ou o contrário, de acordo com o Decreto 5.154/04, com o Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e a Resolução CNE/CEB 06/2012. É oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, oportunizando ao estudante cursar o Ensino Médio junto/integrado ao Ensino Técnico, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única”. Informações retiradas do EDITAL Nº 10/CTGC, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

	4 anos	7,6%
	Mais de 5 anos	19,6%
	Nunca parou de estudar	54,3%
Motivos para ter parado de estudar	Necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar	62,5%
	Baixa condição financeira para se manter na escola	30%
	Porque nunca me interessei pelos estudos	2,5%
	Porque não considerava importante estudar	5%
	Porque não gostava da escola	2,5%
	Porque na minha família não era habitual estudar	7,5%
	Porque tinha dificuldades de aprendizagem	2,5%
	Outros	17,5%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

5.4 Situação Socioeconômica dos estudantes e familiares

Em relação a situação socioeconômica, a maioria dos estudantes nunca trabalharam, ver quadro 12, principalmente pelo fato de estarem no Ensino Médio Integrado, o que justifica tal fator. A segunda maior parte não está trabalhando no momento, devido à dificuldade para conseguir trabalho ver figura 02.

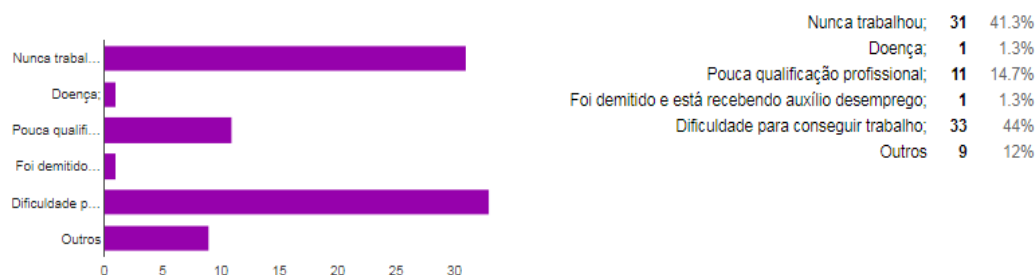
Quadro 12 - Situação de Trabalho

Situação de Trabalho	Nunca trabalhou	43,5%
	Não está trabalhando	39,1%
	Trabalha no setor privado SEM carteira assinada	2,2%
	Trabalha no setor privado COM carteira assinada	8,7%
	Servidor público	1,1%
	Aposentado	0%
	Recebe benefício do INSS (auxílio doença ou outros)	1,1%
	Autônomo	3,3%

	Estagiário	1,1%
	Outros	0%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Figura 2 - Motivo apresentado para justificar o fato de não estar trabalhando



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dentre os estudantes que declararam que estão trabalhando, formal ou informalmente, as profissões citadas foram: Professor; Cadista¹⁷; Pintor predial; Manutenção Predial; Doceira; Agente de segurança e portaria; Auxiliar de topografia; Telemarketing; Motorista; Ajudante; Técnico em Informática; Assistente Administrativo; Babá; Auxiliar Administrativo.

Em relação a renda, observou-se que a renda bruta familiar dos estudantes concentra-se entre 0,5 a 1,5 do Salário Mínimo¹⁸ (R\$468,51 a R\$1.405,50) ver quadro 13. De acordo com dados da Codeplan em relação à renda, a população de Samambaia possui uma renda média baixa.

A renda domiciliar média apurada na pesquisa foi da ordem de R\$ 3.368,49, o que corresponde a 4,27 salários mínimos (SM), e a renda per capita foi de R\$ 914,61 (1,16 SM) (Tabela 5.7). [...] Considerando a renda média mensal auferida pelos moradores, os 10% mais ricos absorvem 30,14% da renda. Os 10% de menor poder aquisitivo detêm apenas 2,07%. O Coeficiente de Gini é de 0,402 2. (Codeplan, 2016, p.35)

Nesse caso observa-se que a renda bruta familiar declarada pelos estudantes é menor que a renda bruta familiar da Região Administrativa de Samambaia, ou seja, tal realidade

¹⁷ Cadista é a pessoa responsável por desenhar ou fazer o projeto num software CAD, conforme as especificações do projetista ou engenheiro. Recuperado em: <http://projeteagora.blogspot.com.br/2011/05/o-que-faz-o-profissional-cadista.html>

¹⁸ Ressalta-se que o salário mínimo em fevereiro de 2017, período em que a pesquisa foi realizada, era de R\$937,00.

demonstra a vulnerabilidade dos estudantes, e justifica a importância do auxílio permanência presencial na vida acadêmica dos estudantes.

Os dados apresentados em relação ao nível de escolaridade dos pais e/ou companheiros (as) dos estudantes demonstraram que estes possuem baixa escolaridade. Observa-se também que os estudantes e familiares possuem uma renda média baixa, ratificando assim a ideia de que quanto menor for o nível de escolaridade, menor será a renda, a revista UOL Economia (2016b) destaca que de acordo com dados divulgados pelo IBGE “pais que têm melhores condições financeiras, em geral, podem dar aos filhos mais acesso a fontes de educação. Não apenas pagando sua educação formal, com escola e faculdade, mas outras oportunidades culturais, como livros e viagens, por exemplo”, ratificando a ideia de capital cultural de Bourdieu, tratada no subcapítulo 2.2 desta dissertação. Mas, é importante destacar que tais fatores influenciam, porém não são determinantes.

Quadro 13 - Renda Bruta Familiar e Renda Bruta do Estudante

	Renda Bruta Família	Renda Bruta Estudante
Até 0,5 SM - R\$468,50	8,7%	19,6%
Entre 0,5 e 01 SM - R\$468,51 até R\$937,00	32,6	20,7%
Entre 01 e 1,5 SM - R\$937,01 até R\$1.405,50	34,8	7,6%
Entre 1,5 e 02 SM - R\$1.405,51 até R\$1874,00	13%	1,1%
Entre 02 e 03 SM - R\$1874,01 até R\$2.811,00	6,5%	1,1%
Entre 03 e 04 SM - R\$2.811,01 até R\$3.748,00	2,2%	0%
Entre 04 e 05 SM - R\$3.748,01 até R\$4.685,00	0%	0%
Entre 05 e 06 SM - R\$4.685,01 até R\$5.622,00	0%	0%
Acima de 06 SM - R\$5.622,01	2,2%	1,1%
Não possui renda	-	48,9%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto à moradia, 37% residem em imóvel próprio quitado, 31,5% em imóvel alugado, 19,6% em imóvel emprestado ou cedido, 7,6% em imóvel próprio em financiamento e 4,3% em outros tipos de imóveis. A maioria dos estudantes (89,1%) declarou que a família não possui outros imóveis além do imóvel próprio.

A maioria dos estudantes declarou que atualmente na sua residência moram 05 pessoas incluindo eles, e 40,2% moram com os pais conforme quadro 14.

Quadro 14 - Quantidade de pessoas na residência e Com quem o estudante mora:

Quantidade de pessoas incluindo o estudante na residência	1	9.8%
	2	8.7%
	3	21.7%
	4	21.7%
	5	26.1%
	6	8.7%
	7	1.1%
	8	2.2%
	9	0%
	10	0%
Com quem o estudante mora	Pais	40.2%
	Esposo (a), companheiro (a) e/ou filho (s)	23,9%
	Parentes	17,4%
	Sozinho (a)	1,1%
	Amigo (a)	3,3%
	Mãe	21,7%
	Pai	1,1%
	Outros	13%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto ao recebimento de benefício social, 76,1% declararam não receber nenhum benefício social e 23,9% declararam que recebem. Dos que recebem, 95,2% recebem o Bolsa Família e 4,8% recebem o BPC - Benefício de Prestação Continuada.

Quadro 15 – Recebimento de benefício social/Qual benefício recebe

Recebimento de benefício social	Não	76,1%
	Sim	23,9%
Recebe qual tipo de benefício social	Bolsa Família	95,2%
	BPC	4,8%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Observa-se que 76,1% dos estudantes declararam não receber benefícios sociais do governo. Porém, é importante ressaltar que dentre os estudantes que recebem o auxílio permanência presencial, todos enquadram-se no requisitos do PNAES (Decreto nº 7.234/2010):

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Artigo 5º).

E todos os estudantes contemplados com o auxílio permanência presencial estão em situação de vulnerabilidade social, de acordo com os critérios para a concessão citados no subcapítulo (3.3.1).

Quanto a existência de pessoas da família com necessidades específicas, 87% declararam que não possuem e 13% declararam que possuem familiares com necessidades específicas. Os que possuem declararam que 41,7% possuem doença crônica, 25% doença mental, 16,7% deficiência intelectual e 16,7% deficiência física.

Em relação ao acesso a cultura, 51,1% dos estudantes declarou não ter acesso com frequência a programas culturais, 46,7% declararam que têm acesso com frequência ao cinema, 12% a shows culturais, 9,8% ao teatro e 2,2% a outros tipos de manifestações culturais. Junior et al. (2013) destacam que para Bourdieu as relações de classe são multidimensionais e determinadas pela distribuição do capital econômico, do capital social e do capital cultural, além do capital simbólico, nesse contexto:

A distribuição desigual dessas formas de capital entre os sujeitos que constituem um contexto social determina a estrutura das relações de classe entre esses sujeitos (sobretudo porque a cada tipo de capital está associada, direta ou indiretamente, uma

relação de poder e privilégios). Os tipos e quantidades de capital acumulados por cada indivíduo com relação aos outros sujeitos do seu contexto social determina a posição relativa desses indivíduos na estrutura das relações de classe (Junior et al. 2013, p. 116).

Observa-se que um pouco mais da metade dos estudantes declararam não ter acesso com frequência a cultura, segundo Bourdieu a acumulação de capital cultural é um processo que se inicia na infância, em geral pais com escolaridade elevada repassam aos filhos hábitos de leitura e culturais, esses indivíduos terão vantagem, na vida escolar, por exemplo, sob os demais que não tem esses hábitos.

Ao retomarmos os dados, observa-se que a maioria dos pais dos estudantes que recebem auxílio permanência presencial possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto, uma escolaridade considerada baixa. Observa-se também que esses estudantes possuem uma baixa renda bruta familiar. Tais factores ratificam a necessidade do auxílio permanência presencial na busca da equidade, permanência e da democratização do ensino.

5.5 Sobre os Programas da Assistência Estudantil oferecidos no *campus* Samambaia

Conforme relatado no Capítulo III, item 3.3.1, o *campus* Samambaia possui os seguintes programas de assistência estudantil:

- I. Programas Universais: Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico; Programa de promoção da Saúde; Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente;
- II. Programas de Promoção à Permanência: Auxílio Permanência Presencial; Auxílio Permanência aos Estudantes da Educação a Distância; Auxílio Moradia; Auxílio Criança; Auxílio Proeja; Auxílio ao Integrado.
- III. Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico: Programa de Monitoria; Programa de Desenvolvimento Técnico Científico.

Com o intuito de estudar o impacto dos programas de permanência na vida dos discentes, dentre os Programas de Permanência, a pesquisadora optou por estudar o auxílio permanência presencial, pois é o que tem a maior expressividade no *campus* Samambaia em relação a quantidade de alunos atendidos conforme quadro 02 (página 40).

Em relação aos Programas Universais, no âmbito do Programa de Promoção à Saúde, 26,1% declararam ter participado de atividades relacionadas à saúde, desses 50% receberam

orientações referente a prevenção de doenças, 43,3% receberam orientações referente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, 36,7% receberam orientações à respeito de drogas ilícitas, 13,3% receberam orientações sobre vacinas e 23,3% declararam ter recebido algum outro tipo de orientação relacionada a saúde.

Em relação aos Programas Universais, no âmbito do Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico, 29,3% dos estudantes declararam terem sido atendidos pelo Assistente Social, 23,9% declararam terem sido atendidos pelo pedagogo, 18,5% declararam terem sido atendidos pelo psicólogo e 48,9% declararam não terem sido atendidos por nenhum desses profissionais.

Dentre os estudantes atendidos por esses profissionais, o atendimento foi importante no percurso acadêmico de 39,6%, segundo a pesquisa, por terem recebido orientação social, 39,6% porque receberam orientações de estudo; 30,2% porque tiveram ajuda para resolver um problema que estava afetando o andamento no curso, 28,3% porque foram ouvidos, 24,5% porque recebeu ajuda para melhorar o relacionamento interpessoal (relacionamento entre 02 ou mais pessoas), 9,4% porque recebeu ajuda para melhorar o relacionamento intrapessoal (comunicação consigo mesmo - dúvidas, dilemas, escolhas e etc) e 9,4% por outros motivos.

Ainda em relação aos Programas Universais, 17,4% declararam terem sido contemplados no edital do Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente, edital que normalmente é ofertado anualmente. Alguns dos estudantes que participaram relataram que:

Estudante 1 – “Fizemos uma visita a casa cor, uma atividade importante para nossas disciplinas”.

Estudante 2 – “Fui contemplado com o auxílio para visitar o CASACOR edição 2015 e 2016. É de extrema importância para aumentar nosso conhecimento na área do mobiliário, estando sempre conhecendo as tendências da área”.

Estudante 3 – “Festa Julina/2015 - que tinha o intuito de lazer e ajudou a comunidade acadêmica a se integrar para melhorar o ambiente de convívio e obteve melhores desempenhos nas aulas e trabalho de todos”.

Estudante 4 – “Minha experiência: fizemos a festa junina acontecer, foi muito bom, pois sem o edital seria impossível acontecer do jeito que aconteceu. Outra experiência foi em Pirenópolis”.

Estudante 5 – “Foi importante pois englobou todos os alunos, familiares, servidores e comunidade. Melhorou a convivência, pois todos ajudaram no projeto de formas diferentes. Foi importante também para poder trazer pessoas diferentes para conhecer o Campus”.

Estudante 6 – “O Programa de Incentivo a Cultura e Lazer, foi muito importante pois com ele temos uma maior relação dentro da instituição, temos uma melhor relação com alunos e professores, e sem contar que é muito divertido, ter programas dentro da escola”.

Estudante 7 – “Fui contemplado no auxílio de projetos e isso me ajudou a conhecer mais sobre o curso e me motiva a estudar mais”.

Apesar da baixa quantidade de estudantes contemplados diretamente no Edital do Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente, esse programa é de extrema relevância para os estudantes, pois colabora com o acesso a cultura, sem esse incentivo talvez esses estudantes não teriam a oportunidade de vivenciar as experiências relatadas acima e ampliar o seu capital cultural. É importante ressaltar que há alguns projetos que ao serem realizados contemplam toda a comunidade escolar, proporcionando assim a oportunidade de um grande número de estudantes de participarem.

Dentre os Programas de Permanência, além do auxílio permanência presencial, 40,2% dos estudantes declararam também receber o Auxílio Integrado, 38% não recebem outro auxílio, 13% recebem o Auxílio Criança, 7,6% recebem o Auxílio Proeja, 4,3% recebem o Auxílio Permanência EaD e 3,3% também recebem o Auxílio Moradia. Neste caso, a soma das respostas ultrapassou 100%, pois de acordo com a PAE cada estudante pode acumular até 02 auxílios dos Programas de Permanência, desde que não ultrapasse o limite de R\$650,00.

Quadro 16 - Dentre os Programas de Permanência, além do Auxílio Permanência Presencial, o estudante recebe qual outro(s) auxílio(s)

Auxílio Integrado	40,2%
Não recebem outro auxílio	38%
Recebem o auxílio criança	13%
PROEJA	7,6%
Auxílio Permanência EaD	4,3%
Auxílio Moradia	3,3%

Os Programas Universais junto aos Programas de Permanência e aos Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico demonstram que a Assistência Estudantil busca

realizar um atendimento integral aos estudantes, ou seja, um atendimento que abarque todas as dimensões do ser humano (intelectual, emocional, social, física e cultural, por exemplo) na busca da igualdade de oportunidades com vistas ao sucesso acadêmico do estudante.

5.6 Sobre o Auxílio Permanência Presencial no *campus* Samambaia

A maioria dos estudantes que receberam auxílio permanência presencial no 2º semestre de 2016 declarou utilizar o dinheiro para comprar os materiais didáticos do curso, e para pagar a alimentação no período em que estão na instituição. Uma parte significativa dos estudantes declarou que utilizam o dinheiro para pagar as contas essenciais da casa como água, luz, telefone, gás e alimentação e também para pagar o transporte de ida e volta para o *campus* conforme quadro 17.

Apesar do passe livre estudantil ser oferecido gratuitamente pelo governo do Distrito Federal aos estudantes, há uma demora no processo de recebimento/autorização do benefício aos estudantes, desta forma muitos estudantes ainda têm que utilizar o recurso do auxílio permanência presencial para o pagamento do transporte. Cabe ressaltar ainda, que há um número considerável de estudantes residentes nas cidades do entorno¹⁹, e nessas cidades não há passe livre estudantil, gerando assim a necessidade de utilização do auxílio permanência presencial para o pagamento do transporte durante todo o período do curso.

Quadro 17 - Forma de utilização do dinheiro do Auxílio Permanência Presencial

Para pagar a alimentação no <i>campus</i>	72,8%
Para comprar os materiais didáticos do curso (caderno, caneta, lápis, régua, compasso, livros, xerox e etc)	68,5%
Para pagar as contas essenciais da casa (água, luz, telefone, gás e alimentação)	37%
Para pagar a passagem do transporte de ida e volta para o <i>campus</i>	21,7%
Para comprar roupas e sapatos	8,7%
Para pagar o cartão de crédito	2,2%
Outros	5,4%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

¹⁹ A Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, constituída pelo Distrito Federal, e pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unai e Buritis, no Estado de Minas Gerais. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm

O Art. 1º do anexo IX, intitulado Programa Auxílio Permanência Presencial, da Política de Assistência Estudantil define como finalidade deste programa o apoio financeiro para manutenção dos estudos dos beneficiários com alta ou moderada vulnerabilidade, mediante a complementação das despesas para o atendimento prioritário ao transporte, material didático e à alimentação. De acordo com o quadro 17 a maior parte dos estudantes utiliza o dinheiro para custear alimentação e materiais didáticos, cumprindo assim com as finalidades do referido o auxílio.

Uma parte dos estudantes 21,7% também utilizam o dinheiro para pagar a passagem do transporte de ida e volta para o *campus*, e 37% dos estudantes também utilizam o dinheiro para pagar as contas essenciais da casa (água, luz, telefone, gás e alimentação) este último dado revela que além de auxiliar nas despesas relacionadas ao curso e a permanência dos estudantes, esses, possivelmente os que possuem alta vulnerabilidade, também utilizam o auxílio para a manutenção da casa, fator que também pode influenciar na desistência do estudante, tendo em vista que 62,5% dos estudantes abandonaram os estudos em algum momento para trabalharem.

Os estudantes declararam ainda o nível de satisfação com o valor recebido no auxílio permanência presencial, que no 2º semestre de 2016 correspondia a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) (Grupo 1) e R\$150,00 (cento e cinquenta reais) (Grupo 2), o quadro 18 demonstra que a maior parte dos estudantes estão satisfeitos com o valor recebido. Em relação ao nível de contribuição do auxílio para a permanência no curso, conforme o quadro 18, os estudantes declararam que o auxílio permanência presencial contribui muito com a permanência no curso.

Quadro 18 - Nível de satisfação com o valor recebido e Nível de contribuição do auxílio para a permanência

Nível de satisfação com o valor recebido	Muito Satisfeito	21,7%
	Satisfeito	45,7%
	Pouco Satisfeito	27,2%
	Nada Satisfeito	5,4%
Contribuição para a permanência no curso	Contribui muito	53,3%
	Contribui	38%
	Contribui pouco	6,5%

	Não Contribui	2,2%
--	---------------	------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Quanto a continuidade nos estudos caso não recebesse o auxílio permanência presencial, a maioria dos estudantes 68,5% declararam ter condições de dar continuidade, mas com alguma dificuldade; 20,7% declararam que não teriam condições de dar continuidade e 10,9% afirmaram dar continuidade sem dificuldade.

A maioria dos estudantes, 89,1%, declararam que o auxílio permanência presencial teve reflexo positivo na sua trajetória acadêmica, seguem alguns relatos:

Quadro 19 - Reflexo na trajetória acadêmica dos estudantes

<i>Estudante 8 – “O auxílio teve influência na trajetória acadêmica em questão de materiais didáticos, alimentação e até mesmo em roupas que eu desejava”.</i>
<i>Estudante 9 – “Me ajudou muito, fiquei desempregada e não tive como custear material didático e o auxílio me ajudou na pior fase, sem ele nem teria continuado”.</i>
<i>Estudante 10 – “Com ele pude programar as minhas locomoções e a compra de materiais que o curso exige”.</i>
<i>Estudante 11 – “Trabalho o dia inteiro e vou direto para o curso a noite e preciso pagar mais de quatro passagens e também me alimentar daí entra o auxílio que complementa o gasto que mesmo tendo o cartão estudantil ainda sim não é suficiente”.</i>
<i>Estudante 12 – “Me ajudou bastante, pois me ajudou bastante com os materiais que precisei comprar durante o curso”.</i>
<i>Estudante 13 – “Muitas atividades ou trabalhos precisavam comprar os materiais. Com o auxílio consegui fazer todos”.</i>
<i>Estudante 14 – “Sim, pois em muitas situações nós alunos temos que contribuir com certos materiais que o campus não disponibiliza, além disso a instituição não nos fornece lanche ou almoço, portanto temos que comprar nosso almoço com o dinheiro que recebemos”.</i>
<i>Estudante 15 – “Sim, pois sem o auxílio talvez não teria como concluir o curso”.</i>
<i>Estudante 16 – “Sim, pois através do auxílio pude comprar meus materiais de uso para o curso e consegui pagar minha passagem já que meu cartão estudantil nunca foi desbloqueado”.</i>
<i>Estudante 17 – “Com o recebimento do auxílio, tive oportunidades para comprar materiais didáticos e itens de uso nos laboratórios do instituto”.</i>
<i>Estudante 18 – “No modo geral, quando se tem material, alimentação e a certeza de como você vai embora, nos trás tranquilidade e como consequência o bom desempenho no curso!”.</i>
<i>Estudante 19 – “Pois com o auxílio compro os materiais escolares e o salário que recebo do trabalho pago minhas contas”.</i>
<i>Estudante 20 – “Me ajudou com a compra dos materiais que utilizo até hoje no instituto e com meu desempenho, pois sem eles eu não conseguiria comprar nada”.</i>
<i>Estudante 21 – “Sim, ele me ajudou bastante, embora o curso seja gratuito temos gastos que às vezes não podemos custear, por termos outras despesas”.</i>
<i>Estudante 22 – “SIM, pois passei momentos difíceis em minha vida, em que usei o valor do benefício para</i>

<i>saldar minhas dividas, assim não tendo que abandonar o curso para trabalhar”.</i>
<i>Estudante 23 – “Pois com ele eu consigo pagar internet para ampliar o aprendizado adquirido em sala de aula e laboratórios”.</i>
<i>Estudante 24 – “Estou sem passe, tendo que pagar a passagem de ida e volta, em casa o salário familiar não é alto, por isso, teria dificuldades em continuar sem o auxílio”.</i>
<i>Estudante 25 – “Ajuda em necessidades da escola e até de casa”.</i>
<i>Estudante 26 – “Pois com o auxílio permanência dá para se manter melhor no campus, comprando alimentos, materiais escolares e lazer também”.</i>
<i>Estudante 27 – “Quando entrei no IFB minha esposa estava grávida e foi uma fase muito difícil, mas com a ajuda do auxílio pude continuar no campus pois me ajudou em muitas despesas. Agradeço ao IFB”</i>
<i>Estudante 28 – “Sim, com certeza! Pois com esse auxílio consigo me alimentar na hora do intervalo e comprar os materiais necessários para cada disciplina administrada e como me encontro desempregada ainda consigo pagar a minha conta de luz que é um bem indispensável”.</i>
<i>Estudante 29 – “Pois não teria condições de ir para o curso”.</i>
<i>Estudante 30 – “Estou desempregada, faço bico pra me manter e sem dúvida, o auxílio permanência me ajudou dando-me alternativa para permanecer na área que desejo atuar no mercado de trabalho”.</i>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Pode se observar que em quase todos os relatos, conforme os trechos destacados, o suprimento das necessidades relacionadas aos materiais didáticos é citado, o que demonstra que o auxílio permanência presencial possibilita ao estudante dar prosseguimento ao curso, contribuindo assim para o desempenho acadêmico desses.

Quanto à forma de divulgação e a linguagem do edital do auxílio permanência presencial, a maioria dos estudantes declararam que a Coordenação de Assistência Estudantil – CDAE os avisou em sala assim que o edital foi publicado, e que esse possui uma linguagem moderada, ou seja, de razoável entendimento (ver quadro 20).

Quadro 20 - Forma de divulgação e linguagem do edital

De que forma o estudante teve conhecimento da publicação do edital	A CDAE avisou na sala de aula	83,7%
	Colega avisou	29,3%
	Mural	26,1%
	Internet	16,3%
Linguagem do edital	Fácil compreensão	31,5%
	Compreensão moderada	58,7%
	Difícil compreensão	9,8%
	Compreensão muito difícil	0%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Nota-se que além da Coordenação de Assistência Estudantil ser a responsável no *campus* pela maior parte da logística do auxílio permanência presencial (empenho da verba, publicação do edital, realização das inscrições e das análises socioeconômicas, publicação de resultados, solicitação de pagamentos, controle de frequência dentre outras coisas), também se faz muito importante na divulgação do edital, pois apesar do edital ser publicado e divulgado na internet e nos murais do *campus*, o principal meio de comunicação tem sido a CDAE, facto que pode revelar a falta de autonomia dos estudantes, principalmente dos que mais necessitam, pois não possuem a cultura de se informar e de leitura, possivelmente pelo facto desse espaço acadêmico ser um espaço de pouca familiaridade.

Quanto ao pagamento do auxílio permanência presencial, a maioria dos estudantes consideram regular a frequência de realização dos pagamentos, e a maioria já recebeu auxílio permanência presencial no(s) semestre(s) anteriores (ver quadro 21).

Quanto a frequência de realização dos pagamentos, destaca-se que os estudantes recebem todos os pagamentos referentes aos meses estipulados no edital, porém há uma demora entre um pagamento e outro, às vezes superior a 30 dias, por este motivo a maioria dos estudantes avaliou este item como regular.

Quadro 21 - Frequência do Pagamento e Recebimento em semestres anteriores

Frequência do Pagamento do Auxílio Permanência Presencial	Muito Boa	8,7%
	Boa	34,8%
	Regular	40,2%
	Ruim	14,1%
	Muito Ruim	2,2%
Recebimento do Auxílio Permanência Presencial no(s) semestre(s) anterior(es)	Sim	58,7%
	Não	41,3%

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No que tange ao questionário, esse possuía um campo para o estudante fazer observações de forma livre, seguem algumas respostas no quadro 22:

Quadro 22 - Observações livres

Aspectos Gerais	
Âmbito	Observações livres:
<i>Elogios ao Atendimento da Equipe da Assistência Estudantil</i>	<p>Estudante 31 – “Bom atendimento pelos assistentes, pedagogos e psicóloga”.</p> <p>Estudante 32 – “Muito responsável em relação as informações, bom atendimento, bem pacientes”.</p> <p>Estudante 33 – “Parabéns pelo trabalho CDAE”.</p> <p>Estudante 34 – “Parabenizar o atendimento das meninas da CDAE, pois sempre que precisei fui bem recebida. Queria sugerir depósito em conta poupança!”.</p>
<i>Desempenho do curso</i>	Estudante 35 – “Ajuda bastante no desempenho do curso, pois através do auxílio consigo estudar e comprar meus materiais de estudos, pagar minha passagem”.
<i>Continuidade no Curso</i>	<p>Estudante 37 – “O auxílio estudantil é de grande valia para nos alunos que estamos sem trabalhar. O auxílio me ajudou muito a continuar no curso”.</p> <p>Estudante 38 – “Não tenho críticas. Acho o programa muito bom, pois tem ajudado muita gente a se manter e não desistir do curso”.</p> <p>Estudante 39 – “O auxílio ajuda muito, porque no meu caso estou desempregada, apenas trabalhando como free lance, então não tenho recebido nada certinho, e dessa forma ajuda muito a permanecer cursando, preciso muito terminar meu curso, porque sei que é uma grande oportunidade para minha vida profissional. Amo fazer esse curso, tive alguns problemas nesse terceiro semestre, mais conseguir com muita dificuldade ir pro quarto módulo”.</p>
<i>Elogios gerais</i>	<p>Estudante 40 – “Os benefícios são importantes para os alunos”.</p> <p>Estudante 41 – “Muito bom”.</p> <p>Estudante 42 – “Gostei do programa”.</p> <p>Estudante 43 – “É um exemplo de escola, de verdade”!</p> <p>Estudante 44 – “O programa ajuda a todos os alunos, dando assim oportunidades para aqueles que vão em busca do seus objetivos e querem ser bem qualificados profissionalmente”.</p> <p>Estudante 45 – “Uma ótima iniciativa e incentivo para pessoas que se encontram na mesma situação que a minha”.</p> <p>Estudante 46 – “Não tenho críticas sobre o auxílio, apenas elogios, pois me ajuda de uma forma muito grande, me dando condições para aproveitar as oportunidades que surgem no meu curso”.</p> <p>Estudante 47 – Bom.</p> <p>Estudante 48 – “Um programa muito bom ajuda muito o aluno não sei o que seria sem esse programa”!</p> <p>Estudante 49 – “Não tenho críticas, pois acho o programa muito bom, para nós estudantes”.</p> <p>Estudante 50 – “É realmente de grande importância, se os alunos que estiverem se beneficiando dos programas de assistência tiverem necessidades como a minha, ou pior, neste momento de estudo, será determinante para sua permanência e continuidade nos IFs. Considero uma política essencial”.</p>
<i>Necessidade de aumento do valor</i>	Estudante 51 – “A Assistência Estudantil é muito bom, mas deveria aumentar”.
<i>Processo burocrático e pouco tempo para inscrição</i>	Estudante 52 – “O tempo para inscrição é pouco para tantos documentos”.
<i>Demora na publicação do Edital</i>	Estudante 53 – “O edital demora”.
<i>Dificuldade para estudantes oriundos de escolas públicas</i>	Estudante 54 – Que devia dar mais ajuda ao aluno porque aqui no IFB é muito difícil pra quem saiu de escola pública.

<i>Disponibilização de apenas um auxílio por estudante</i>	<p><i>Estudante 55 – “Que o aluno tenha direito há um só auxílio, para que mais alunos sejam atendidos”.</i></p> <p><i>Estudante 56 – “O auxílio atenderia mais alunos se cada aluno tivesse apenas uma bolsa”.</i></p>
<i>Falta de regularidade para o pagamento</i>	<p><i>Estudante 57 – “É ótimo programa, porém devia ter uma data certa para pagamento”.</i></p> <p><i>Estudante 58 – “Aumentar o auxílio e aumentar sua regularidade”.</i></p> <p><i>Estudante 59 – “O pagamento deveria ser realizado na data certa, para não atrapalhar aos alunos. pois esse atraso gera ansiedade e dividas para aluno que contam com essa ajuda”.</i></p> <p><i>Estudante 60 – “Deveria ser mais certo”.</i></p>
<i>Falta de fiscalização e controle</i>	<p><i>Estudante 61 – “assistência estudantil não procura ir a fundo na verdadeira pessoa que precisa. Tem alunos do IFB que recebem auxílio e não precisam. Adulterando dados”.</i></p> <p><i>Estudante 62 – “O programa deveria ser estendido e melhor avaliado na hora de se conceder o benefício”.</i></p> <p><i>Estudante 63 – “É um ótimo incentivo ao aluno a ir á escola. A fiscalização deveria ser por frequência e notas do contemplado, por que tem aluno que só vem a escola colocar a presença, deixando a aprendizagem de lado”!</i></p> <p><i>Estudante 64 – “Deveria ser de mais acesso aos alunos sem tantas implicações, pois muitas vezes quem precisa não recebe”.</i></p>
<i>Renovação semestral</i>	<p><i>Estudante 65 – “Ótimo programa mas acho que quando você foi contemplado todo semestre que acabar tiver que passar novamente pelo processo de seleção é muito ruim acho que deveria ser mais prático e que deveria ser renovada a cada semestre em quanto o aluno estiver estudando”.</i></p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A Coordenação de Assistência Estudantil do *campus* Samambaia foi elogiada pelo bom atendimento, responsabilidade, receptividade e pelo trabalho realizado junto aos estudantes. Os estudantes ressaltaram que o auxílio permanência presencial colabora com o desempenho acadêmico e com a continuidade no curso, pois além de colaborar com a permanência os incentiva a aproveitar a oportunidade de elevação de escolaridade e qualificação profissional em uma instituição de qualidade.

Um estudante destacou a necessidade de aumento do valor do auxílio permanência presencial, apesar que de acordo com o quadro 18, a maioria dos estudantes (67,4%) se declararam muito satisfeitos ou satisfeitos com o valor recebido.

Um estudante destacou ainda que devido a grande quantidade de documentos necessários para a participação no processo de seleção do auxílio permanência presencial, o tempo para a inscrição torna-se curto. A esse respeito é importante destacar que o edital só pode ser publicado quando o repasse da verba pelo MEC é realizado para a Reitoria, essa última realiza o empenho da verba para todos os *campi* do IFB e então o *campus* Samambaia realiza o empenho da verba para cada programa da Assistência Estudantil, esse processo em geral é um pouco demorado.

Nesse sentido, as etapas do processo seletivo publicadas no edital devem ser realizadas o mais rápido possível, dentro dos limites da razoabilidade, para que os estudantes contemplados possam receber o auxílio o mais rápido possível. Ressalta-se ainda que os estudantes interessados em participar do processo seletivo podem pesquisar o edital do semestre anterior e iniciar o processo de recolha de documentos, tendo em vista que há poucas alterações nos editais de um semestre para o outro.

Um dos sujeitos da pesquisa destacou que os estudantes oriundos de escolas públicas apresentam dificuldades, de acordo com o relato do estudante, infere-se que ele esteja referindo-se as dificuldades de aprendizagem, no âmbito da Assistência Estudantil esse fator pode ser trabalhado por meio do Atendimento Pedagógico e do Programa de Monitoria, destaca-se que neste trabalho não iremos nos aprofundar nesses programas.

Foi sugerido que cada estudante só tenha direito a 01 (um) auxílio, no caso dos programas de permanência, desta forma uma quantidade maior de estudantes teriam a oportunidade de ser contemplados.

Os estudantes também destacaram que seria melhor se o pagamento dos auxílios fosse realizado em uma data específica, mantendo-se assim uma regularidade nos pagamentos, sobre esse aspecto observa-se a necessidade de melhorar a logística institucional no que se refere ao processo de pagamento. E em âmbito governamental o repasse da verba da Assistência Estudantil deveria ser considerado prioridade.

Os estudantes relataram perceber que alguns estudantes aparentemente não precisam do auxílio, mas o recebem, enquanto outros estudantes necessitados não o recebem. É preciso ressaltar que o processo de avaliação socioeconômica é feito de forma rigorosa pelos assistentes sociais da instituição e de acordo com as normas estabelecidas no edital, porém observa-se que esse processo pode apresentar algumas falhas. Nesse sentido, deve-se avaliar a necessidade de alteração/complementação de documentos a fim de garantir que o auxílio atenda de facto aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Ressalta-se ainda que a efetivação do acompanhamento dos estudantes após serem contemplados com os programas pode colaborar com a detecção de possíveis falhas.

Um estudante destacou que deveria haver uma renovação semestral do auxílio sem a necessidade de participação em novo processo seletivo, ressalta-se que essa renovação não é possível, pois não há verba suficiente para contemplar todos os estudantes que necessitam. Desta forma, a cada semestre, por meio do processo seletivo, é preciso avaliar a situação socioeconômica dos estudantes calouros e veteranos, e assim diante dos novos estudantes e da

possibilidade de mudança socioeconômica dos estudantes que já foram contemplados, surge uma nova lista de contemplados.

Observa-se que em geral o trabalho realizado pela Coordenação de Assistência Estudantil no *campus* Samambaia e o auxílio permanência presencial foram bem avaliados pelos estudantes.

Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu avaliar os impactos do auxílio permanência presencial na vida dos discentes do IFB *campus* Samambaia, tendo como premissa a Constituição Federal Brasileira que trata a educação como um direito social e menciona que o ensino deverá ser ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A pesquisa bibliográfica evidenciou que o processo de formação histórica brasileira foi marcado pela exploração dos nativos e pela má distribuição de renda, esses e outros fatores ligados ao capitalismo consolidaram as desigualdades no país, aumentando assim o abismo social. Nessa perspectiva, surgiu a necessidade da criação e efetivação de políticas sociais que pudessem colaborar com um Estado do Bem-Estar Social por meio de estratégias pautadas pela justiça social e pela equidade.

No âmbito educacional, evidenciou-se a necessidade dos Programas de Assistência Estudantil, com vistas a democratização do ensino, no que diz respeito não somente ao acesso, mas também aos processos que colaborem com a permanência dos estudantes que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi uma conquista dos movimentos sociais e tornou-se um marco histórico.

Numa perspectiva interdisciplinar a educação tornou-se também campo de intervenção social, colaborando assim com a inclusão social e emancipação dos sujeitos. Sendo a escola um equipamento social, o atendimento das questões socioeconômicas contribui com a permanência e reduz significativamente os impactos da desigualdade social na vida dos estudantes.

Neste trabalho abordamos a Educação Social como a práxis da Pedagogia Social. De acordo com Paiva (2015) a Educação Social “é uma prática pedagógica da Pedagogia Social que se transforma num instrumento de promoção, libertação pessoal e comunitária, contribuindo para a construção de um mundo mais justo” (p.65).

Nesse sentido, fora ou dentro de uma instituição de ensino, o Educador Social é um importante colaborador no processo educacional, devendo colaborar com uma educação humanizadora, suas ações devem estar voltadas para o crescimento e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, de forma que eles possam se tornar sujeitos ativos na sociedade a partir de uma tomada de consciência.

No âmbito da Assistência estudantil, e mais especificamente do programa auxílio permanência presencial, o educador social, tendo um olhar e uma escuta sensível pode

colaborar com o acompanhamento diário dos estudantes atendidos pelo programa, podendo observar, realizar atendimentos e registrar a trajetória do estudante. Desta forma, poderá orientar e colaborar com outros aspectos que se fizerem necessários à permanência do estudante na instituição de ensino.

O educador social é, portanto, um profissional importante na construção de um projeto educativo que tenha a educação como elemento de transformação social, na perspectiva da justiça social e da equidade.

No que tange o processo de evasão e permanência Silva (2016) destaca que esses processos estão relacionados aos seguintes factores: internos individuais (personalidade, resiliência e motivação); internos sociais (relacionamento interpessoal); externos institucionais (currículo/administração institucional); socioeconômicos (contexto macrossocial).

Nesse sentido observou-se que a permanência do estudante além de estar relacionada a fatores socioeconômicos, também perpassa por fatores pedagógicos e psicológicos. Desta forma, nota-se que além do atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, existe o entendimento na PAE que além da dimensão social, as dimensões pedagógicas e psicológicas, que possam afetar o desempenho acadêmico dos demais estudantes, devem ser atendidas.

Nessa perspectiva, entendendo que os estudantes são indivíduos integrais, e apesar de não ter havido um estudo aprofundado nessa dissertação referente aos demais programas de assistência estudantil, observou-se que apesar de ser fundamental a ajuda financeira realizada através do auxílio permanência presencial para custear prioritariamente o transporte, material didático e a alimentação dos estudantes, os demais programas, citados no item 3.3.1, também colaboram de forma significativa para a reconfiguração do habitus e para o acúmulo de capitais.

Porém, observa-se que ainda é baixa a participação dos estudantes no âmbito do Programa de Promoção a Saúde, o que revela que a Coordenação de Assistência Estudantil deve realizar mais atividades relacionadas a esse programa bem como estimular, junto aos docentes da instituição, os estudantes a participar do Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente - PINCEL, a respeito desses programas que não são o foco dessa dissertação, outros pesquisadores poderão tê-los como objeto de pesquisa.

Pode se afirmar também que o auxílio permanência presencial do *campus* Samambaia é um caso bem sucedido, mas que precisa de alguns ajustes. Em relação ao fluxo de pagamento do auxílio permanência presencial, foi possível identificar que após a descentralização do recurso da Reitoria para os *campi* do IFB, não existe uma logística com prazos definidos para a utilização da verba e também não há uma logística definida para pagamento que inclua desde a Coordenação de Assistência Estudantil até a Coordenação de Planejamento e Orçamento do *campus*.

Conforme relatado pelos estudantes e identificado pela pesquisadora, não há uma data estabelecida para a realização dos pagamentos do auxílio permanência presencial. Nesse sentido, e visando a eficiência, percebe-se a necessidade de criação do fluxo dos processos de pagamentos da Assistência Estudantil.

Ainda sobre a questão do pagamento, é preciso ressaltar que o sucesso do processo só será possível se todos os agentes envolvidos perceberem a relevância desse apoio financeiro na vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e a importância da eficiência nesse processo. Enquanto educadores é primordial que haja sensibilidade e consciência do papel social da instituição. Nessa perspectiva, sugere-se que seja realizado um trabalho de sensibilização junto aos servidores da instituição.

Em relação ao processo de análise socioeconômica, observa-se que apesar do rigor e da grande quantidade de documentos apresentados pelos estudantes para a participação no processo seletivo do auxílio permanência presencial, o processo pode apresentar algumas falhas, conforme destacado por alguns estudantes no quadro 22. Desta forma sugere-se que seja realizado pelo Assistente Social do *campus*, que é o profissional responsável pela análise socioeconômica, um acompanhamento frequente dos estudantes contemplados, que pode ser realizado através de atendimento social e/ou visitas domiciliares que dentre outros objetivos poderão identificar se a situação socioeconômica apresentada pelo estudante é compatível com a realidade vivida.

Observou-se também a necessidade de reavaliação da Política de Assistência Estudantil em relação ao facto da possibilidade de recebimento de até 02 (dois) auxílios dos Programas de Permanência. Sugere-se que dentre os Programas de Permanência cada estudante tenha o direito de receber apenas 01 auxílio, desta forma é possível aumentar o valor do auxílio e também atender uma maior quantidade de estudantes.

Outro ponto importante, no que tange a Assistência Estudantil, seria o fortalecimento das parcerias do *campus* Samambaia com a Rede de atendimento de Samambaia e regiões

próximas ao *campus* (Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, Centro de Atenção Psicossocial entre outros), que possam colaborar com o atendimento dos estudantes.

Retomando os dados em relação a linguagem do edital dos Programas de Permanência, 58,7% dos estudantes classificaram que o edital possui uma compreensão moderada e 9,8% o classificaram de difícil compreensão, e apenas 31,5% o classificaram como fácil compreensão, diante disto sugere-se a realização de uma oficina de leitura e interpretação de texto para facilitar o aprendizado dos estudantes em relação a leitura dos diversos tipos textuais, focando os diversos meios de comunicação.

O presente trabalho forneceu subsídios para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, pois identificou o perfil dos estudantes contemplados com o auxílio permanência presencial, sendo a maioria jovem, mulher, parda e solteira, um pouco mais da metade residem na região administrativa de Samambaia e a maioria utilizam o transporte coletivo. Evidenciou-se que esses estudantes buscam a elevação de escolaridade almejando a melhoria das condições de vida e uma recolocação no mercado de trabalho.

Identificou a situação socioeconômica dos estudantes, a maioria possui renda familiar bruta de até 1,5 salário mínimo (R\$937,01 até R\$1.405,50), desta forma o auxílio permanência presencial tem impacto positivo na vida acadêmica e pessoal dos estudantes, que conseguem por meio desse auxílio garantir principalmente a compra de materiais didáticos para o curso e para se alimentar no *campus*, além de colaborar também com o pagamento das contas essenciais da casa.

A pesquisa evidenciou que os pais e/ou companheiros dos estudantes possuem baixa escolaridade, tal situação demonstra a importância do IFB na vida dos estudantes que estão tendo a oportunidade de estudar em uma instituição pública de qualidade, podendo elevar a escolaridade e almejar a melhoria das condições de vida, bem como a relevância dessa instituição para a sociedade brasileira.

Um dado interessante e instigante nessa pesquisa, foi o facto da maioria dos estudantes que recebem o auxílio permanência presencial (76,1%) declararem que não recebem nenhum outro benefício social do governo, não recebem porque não se inscreveram nos programas de transferência de renda ou porque não possuem renda e demais requisitos compatíveis? , tal facto pode ser estudado posteriormente em outra pesquisa, mas ratifica a necessidade de reavaliação dos documentos comprobatórios para a análise socioeconômica e a efetivação do acompanhamento dos estudantes contemplados com o auxílio permanência presencial e

demais programas de permanência, com a realização de visitas domiciliares pelos assistentes sociais, por exemplo, ou a criação de outros mecanismos de controle/fiscalização.

Nota-se que a criação dos Institutos Federais com a missão de oferecer educação pública de qualidade tendo como compromisso a dignidade humana e a justiça social vai de encontro ao direito social a educação, conforme disposto na Constituição Brasileira, e também aos Programas de Assistência Estudantil.

É importante destacar que a redução das desigualdades no Brasil também deve perpassar pela efetivação de políticas que realizem a distribuição de renda no país de forma equânime, mas que políticas paliativas, como o auxílio permanência presencial no âmbito da assistência estudantil são essenciais para a democratização do ensino e a justiça social.

Infere-se que o auxílio permanência presencial é um programa de grande importância na vida dos discentes em situação de vulnerabilidade social, pois colabora com a igualdade de oportunidades e torna o processo educacional mais justo e equânime. Rompendo assim com as estruturas sociais e invertendo a lógica de reprodução e legitimação de hábitos, dando a oportunidade aos indivíduos de acumular diferentes tipos de capitais (econômico, social, cultural e simbólico), reconfigurando o *habitus* e colaborando com a transformação social.

Destaca-se que embora a análise dos resultados aponte para o atendimento dos objetivos do auxílio permanência presencial no *campus* Samambaia, os resultados podem ser utilizados para o aprimoramento da logística do auxílio permanência presencial bem como de outros programas de assistência estudantil do IFB e também de outras instituições de ensino. Destaca-se ainda que esse estudo não pretendeu esgotar o tema, mas indica a necessidade de aprofundamento dos estudos relacionados a essa temática e uma análise de viabilidade das propostas realizadas.

Referências Bibliográficas

- Almeida, L. (2007). *Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A Reprodução”*. Revista Inter Ação, 30(1), 139-155. Recuperado em 08 março, 2018, de <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1291>
- Alvarenga, M. S. (2012). *Risco e Vulnerabilidade: Razões e Implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Alves, E. J. (2010). *Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Andrade, M. M. de. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10ª edição. São Paulo: Atlas.
- Araújo, C. M & Oliveira, M.C.S.L. (2014, Julho e Dezembro). *Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo*. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP – 8(2), 206 – 225. Recuperado em 19 junho, 2017, de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/534
- Araújo, J. & Luvizotto, C. K. (2012). Educação não formal: A importância do Educador Social na Construção de saberes para a vida em coletividade. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 73-78, jul/dez 2012. Recuperado em 21 abril, 2015, de <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/818/839>
- Araújo, J. C. F. de & Leite, L. S. (2014, Julho/Setembro). *Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência*. Rio de Janeiro, v.22, n. 84, p. 777-806.
- Araujo, M. P. N. (2007). *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Azevedo, M. L. N. de. (2013, Março). *Igualdade e Equidade: Qual é a medida da justiça social?* Revista Avaliação, v. 18, n. 1, p. 129-150. Recuperado em 01 junho, 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100008&script=sci_abstract&lng=pt
- Banco Mundial. (2006). *Equidade e Desenvolvimento* (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – Visão Geral). Washington, D.C, E.U.A.
- Baqueiro, D. F. de A. & Tenório, R. M. *Política de Assistência Estudantil: Contribuições na promoção da equidade e eficácia no ensino*. Recuperado em 01 junho, 2017, de http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oefaced.ufba.br/files/politica_de_assistencia_estudatil_e_equidade_-_diciola_figueiredo_e_robinson_tenorio.pdf
- BBC Brasil. (2012) *Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação*. Recuperado em 10 maio, 2017, de http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121127_educacao_ranking_eiu_jp

- Benevides, C. do V. (2011) *Um Estado de Bem-Estar Social no Brasil?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Blumberg, P. *De Córdoba aos dias atuais: A Luta da UNE pela reforma universitária*. Recuperado em 26 junho, 2016, de <http://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>
- Caleiro, J. P. (2015). *4 formas de diminuir a desigualdade aumentando o crescimento*. Revista Exame. São Paulo, SP: Grupo Abril. Recuperado em 21 maio, 2015, de <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/4-formas-de-diminuir-a-desigualdade-aumentando-o-crescimento>
- Camargo, O. (2017) *Desigualdade social*. Revista *Brasil Escola*. Recuperado em 08 maio, 2017, de <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>
- Carvalho, A. M. de. (2007, Setembro a Dezembro). *Políticas sociais: afinal do que se trata?* Revista Agenda Social. v.1, n.3, p. 73-86, ISSN 1981-9862.
- Castel, R. (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (2005). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. [Tradução de Iraci D. Poleti]. (5. Ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Codeplan. (2016). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/2016*. Recuperado em 30 outubro, 2017, de <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>
- Cohn, A. (1995, junho a dezembro). *Políticas Sociais e Pobreza no Brasil*. Revista Planejamento e Políticas Públicas nº 12.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. Recuperado em 01 março, 2016 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, A. F.(2012). *Desigualdades Globais*. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 68, pp. 9-32.
- Costa, F. N. da (2012). *Capitalismo de Estado neocorporativista*. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).
- Cury, C. R. J. (1985). *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez Editora e Editora Autores Associados.
- Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. (2010). *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. Brasília. Recuperado em 27 junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Dentz, M. V. & Silva, R. R. D. da (2015, Janeiro/Março). *Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. (2007). *Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social*.

Díaz, A. S. (2006). *Uma Aproximação à Pedagogia – Educação Social*. Revista Lusófona de Educação 2006, 7, 91 - 104. Recuperado em 21 abril, 2015, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a06>

Edital nº 10/CTGC, de 20 de dezembro de 2017. *Seleção 2018/1 – Processo Seletivo para curso técnico integrado ao ensino médio presencial*. Brasília. Recuperado em 22 dezembro, 2017, de [http://www.ifb.edu.br/attachments/article/16249/Edital%20N%C2%B0%2010.2017%20-%20CTGC%20-%20T%C3%A9cnico%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20%20C3%81udio%20e%20V%C3%ADdeo%20Integrado%20ao%20Ensino%20M%C3%A9dio%20-%202018.1%20\(1\).pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/article/16249/Edital%20N%C2%B0%2010.2017%20-%20CTGC%20-%20T%C3%A9cnico%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20%20C3%81udio%20e%20V%C3%ADdeo%20Integrado%20ao%20Ensino%20M%C3%A9dio%20-%202018.1%20(1).pdf)

Emenda Constitucional nº65, de 13 de julho de 2010. (2010). *Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude*. Brasília. Recuperado em 12 dezembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm

Escott, C. M. & Moraes, M. A. C. de. (2012). *História da Educação Profissional no Brasil: As políticas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. [IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. ISBN 978-85-7745-551-5

Estatuto do IFB. (2009). Brasília. Recuperado em 10 maio, 2017, de https://www.ifb.edu.br/attachments/3455_Estatuto_IFB_.pdf

Ferrari, M. (2008). *Pierre Bourdieu, o investigador da desigualdade*. Revista Nova Escola. Recuperado em 20 junho, 2017, de <https://novaescola.org.br/conteudo/1826/pierre-bourdieu-o-investigador-da-desigualdade>

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. [Tradução: Joice Elias Costa] 3ª edição. Porto Alegre: Artmed.

Fracassi, J. *A Importância do Assistente Social no Contexto Escolar*. (2014). Recuperado em 16 agosto, 2017, de <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-assistente-social-na-escola.aspx>

Freire, Paulo. (2011). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Paz e Terra.

Freire, Paulo. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

Furtado, C. (2004, Outubro/Dezembro). *Os Desafios da Nova Geração*. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96).

- Gatti, T. H. & Sangoi, L. F. (2000). *Assistência Estudantil – Uma Questão de Investimento*. Recuperado em 26 junho, 2016, de http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonapraxe/documentos/assist_est.html
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (orgs). (2009). *Métodos de Pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Goldemberg, J. (1993). *O Repensar da Educação no Brasil*. Revista Estudos Avançados 7 (18). Recuperado em 12 junho, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>
- Iamamoto, M. V. & Carvalho, R. de. (2009). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez.
- Imperatori, T. K. (2017, Maio/Agosto). *A trajetória da assistência estudantil na Educação Superior Brasileira*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303 Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB. (2016). *Resultados e Metas*. Recuperado em 07 fevereiro, 2017, de <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2016). *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016*. Recuperado em 15 outubro, 2017, de https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm
- Junior, P. L., Ostermann, F. & Rezende, F. (2013, Janeiro/Abril). *Análise dos Condicionantes Sociais do Sucesso Acadêmico em Cursos de Graduação em Física à Luz da Sociologia de Bourdieu*. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.15, n. 01, p. 113-129.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª edição. São Paulo: Atlas.
- Leal, G. F. (2004). *A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, MG, Brasil.
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. (1993). *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências: Lei Orgânica da Assistência Social*. Recuperado em 15 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília. Recuperado em 15 fevereiro, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. (1998). *Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá*

- outras providências.* Brasília. Recuperado em 20 dezembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp94.htm
- Lei nº 12.435, de 2011. (2011). *Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.* Brasília. Recuperado em 15 junho, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm
- Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. (2013). *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.* Brasília. Recuperado em 12 dezembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Lima, M. C. N. (2016). *Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública.* Dissertação de Mestrado, Faculdades Novos Horizontes, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Lopes, V. A. S. & Rangel, E. M. (2014, Outubro/Dezembro). *Hanseníase e vulnerabilidade social: uma análise do perfil socioeconômico de usuários em tratamento irregular.* Rio de Janeiro, v. 38, nº. 103, p. 817-829. Recuperado em 25 janeiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38n103/0103-1104-sdeb-38-103-0817.pdf>
- Maia, A. G. & Buainain, A. M. (2011). *Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil.* Recuperado em 20 abril, 2017, de <http://journals.openedition.org/confins/>
- Maiolino, A.L., Mancebo, D. (2005, Maio/Agosto). *Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão.* Revista Psicologia & Sociedade 17 (2): 14-20. Recuperado em 25 janeiro, 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27039.pdf>
- IFB. (2015). *Manual do Estudante.* Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Brasília, DF. Recuperado em 15 maio, 2017, de http://www.ifb.edu.br/attachments/article/5993/Manual_Estudante_2015.pdf
- Marx, K. (1988). *O Capital: crítica da economia política 1818-1883.* [Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe] 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural.
- Mathieu, C. & Sterdyniak, H. (2008). *Colóquio para uma outra política econômica, para uma outra Europa, para uma Europa Social.* Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Recuperado em 02 setembro, 2017, de <http://spire.sciencespo.fr/hdl:/2441/10044/resources/9-amaral-sterdyniak.pdf>
- Medeiros, C. A. de. (2007). *Estatística aplicada à educação.* Brasília: Universidade de Brasília.
- Minayo, M. C. de S. (org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.* 18ª Edição. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Educação – MEC. (s.d). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.*

- Ministério da Educação – MEC. (2010). *Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes*. Recuperado em 07 novembro, 2017, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192
- Miranda, M. G. de. (2014). *Igualdade, equidade e diferença: termos em confronto nas políticas educacionais*. I Encuentro Internacional de Educación. Tandil, Argentina.
- Neri, M. C. (Coord.). (2009). *Motivos da Evasão*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE.
- Nogueira, R. (2002). *Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD.
- Oliveira, J. B. (2001). *Renda Per Capita, Desigualdades de Renda e Educacional, e Participação Política no Brasil*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- ONU-Habitat. (2012). *Relatório sobre as cidades latino-americanas*. Recuperado em 10 outubro, 2017, de https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=habitat
- Otranto, C. R. & Pamplona, R. M. *Educação Profissional do Brasil do Império à Reforma Capanema: Dicotomia na Educação e na Sociedade Brasileira*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
- Pacheco, E. M., Pereira, L. A. C & Sobrinho, M. D. (2010, Janeiro/Junho). *Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades*. Revista Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88. ISSN 1516-4896.
- Paiva, Jacyara Silva de. (2015). *Caminhos do Educador Social no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Pansardi, M. V. & Silva, S. R. da. (2009). *Escola e Justiça Social: Igualdade e Equidade Segundo Enguita e Dubet*. [4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Tema Central: Políticas Sociais na América Latina]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil. ISSN 2175-425X
- Parente, A. P. G. (2013). *Da Legislação à Prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social*. Dissertação de Mestrado, universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Pereira, L. C. B. (1983). *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (13ª Ed.). Editora: Brasiliense.
- Piana, M. C. (2009a). *As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP.
- Piana, M. C. (2009b). *Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam*. Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206.

- Pinto, E. C. & Balanco, P. (2013). *Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas* (Texto para discussão). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Plano Nacional de Educação. (2001). Senado Federal, UNESCO. Brasília.
- Portaria Normativa nº 39, de 12 dezembro de 2007. (2007). *Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Brasília. Recuperado em 27 junho, 2016, de http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf
- Rawls, J. (2008). *Uma Teoria da Justiça*. [Tradução Álvaro de Vita] (3ª Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Resolução nº 014/2014/CS-IFB. (2014). *Aprova a Política de Assistência Estudantil (PAE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília*. Recuperado em 30 janeiro, 2017, de https://www.ifb.edu.br/attachments/article/6397/Resolu%C3%A7%C3%A3o_014_Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20e%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20do%20IFBpdf.pdf
- Ricupero, B. (2000). *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. FAPESP. São Paulo: Editora 34.
- Sakamoto, L. (Org). (2006). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Recuperado em 25 janeiro, 2018, de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_seculo_xxi_315.pdf
- Santos, A. M. dos (2017). *A Política de Educação no Brasil: Implantação do Serviço Social Escolar*. Recuperado em 16 agosto, 2017, de <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>
- Santos, A. M. & Nogueira, V. dos S. (2010). *Perfil do Educador Social: experiências e reflexões*. Recuperado em 09 julho, 2015, de www.partes.com.br/educacao/perfileducadorsocial.asp
- Setton, M. da G. J. (2002) *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Revista Brasileira de Educação- Nº 20. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.
- Silva, A. R. da & Terra, D. C. T. (2013). *A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional*. [Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Paraná, PR, Brasil.
- Silva, A. V. *Vulnerabilidade Social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal*. [13º Encontro de Ciências Sociais do Norte

- Nordeste - 03 a 06 de Setembro de 2007]. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.
- Silva, E. L. da & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Revista Atual. 3ª. Edição. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 121p.
- Silva, F. C. O. da (s.d). *Etnia, cor e raça: Aspectos Discursivos do Uso institucional*. Universidade de Brasília – UnB. Recuperado em 20 dezembro, 2017, de <http://visaportal.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Francisca-Cordelia.pdf>
- Silva, J. de C. R. (2016). *Fatores de Influência na Evasão Escolar: Um estudo de caso em três cursos técnicos subsequentes do campus Brasília do Instituto Federal de Brasília*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação, Santarém, POR, Portugal.
- Silva, J. C. L da. *Resumo Histórico-Econômico do Brasil: o fim do colonialismo e o capitalismo tardio*. Revista Brasil Escola. Recuperado em 26 janeiro, 2017, de <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/resumo-historico-economico-brasil-fim-colonialismo-capitalismo.htm>
- Silva, H. F. da. (2015). *As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da Rede Municipal de Itupiranga – Pará nos anos de 2013 e 2014*. XII Congresso Nacional de Educação – Formação de professores, complexidade e trabalho docente, Curitiba, PR, Brasil.
- Souza, C. R. T. & Muller, V. R.. (2009). *Educador Social: Conceitos Fundamentais para a sua Formação*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Outubro de 2009 – PUCPR. Curitiba, PR, Brasil.
- Souza, L. S. (2016). *Gerenciamento de Processos: Proposta de melhoria de desempenho organizacional do IFB campus Samambaia*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Taufick, A. L. de O. L. (2013). *Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- UNESCO. (2001). *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Senado Federal.
- UOL Economia. (2016a). *Desemprego entre os jovens de até 24 anos chega a 24,1%, diz IBGE*. São Paulo, SP: Autor. Recuperado em 14 dezembro, 2017, de <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/05/19/desemprego-entre-os-jovens-de-ate-24-anos-chega-a-241-diz-ibge.htm>
- UOL Economia. (2016b). *Escolaridade e renda dos pais influenciam carreira dos filhos, diz IBGE*. São Paulo, SP: Autor. Recuperado em 27 fevereiro, 2018, de <https://economia.uol.com.br/empregos-e->

carreiras/noticias/redacao/2016/11/16/escolaridade-dos-pais-influencia-sucesso-profissional-dos-filhos-diz-ibge.htm

- Vasconcelos, N. B. (2009). *Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil*. Especialização Lato Sensu, Faculdade Católica de Uberlândia, MG, Brasil.
- Vianna, M. L. T. W. (1998). *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan.
- Voss, R. R. (2012). *Desigualdade Social e Educação no Pensamento de Pierre Bourdieu* [Versão eletrônica], Revista Fronteira das Educação, Recife, v. 1, n. 1, 2012. ISSN: 2237-9703.

Anexos

Anexo I - EDITAL Nº 11/CSAM/IFB, DE 08 DE AGOSTO DE 2016

EDITAL Nº 11/CSAM/IFB, DE 08 DE AGOSTO DE 2016 PROGRAMAS DE PROMOÇÃO A PERMANÊNCIA – 2º SEMESTRE/2016

O DIRETOR DO *CAMPUS* SAMAMBAIA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria Nº 298, de 12 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 15 de fevereiro de 2016, torna público o **PROCESSO SELETIVO PARA A CONCESSÃO DE AUXÍLIOS DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO A PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 2016 – 2º SEMESTRE LETIVO**, observadas as normas e instruções estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos, para receber os auxílios de caráter socioeconômico dos Programas de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil do IFB, *Campus* Samambaia.

1.2 Os Programas de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil objetivam minimizar desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes, de forma a contribuir com sua permanência na escola e com a conclusão dos seus estudos no IFB.

1.3 Os Programas efetivar-se-ão por meio de auxílio financeiro aos estudantes que apresentem agravos sérios ou moderados que, de algum modo, dificulte a manutenção e/ou permanência do estudante no Instituto.

1.4 Os Programas foram construídos com base na Resolução nº 14-2014/CS/IFB que dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE), aprovada pelo Conselho Superior em 30 de maio de 2014.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1 Estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos PRESENCIAIS de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação do IFB, no *Campus* Samambaia, **que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.**

3. DOS PROGRAMAS

3.1 Este processo seletivo compreende os programas previstos na Tabela 1.

Tabela 1

Programa	Descrição	Duração do auxílio/referência	Tipo/Valor	Nº de auxílios
Auxílio Permanência Presencial	Tem por objetivo minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes que apresentem situação de vulnerabilidade social de forma a contribuir com sua permanência na instituição e conclusão dos estudos	Até 5 parcelas (referentes aos meses de agosto a dezembro de 2016) a depender da duração do curso	G1: R\$250,00	10
			G2: R\$150,00	25
Auxílio Criança	Tem por objetivo custear parte dos gastos com creche e/ou cuidador(a) de forma a minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes que são pais/mães ou responsáveis legais de crianças (com idade de 0 a 12 anos incompletos), que apresentem situação de vulnerabilidade social e não tenham com quem deixar seus filhos nos horários de aula, de forma a contribuir com a segurança e bem-estar delas, auxiliando, então, na permanência dos pais ou	Até 5 parcelas (referentes aos meses de agosto a dezembro de 2016) a depender da duração do curso	R\$300,00	07

	responsáveis na instituição com vistas à conclusão dos estudos.			
Moradia	Tem por objetivo custear parte dos gastos com aluguel em regiões próximas, visando minimizar as dificuldades de acesso ao <i>campus</i> .	Até 5 parcelas (referentes aos meses de agosto a dezembro de 2016) a depender da duração do curso	R\$ 500,00	01
PROEJA	Tem por objetivo contribuir para a permanência e manutenção do estudante no Instituto Federal de Brasília, tendo em vista a melhoria do seu desempenho acadêmico.	Até 5 parcelas (referentes aos meses de agosto a dezembro de 2016) a depender da duração do curso	R\$150,00	10

3.2 Para os Programas de Promoção a Permanência os estudantes somente poderão acumular o máximo de 2 (dois) auxílios diferentes, atingindo o limite de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

3.3 Para o programa Auxílio Permanência Presencial, os estudantes serão identificados nos Grupo 1 e Grupo 2, cujos auxílios tem o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) respectivamente, de acordo com a disponibilidade de auxílios.

3.4 O Programa Auxílio Criança efetivar-se-á por meio de auxílio financeiro a apenas um dos pais ou um dos responsáveis legais, estudante do IFB com matrícula e frequência regular, contemplado após a finalização da seleção e assinatura do termo de concessão do auxílio.

3.5 Para fins de comprovação do custeio com creche/escola e/ou cuidador(a) pelos estudantes que são pais/mães ou responsáveis legais de crianças (com idade de 0 a 12 anos incompletos) os candidatos ao Auxílio Criança deverão apresentar recibo de pagamento de cuidador (a) ou contrato de serviço da creche ou escola em que a criança está matriculada.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo ocorrerá mediante duas etapas obrigatórias: inscrição online e entrega da documentação comprobatória, previstas no cronograma da tabela 2 do item 5.

4.2 O processo seletivo para a concessão de auxílios dos programas de promoção à permanência da assistência estudantil será publicado no site do IFB e sua execução ficará sob a responsabilidade do *Campus*.

5. DO CRONOGRAMA

5.1 Este processo seletivo seguirá as etapas previstas na Tabela 2.

5.2 Os prazos indicados na TABELA 2 tem caráter provisório e podem sofrer alterações. É de inteira responsabilidade de o estudante acompanhar, por meio do site do IFB, o andamento do processo seletivo.

Tabela 2

EVENTO	DATA PROVÁVEL		HORÁRIO	LOCAL
Período de inscrições online	15 a 21 de agosto de 2016		9h do dia 15/08 até 23h55m do dia 21/08/2016	Site do IFB
Entrega da documentação (Em envelope lacrado)	Dias 22 e 23 de Agosto	Ensino Médio	08h30min às 20h00min	CDAE
	Dias 24 e 25 de Agosto	Ensino Subsequente		
	Dias 26 e 29 de Agosto	PROEJA e Licenciatura		
Estudo socioeconômico	30 de agosto a 09 de setembro de 2016		-----	-----
Resultado Preliminar	12 de setembro de 2016		Até às 18h	Site do IFB
Recurso	13 e 14 de setembro de 2016		08h30min às 20h00min	CDAE

Resultado final	16 de setembro de 2016	Até às 18h	Site do IFB
Assinatura dos termos de concessão	19 e 20 de setembro de 2016	08h30min às 20h00min	CDAE

6. DA INSCRIÇÃO ONLINE

6.1 A inscrição do candidato para concorrer aos auxílios do Programa de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil do IFB, ocorrerá por meio do preenchimento do formulário eletrônico de avaliação socioeconômico disponível no site www.ifb.edu.br, no período de 15 a 19 de agosto de 2016, conforme tabela 2.

6.2 As informações declaradas no formulário de inscrição deverão ser comprovadas por meio de documentos, a serem entregues (em envelope lacrado) na segunda etapa do processo seletivo.

6.3 Não serão aceitas inscrições de estudantes matriculados em programas que já concedam benefício de apoio à permanência do estudante tais como: cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Mulheres na Construção ou Mulheres Mil, outros programas similares ou que venham a ser criados.

6.4 Não serão aceitas inscrições fora dos prazos estabelecidos no edital e em suas respectivas retificações.

6.5 Não serão aceitas inscrições que não sejam realizadas por meio do formulário eletrônico disponível na página do IFB do seu *campus*.

6.5.1 O IFB não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.

6.6 Para efetuar a inscrição é obrigatório declarar o conhecimento e a aceitação de todas as normas estabelecidas neste Edital e as respectivas retificações.

6.7 A segunda fase do processo seletivo compreende a entrega de documentação comprobatória (em envelope lacrado) e deverá respeitar os prazos previstos na tabela 2.

7. DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

7.1 A documentação comprobatória é composta pela documentação básica obrigatória (comum a todos os candidatos), pela documentação específica obrigatória (cuja obrigatoriedade de cada documento varia de acordo com a situação socioeconômica do

estudante e dos membros que compõem seu núcleo familiar) e pela documentação complementar facultativa.

7.2 DOCUMENTAÇÃO BÁSICA OBRIGATÓRIA:

7.2.1 Formulário para comprovação de renda (Anexo I) devidamente preenchido e assinado;

7.2.1.1 Não serão aceitos Formulários para comprovação de renda sem justificativa para recebimento do auxílio.

7.2.2 Carteira de identidade ou CNH (do estudante e de todas as pessoas que compõem seu núcleo familiar)

7.2.3 Certidão de nascimento das pessoas com menos de 18 anos

7.2.4 CPF (do estudante e de todas as pessoas que compõem seu núcleo familiar);

7.2.5 Carteira de Trabalho (do estudante e de todas as pessoas que compõem seu núcleo familiar com mais de 18 anos);

7.2.5.1 O estudante deverá apresentar as cópias das seguintes páginas da Carteira de Trabalho:

- a. Páginas de identificação (frente e verso);**
- b. Página do último registro de contrato de trabalho e próxima página em branco;**
- c. Página da última alteração salarial;**
- d. Página da última anotação geral.**

§ 1º - **É obrigatória a apresentação das cópias das Carteiras de Trabalho independente da situação de trabalho** (como desemprego, aposentadoria, mesmo que nunca tenha sido assinada ou caso o vínculo de emprego seja estatutário).

§ 2º - O estudante deverá apresentar todas as Carteiras de Trabalho originais para conferência, quando solicitado.

7.2.6 Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ou Declaração de isenção anual de imposto de renda (Formulário “B”).

7.2.7 Conta de água e luz atualizadas (dos últimos 90 dias), não precisam estar pagas.

7.2.7.1 As contas de água e luz deverão estar no nome do estudante ou dos componentes de seu núcleo familiar. Caso contrário, o estudante deverá justificar a situação nas próprias cópias dos comprovantes apresentados.

7.2.8 Histórico escolar do ensino fundamental e médio (apenas do estudante).

7.2.9 Comprovante de matrícula escolar das crianças entre 6 e 12 anos incompletos em que conste o horário da aula (para estudantes que solicitarem o Auxílio Criança).

7.2.10 Recibo de pagamento de mensalidades com creche ou cuidador para crianças com até 6 anos completos até 31 de março do ano vigente.

7.3 A O estudante deverá apresentar, além dos documentos obrigatórios básicos, os documentos específicos obrigatórios listados no item 7.2, de acordo com sua situação socioeconômica, bem como de acordo com a situação socioeconômica dos membros que compõem seu núcleo familiar.

7.4 DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA OBRIGATÓRIA:

7.4 1 Para trabalhadores assalariados: cópia dos três últimos contracheques ou cópia do contrato de trabalho no qual conste o salário recebido + cópia do extrato bancário (de conta corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4 2 Para servidores públicos: cópia dos três últimos contracheques.

7.4.3 Para trabalhador autônomo: cópia do Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)

7.4.4 Para trabalhador informal, prestadores de serviços eventuais ou profissional liberal: Declaração de Autônomo (formulário “A”),

7.4.5 Para estagiários: cópia do contrato de estágio no qual conste o salário recebido + cópia do extrato bancário (de conta corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4.6 Para desempregados:

a. Em caso de desligamentos/demissões ocorridas nos últimos 6 meses: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) + Termo de Homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho + Declaração de ausência de rendimentos (Formulário “C”) + cópia do extrato bancário (de conta corrente e poupança) dos três últimos meses, OU

b. Em caso de desligamentos/demissões ocorridas nos últimos 6 meses: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) + Termo de Quitação de Rescisão do Contrato de Trabalho + Declaração de ausência de rendimentos (Formulário “C”) + cópia do extrato bancário (de conta corrente e poupança) dos três últimos meses, OU

c. Em caso de desligamentos/demissões ocorridas nos últimos 6 meses: Cópia da Consulta – Habilitação do Seguro Desemprego + Declaração de ausência de rendimentos (Formulário “C”) + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses, OU

d. Declaração de ausência de rendimentos (Formulário “C”) + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses, OU

e. Declaração de ajuda financeira de terceiros (Formulário “E”) + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4.7 Para aposentados e pensionistas (que recebem auxílio doença ou pensão por morte): extrato trimestral do INSS ou cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4.8 Para proprietários de imóveis de aluguel: cópia do(s) contrato(s) de locação ou declaração de locação autenticada + recibo de pagamento.

7.4.9 Para proprietários de empresas: Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica com recibo de entrega ou Simples Nacional + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4.10 Para proprietários de sítio ou fazenda: Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) com recibo de entrega.

7.4.11 Para beneficiários de programas sociais (Bolsa-Família, Renda-Minha, Bolsa-Escola, Benefício de Prestação Continuada – BPC): cópia do cartão magnético + cópia do extrato de pagamento do benefício ou declaração expedida pelo CRAS ou CREAS atestando o recebimento do benefício social.

7.4.12 Para recebedores de pensão de alimentos: para pensão formal - cópia do processo judicial + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses ou para pensão informal - Declaração de recebimento de pensão alimentícia (formulário “G”)

7.4.13 Para pagadores de pensão de alimentos: para pensão formal - cópia do processo judicial, ou para pensão informal - Declaração de pagamento de pensão alimentícia (formulário “H”)

7.4.14 Para pais ou responsáveis por crianças e adolescentes menores de 18 anos que não recebem pensão de alimentos: Declaração de inexistência de Pensão com justificativa para o não recebimento da mesma (formulário “D”) + cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.4.15 Para pais ou responsáveis por crianças de até 12 anos incompletos e/ou pessoas (dependentes de cuidados específicos com laudo médico) **membros do núcleo familiar:** recibo de pagamento de mensalidade escolar, creche ou cuidador, quando for o caso.

7.4.16 Para residentes em imóvel próprio quitado: cópia do carnê do último IPTU no nome do estudante ou dos componentes de seu núcleo familiar.

7.4.17 Para residentes em imóvel alugado: cópia do contrato de aluguel + recibo de pagamento de aluguel, para contratos formais, ou Declaração de aluguel sem contrato (formulário “I”)

7.4.18 Para residentes em imóvel em processo de regularização: Declaração de imóvel em regularização (formulário “L”).

7.4.19 Para residentes em imóvel cedido: cópia do Termo de Cessão, para cessão formal, ou Declaração de imóvel cedido (formulário “K”) em que conste a relação ou parentesco entre o cedente e cessionário, para cessão informal.

7.4.20 Para residentes em imóvel em financiamento: comprovação da prestação mensal no nome do estudante ou dos componentes de seu núcleo familiar.

7.4.21 Para estudantes residentes em repúblicas ou similares: Declaração de divisão de aluguel (formulário “J”) com justificativa.

7.4.22 Para pessoas com deficiência: cópia de laudo médico atualizado legível, em que conste o diagnóstico ou CID; ou cartão de gratuidade no transporte público. Em todos os casos, constando o nome da pessoa.

7.4.23 Para pessoas com doenças crônicas, degenerativas ou graves: cópia de laudo médico atualizado legível, em que conste o diagnóstico ou CID da doença; ou Cartão de Paciente Crônico do SUS, nos quais conste o nome da pessoa.

7.4.24 Para estudantes ou componentes do núcleo familiar com menos de 18 anos que não moram com os pais: Termo de Guarda e Responsabilidade, Adoção ou Declaração de dependência econômica atualizada, com cópia da carteira de identidade do declarante.

7.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR FACULTATIVA

7.5.1 Autodeclaração de cor/etnia (apenas para o estudante)

7.5.2 Para estudantes que cursaram o ensino médio e fundamental em escolar particular com bolsa integral: comprovante de vínculo como bolsista.

7.5.3 Certidão de casamento, sentença de separação, certidão de óbito, conforme o caso.

7.5.4 Carta de justificativas

7.5.5 Para trabalhador autônomo, informal, prestadores de serviços eventuais ou profissional liberal cópia do extrato bancário (de conta-corrente e poupança) dos três últimos meses.

7.6 É de inteira responsabilidade dos estudantes providenciar toda documentação e formulários necessários para sua participação no processo seletivo, uma vez que a falta de documentos exigidos poderá acarretar no indeferimento do pedido.

7.7 Serão disponibilizados modelos de declarações no anexo 4 para serem utilizadas pelo estudante, quando necessário, conforme o seu contexto socioeconômico e familiar.

7.8 A documentação exigida no item 7, deve ser entregue na CDAE do *Campus*, em envelope lacrado, no horário de atendimento divulgado neste edital conforme tabela 3

7.9 Não será realizada, em hipótese alguma, a conferência dos documentos por parte dos servidores do IFB.

Tabela 3

DATA PROVÁVEL	DIA DA SEMANA	CURSO	HORÁRIO	LOCAL
22 de agosto de 2016	Segunda-feira	Ensino Médio Integrado	08h30min às 20h00min	CDAE
23 de agosto de 2016	Terça-feira	Ensino Médio Integrado	08h30min às 20h00min	CDAE
24 de agosto de 2016	Quarta-feira	Ensino Subsequente	08h30min às 20h00min	CDAE
25 de agosto de 2016	Quinta-feira	Ensino Subsequente	08h30min às 20h00min	CDAE
26 de agosto de 2016	Sexta-feira	PROEJA e Licenciatura	08h30min às 20h00min	CDAE
29 de agosto de 2016	Segunda-feira	PROEJA e Licenciatura	08h30min às 20h00min	CDAE

7.10 Só será considerada válida aquela inscrição que cumprir as etapas de preenchimento do formulário online e entrega da documentação comprobatória previstas no edital.

8. DO ESTUDO SOCIOECONÔMICO

8.1 O Estudo socioeconômico compreenderá a análise dos dados do formulário de inscrição e a análise da documentação entregue pelo estudante, podendo ocorrer ainda entrevistas, contato com familiares e visita domiciliar mediante agendamento.

8.2 Durante o estudo socioeconômico poderão ser solicitados, a qualquer tempo, outros documentos para além dos previstos no item 7 deste edital, de acordo com a análise do Assistente Social.

8.3 Constituem competências do Assistente Social, de acordo com a Lei 8.662/1993, no inciso XI do artigo 4º, realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

8.4 O estudo socioeconômico será acompanhado de parecer social, cuja elaboração compete exclusivamente aos/às assistentes sociais, de acordo com o artigo 5º, inciso IV, da Lei n. 8662/1993.

8.5 No estudo socioeconômico serão analisados os seguintes critérios:

8.5.1 Renda familiar - somatório de todos os rendimentos brutos das pessoas físicas que compõem o arranjo familiar;

8.5.1.1 Será considerado rendimento todo e qualquer provento recebido pelo estudante e pessoas que compõem seu arranjo familiar, incluindo rendimentos provindos de atividades laborativas de qualquer natureza, valores de benefícios sociais, bolsas, ajuda de custo por participação em atividades formais e informais, ajuda financeira de terceiros, pensões formais e informais, Seguro Desemprego e outros benefícios da Previdência Social, rendimentos de eventuais pessoas jurídicas, (como por exemplo, empresa ou pequenos negócios), e renda de capital ou bens imóveis (como proventos de aluguel).

8.5.2 Renda familiar *per capita* – somatório de todos os rendimentos brutos mencionados nos itens 8.5.1 e 8.5.1.1, divididos pelo número de membros que compõem o arranjo familiar;

8.5.2.1 Serão indeferidos os processos em cuja renda familiar *per capita* ultrapasse o limite de 1 (um) salário mínimo e meio (equivalente à R\$1.320,00 - mil trezentos e vinte reais).

8.5.3 Arranjo familiar: as pessoas que residem com você, independentemente de laços sanguíneos. Refere-se ao número de membros declarados no formulário socioeconômico.

8.5.4 Fatores sociais de vulnerabilidade.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1 A classificação dos (as) estudantes dar-se-á mediante pontuação obtida por meio do seguinte cálculo:

$$CF = [(RF-DR \div NM) \div 1/4 SM] - FS$$

Em que:

- a) CF é a classificação final do estudante candidato.
- b) RF é a renda familiar (somatório de todos os rendimentos brutos das pessoas físicas que compõem o arranjo familiar; de eventuais pessoas jurídicas, por exemplo, empresa ou pequenos negócios, e renda de capital ou bens imóveis).
- c) DR são as deduções da renda familiar a serem consideradas, quais sejam: aluguel ou prestação da casa própria (serão deduzidos os valores pagos integralmente); mensalidades com creche ou cuidador para crianças (com até 6 anos completos até 31 de março do ano vigente) ou idosos/pessoas (dependentes de cuidados específico com laudo médico), conta de energia elétrica e conta de água (serão deduzidos os valores pagos integralmente em caso de moradia única e parcialmente em caso de lote com mais de 1 imóvel);
- d) NM é o número de membros que compõe o arranjo familiar.
- e) SM é o salário mínimo vigente, cujo valor atual é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), no qual $\frac{1}{4}$ representa R\$220,00 (duzentos e vinte reais).
- f) FS são os fatores sociais a serem, quais sejam: **ter sido beneficiário da Assistência Estudantil** (somente para aqueles estudantes beneficiados em edital anterior que ainda estejam matriculados no mesmo curso de nível técnico ou superior) – será descontado 0,06 pontos; **benefício social** (quando esta for a única renda declarada) – será descontado 0,04 pontos; situação de trabalho (**desempregado ou trabalhador informal**, quando for o único responsável pelo sustento econômico familiar) - será descontado 0,04 pontos; **idoso(a) mantenedor** (único responsável pelo sustento econômico familiar) – será descontado 0,03 pontos; **mulher chefe de família** (única responsável pelo núcleo familiar) – será descontado 0,03 pontos; **cor/etnia** (pessoas pardas, pretas, quilombolas e indígenas) – será

descontado 0,03 pontos; **pessoas com deficiência e/ou pessoas da família portadoras de doenças crônicas ou doenças degenerativas** (independente da quantidade) – será descontado 0,02 pontos; **filhos com 0 a 12 anos incompletos** (independente da quantidade) – será descontado 0,02 pontos; local de moradia (**área rural e/ou entorno**) – será descontado 0,01 ponto; **identidade de gênero** (estudantes que se declaram travestis e transexuais) – será descontado 0,01 ponto.

9.2 São motivos para o indeferimento do processo:

9.2.1 Não cumprimento integral das duas etapas do processo seletivo (inscrição online e entrega de documentação comprobatória).

9.2.2 Ter renda familiar per capita acima do limite de 1 salário mínimo e meio (equivalente à R\$1.320,00).

9.2.3 Apresentação de justificativa para recebimento do auxílio incompatível com os objetivos do programa.

9.2.4 Não apresentação de documentação básica obrigatória.

9.2.5 Não apresentação de documentação específica obrigatória.

9.2.6 Incompatibilidade entre os gastos e rendimentos declarados.

9.2.7 Falta de clareza nas informações e documentos apresentados.

9.2.8 Prestação de informações inconsistentes ou que possam indicar a adoção de comportamento astucioso visando confundir ou dificultar o processo de análise socioeconômica.

9.2.9 Omissão e fraude de informações, documentos e declarações apresentadas.

9.3 Após a realização do estudo socioeconômico por parte do profissional de Serviço Social, os estudantes cujos processos foram deferidos serão classificados mediante pontuação em ordem crescente, na qual a menor pontuação representa maior situação de vulnerabilidade socioeconômica.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 São considerados critérios de desempate na seguinte ordem:

1º - menor renda *per capita* aferida;

2º - ter estudado em escola pública ou em caso de escola particular como bolsista integral;

3º - ser estudante de maior idade.

11. DO RESULTADO PRELIMINAR

11.1 O resultado preliminar será publicado no mural do *Campus* e no site do IFB na data prevista no cronograma da Tabela 2.

11.2 O resultado preliminar será divulgado por meio de uma lista contendo a ordem de classificação do candidato, o número de matrícula, o tipo de auxílio (G1 ou G2, definidos no item 3.3), ou a situação do candidato em lista de espera, de acordo com o quantitativo de auxílios descritos na Tabela 1, ou indeferido.

11.3 A classificação do estudante apresentada no resultado preliminar gera mera expectativa de direito, não gera direito líquido e certo ao recebimento do auxílio ou manutenção de sua colocação no processo seletivo.

11.4 O estudante que tiver seu processo indeferido poderá interpor recurso contra o resultado preliminar, conforme previsto no artigo 12.

12. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

12.1 O estudante que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação socioeconômica para o(s) Programa(s) de Promoção a Permanência deverá preencher formulário próprio divulgado no site do IFB, conforme Anexo 4.

12.2 O estudante que interpor recurso deverá dirigir-se à CDAE para solicitar informações sobre o indeferimento do pedido.

12.3 O(s) motivo(s) do indeferimento será(ão) informado apenas ao candidato, a fim de resguardar o sigilo profissional conforme previsto em Código de Ética do Assistente Social.

12.4 Os prazos de recurso e de análise constam no cronograma da Tabela 2.

12.5 Na apresentação do recurso não serão aceitos documentos que não foram entregues nos prazos estipulados neste edital.

12.6 Os recursos devem apresentar novos fatos, argumentos ou documentos que esclareçam a situação socioeconômica do estudante ou a complemente.

12.7 Serão indeferidos os recursos que implicarem em uma análise socioeconômica inteiramente nova.

12.8 Poderão ser indeferidos os processos cujos recursos impetrados indicarem a omissão ou fraude de informações nas etapas anteriores.

13. DO RESULTADO FINAL

13.1 Após a análise e divulgação do resultado dos recursos, poderá ocorrer a reclassificação dos estudantes.

13.2 O resultado final será publicado no mural do *Campus* e no site do IFB na data prevista no cronograma da Tabela 2.

13.3 O resultado final será divulgado por meio de uma lista contendo a ordem de classificação do candidato, o número de matrícula, o tipo de auxílio (G1 ou G2, definidos no item 3.3) ou a situação do candidato em lista de espera ou indeferido, de acordo com o quantitativo de auxílios descritos na Tabela 1.

13.4 A CDAE poderá convocar os estudantes em lista de espera, a partir de desistências, término de curso, de perda do benefício ou aumento do recurso disponível.

13.5 A concessão do auxílio ficará condicionada ao parecer do profissional de Serviço Social, podendo ser requeridos documentos, entrevistas e visitas domiciliares, a critério do profissional responsável pelo estudo socioeconômico.

14. DA CONCESSÃO DOS PROGRAMAS

14.1 Os candidatos classificados dentro do número de auxílios disponíveis neste edital serão convocados para reunião da Assistência Estudantil e assinatura do Termo de Concessão. Os candidatos em lista de espera poderão ser convocados em caso de desistência, conclusão ou aumento do número de benefícios concedidos.

14.2 O estudante terá acesso ao Auxílio somente após participar da reunião e assinar o Termo de Concessão junto ao setor responsável pela Assistência Estudantil do *campus*, confirmando seu conhecimento sobre as normas e critérios que regem o mesmo.

14.3 O estudante que não comparecer na reunião no prazo definido em convocação será excluído deste processo e permitirá a CDAE realizar a convocação da lista de espera.

14.4 Para os estudantes menores de 18 anos será necessária a assinatura do responsável legal.

14.5 No ato da assinatura do termo de Concessão, os estudantes convocados deverão apresentar-se munidos de RG, CPF e comprovante de conta bancária ativa (para aqueles que optarem pelo pagamento em conta corrente).

14.6 Os estudantes convocados em lista de espera não receberão pagamento retroativo dos auxílios no decorrer do Programa.

14.7 A concessão do auxílio é pessoal, temporária e intransferível.

15. DO REPASSE FINANCEIRO AO ESTUDANTE

15.1 Os estudantes selecionados neste processo seletivo terão direito ao(s) auxílio(s) a que forem contemplados conforme previsto na tabela 2, a contar da data de assinatura do Termo de Concessão, observada a duração do curso e o acompanhamento sistemático pela CDAE do *Campus*.

15.2 O repasse financeiro dar-se-á por depósito bancário em conta pessoal do (a) estudante, informada no ato da assinatura do Termo de Concessão, não sendo aceitas contas poupança, de terceiros e ou contas conjuntas ou conta salário.

15.3 Nos casos em que o estudante não possuir conta bancária ou a mesma não estiver ativa o pagamento será efetuado por meio de ordem bancária.

15.3.1 O estudante deverá comparecer a qualquer agência do Banco do Brasil e apresentar documento oficial de identidade e CPF para sacar o auxílio, a partir das datas fornecidas pela CDAE do *Campus*.

15.4 O pagamento do(s) Auxílio(s) repassados aos estudantes está condicionado à frequência mensal nas aulas presenciais igual ou superior a 75%, atestada pela Direção Geral do *Campus*, Direção de Ensino e Coordenação de Registro Acadêmico.

15.4.1 O pagamento do(s) Auxílio(s) está condicionado, também, ao comparecimento semanal na CDAE do *campus* de, no mínimo, 75% de assinatura de frequência própria acompanhada pela CDAE.

15.5 Quando o pagamento do(s) auxílio(s) for creditado em CPF e não for retirado no prazo de 7 (sete) dias corridos, o estudante poderá perder a referida parcela.

15.6 O pagamento da parcela poderá ser feito novamente, mediante formulário de solicitação (ANEXO 7) preenchido pelo estudante, a ser entregue na CDAE do *Campus*, em até 15 dias após o prazo para retirada do auxílio, explicando a motivação da perda do prazo acompanhado de documentação que comprove o impedimento para comparecer à agência bancária no período estabelecido para resgate da ordem de pagamento.

15.7 O estudante terá o auxílio cancelado, caso não retirá-lo na segunda vez que for depositado.

15.8 O beneficiário que, por qualquer motivo, receber o auxílio indevidamente, terá a obrigação de devolver o(s) valor (es) recebido(s) por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pelo site: www.tesouro.fazenda.gov.br/gru.

15.9 A concessão do(s) auxílio(s) ficará vinculada ao repasse de recursos orçamentários para a rubrica de Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional para Assistência ao Estudante (Programa 1062, Ação 6380) pela SETEC/MEC.

15.10 O pagamento do auxílio não terá data ou prazos previamente estipulados.

16. DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

16.1 O auxílio será suspenso caso o estudante não tenha atingido a frequência de 75% no mês apurado.

16.2 Após a suspensão a parcela seguinte só será efetuada mediante o cumprimento da frequência mínima no mês apurado.

16.2 O estudante terá o auxílio cancelado nos casos de:

- a) afastar-se da instituição sem aviso prévio (abandonar o curso);
- b) concluir o curso;
- c) trancar a matrícula;
- d) apresentar frequência inferior a 75% (apurada mensalmente) no período de 2 meses durante a vigência do edital, exceto os casos amparados legalmente pelo Decreto nº 715/69, Decreto Lei nº 1044/69 e Lei nº 6202/75;
- e) solicitar desistência do(s) auxílio(s) por vontade expressa formalmente pelo estudante ou representante legal em caso de adolescentes.
- f) não comparecimento dos prazos de resgate do auxílio no banco por 2 meses;
- g) não comparecimento do estudante, pais ou responsável legal do estudante menor de 18 anos, quando solicitado pela instituição, exceto por motivo legalmente justificado;
- h) omitir ou fraudar informações em qualquer fase do processo.
- i) descumprir quaisquer itens previstos no Termo de Concessão.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A participação do estudante implica no aceite das condições estabelecidas neste edital

17.2 O estudante poderá concorrer para obtenção do(s) Auxílio(s) previstos neste edital apenas no *Campus* em que está matriculado e que não tenha sido contemplado em edital anterior vigente.

17.3 Em hipótese alguma será fornecido resultado por telefone, fax ou e-mail.

17.4 Cabe ao candidato acompanhar os resultados do processo, bem como adotar as providências necessárias em cada etapa.

17.5 O estudante que estiver cumprindo somente dependência, trabalho de conclusão de curso ou estágio obrigatório não poderá participar dos programas deste edital.

17.6 O auxílio não será suspenso/cancelado se o estudante estiver em atendimento domiciliar, devendo ser encaminhado pela Coordenação de curso o relatório de atividades desenvolvidas pelo estudante à Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social.

17.7 O estudante beneficiário deverá comunicar a CDAE quaisquer alterações em sua situação socioeconômica e comunicar a desistência de um ou mais auxílios dos programas.

17.8 O estudante deverá participar das reuniões divulgadas pela CDAE.

17.9 Caso o estudante seja desligado, poderá se candidatar a um novo processo seletivo condicionado às regras do novo edital.

17.10 O estudante que omitir ou fraudar informações terá sua solicitação indeferida ou poderá perder o(s) auxílio(s), sem isenção de sanções disciplinares.

17.11 Nos casos em que houver auxílios excedentes, estando todos estudantes de lista de espera contemplados, a CDAE poderá realizar o remanejamento de auxílios, respeitando a ordem de classificação e disponibilidade orçamentária.

17.12 A documentação comprobatória entregue para estudo socioeconômico ficará arquivada pelo prazo de 5 (cinco) anos de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, no assunto 024 direitos, obrigações e vantagens, 024.92 dos auxílios, contado da data de publicação deste Edital. Transcorrido esse prazo, a documentação será descartada.

17.13 Os dados do formulário de avaliação socioeconômica poderão ser utilizados pelas Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB para subsidiar estudos e pesquisas (resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos e o sigilo dos dados pessoais) para o desenvolvimento de projetos e ações da instituição.

17.14 Para a utilização dos dados do formulário de avaliação socioeconômica para fins de pesquisa deverão ser observadas e cumpridas as diretrizes e normas regulamentadoras nacionais sobre ética em pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS nº 466, de 12 dezembro de 2012.

17.15 Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino, encaminhados pelo Diretor Geral do *Campus*, ouvidas as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão do *Campus*.

FERNANDO DANTAS DE ARAUJO

Diretor Geral *Campus* Samambaia

Portaria N° 298, de 12 de fevereiro de 2016.

Original Assinado

ANEXO 1- Formulário para comprovação de renda

1. IDENTIFICAÇÃO						
NOME						
CPF		MATRÍCULA				
CURSO						
TELEFONE FIXO/CELULAR						
2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR (você e todas as pessoas que residem sob o mesmo teto, ligadas por laços sanguíneos ou afetivos)						
..É OBRIGATÓRIA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL DE TODOS OS COMPONENTES FAMILIARES INDICADOS NESTE FORMULÁRIO:..						
Nº	NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDABRUTA R\$
1		ESTUDANTE				
2						
3						

4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
Renda total familiar ÷ n° de integrantes da composição familiar					TOTAL	

Data: ____/____/____

Assinatura do estudante: _____

<u>É OBRIGATORIO O PREENCHIMENTO DESTA</u>
DESCREVA OS MOTIVOS E A IMPORTÂNCIA DESTES BENEFÍCIO(S) PARA VOCÊ.

Anexo 2 – Formulário para Recurso

1. Identificação do estudante (a)

Nome:		<i>Campus:</i>	
Matrícula:		CPF:	
Endereço:			
Bairro:		CEP:	
Cidade:		UF:	
Telefones:			
E-mail:			

2. Solicitação

Solicito revisão do resultado provisório do Processo de Avaliação Socioeconômico, conforme a(s) justificativa(s) a seguir:

Brasília, ____ de ____ de 2016 Assinatura do
candidato _____

Recebido por:	SIAPE:
---------------	--------

.....

Resultado da análise do recurso

☐ Deferido

☐ Indeferido

Justificativa:

Brasília, ____ de ____ de 2016

Assinatura da assistente social _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSO

EDITAL UNIFICADO Nº ____/____/IFB DE ____ DE ____ DE
____.

Estudante:	CPF:	Nº:
Recebido por:	SIAPE:	
Data: / / .	Hora: :	

Anexo 3 – Modelos de Declarações

A - DECLARAÇÃO DE RENDA DE TRABALHADOR INFORMAL, PRESTADOR DE SERVIÇOS EVENTUAIS OU PROFISSIONAL LIBERAL

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que a renda média dos últimos seis meses, no valor de R\$ _____** mensais, refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades de _____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

**B - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA
FÍSICA**

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que SOU
ISENTO DE DECLARAÇÃO ANUAL DE IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA
FÍSICA**, conforme regulamento da Receita Federal do Brasil. Pois no ano anterior não obtive
rendimento provindos de trabalho assalariado, proventos de aposentadorias, pensões, aluguéis
ou atividades rurais suficientes para declarar IRPF neste ano, e não me enquadro nos demais
casos que obrigam a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira
responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei,
aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de
setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

C - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, declaro que **NÃO**
PERCEBO NENHUM RENDIMENTO.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

D - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENSÃO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que NÃO
RECEBO NENHUM TIPO DE PENSÃO FORMAL OU INFORMAL.**

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

E - DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____,
_____, **declaro que AJUDO FINANCEIRAMENTE**
_____.

..... (nome do membro do grupo familiar que
recebe ajuda)

com o valor mensal de aproximadamente R\$_____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

F - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que POSSUO**
RENDIMENTOS DE ALUGUEL no valor de R\$ _____, referente ao
imóvel _____ situado _____ na
_____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

G - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que RECEBO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de**
R\$_____ (_____) mensais, pago pelo(a)
Sr(a) _____,
referente _____ aos _____ dependentes

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

H - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que PAGO PENSÃO ALIMENTÍCIA no valor de**
R\$_____ (_____) mensais, pago à Sr(a)

_____,
referente _____ aos _____ dependentes

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

I - DECLARAÇÃO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que ALUGO**

ATUALMENTE **O** **IMÓVEL** sito à

_____ para o

(a) Sr(a) _____, portador do CPF

nº _____, RG nº _____, desde _____ / _____ /

_____ até os dias atuais, **pelo valor mensal de R\$**_____.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

J - DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL

Eu, _____, portador do CPF nº _____, RG nº _____, declaro que **DIVIDO O ALUGUEL** com as pessoas abaixo assinadas do imóvel situado no endereço _____ no valor mensal de R\$ _____ para cada morador.

MORADOR	CPF	ASSINATURA

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

K - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro que CEDO**
ATUALMENTE **o** **imóvel** **sito** **à**

_____ para
o (a) Sr(a) _____, portador do CPF nº
_____, RG nº _____, desde ____/____/____ até os
dias atuais.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

L - DECLARAÇÃO DE IMÓVEL EM REGULARIZAÇÃO

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, **declaro que resido**, no
endereço _____,
ainda em processo de regularização.

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

M - AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETNIA

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, residente na

_____, **declaro,** em
conformidade com a classificação do IBGE, que sou:

Preto(a) ()

Indígena ()

Pardo(a) ()

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do(a) declarante

**N - DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DESPESAS DE AGUA E/OU ENERGIA
ELÉTRICA**

Eu, _____, portador do
CPF nº _____, RG nº _____, declaro que **DIVIDO AS
DESPESAS DE AGUA E/OU ENERGIA ELÉTRICA** com moradores de outros imóveis
localizados no mesmo lote abaixo assinadas situado no
endereço _____ no valor mensal de
R\$ _____ para cada imóvel.

MORADOR	CPF	ASSINATURA	VALOR

Declaro ainda estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e Artigos 171 e 299 do Código Penal.

Brasília, ____ de _____ de 201__.

Anexo 6 – Solicitação de repagamento do auxílio

1. Identificação do estudante(a)

Nome:		Campus:	
CPF:		Matrícula	
		a	
Curso:			
Módulo:		Turno	
		:	
Telefones:			
e-mail:			

2. Solicitação

Solicito repagamento da parcela referente ao mês de _____, conforme a(s) justificativa(s) a seguir:

Brasília, ____ de ____ de 2016

Assinatura do(a) estudante

Recebido por:	SIAPE:
---------------	--------

.....

Resultado da análise do recurso

☐ Deferido

☐ Indeferido

Justificativa:

Brasília, ____ de _____ de 2016

Assinatura da coordenação _____

☐ -----

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REPAGAMENTO

EDITAL UNIFICADO Nº ____/____/IFB DE ____ DE _____ DE _____ .

Estudante:	CPF:	Nº:
Recebido por:	SIAPE:	
Data: / / .	Hora: :	

Anexo II - Avaliação do Programa Auxílio Permanência Presencial 2016.2 - Campus Samambaia

Avaliação do Programa Auxílio Permanência 2016.2 - Campus Samambaia

Instituto Politécnico de Santarém - IPS

Instituto Federal de Brasília - IFB

Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária - MESIC

Dissertação: Avaliação da Eficácia do Auxílio Permanência na vida dos discentes do Instituto Federal de Brasília campus Samambaia

Mestranda: Luana Rodrigues de Lima Meneses

Orientadora: Professora Doutora Luisa Maria da Silva Delgado

Coorientadora: Professora Doutora Carolina Cássia Batista Santos

***Obrigatório**

Prezado(a) aluno(a), Meu nome é Luana Meneses sou Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Brasília campus Samambaia e aluna do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária do Instituto Politécnico de Santarém. Estou realizando um estudo que trata da Eficácia do Auxílio Permanência na vida dos alunos do IFB campus Samambaia. O preenchimento deste questionário de pesquisa poderá colaborar com a melhoria do Auxílio Permanência no IFB. Os dados obtidos serão utilizados na pesquisa e a divulgação dos resultados será realizada preservando-se a identidade do aluno.

Sua participação é muito importante.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Matrícula ou CPF do aluno *

Qual a sua idade? *

Sexo *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Com relação a Raça/Cor/Etnia como você se declara: *

- ☐ Branco(a)
- ☐ Pardo(a)
- ☐ Negro(a)
- ☐ Indígena
- ☐ Outro:

Qual região administrativa/cidade você reside? *

Coloque a cidade e a sigla do estado.

- ☐ Samambaia - DF
- ☐ Outro:

Você reside em Zona: *

- ☐ Rural
- ☐ Urbana

Qual seu estado civil? *

- ☐ Solteiro(a);
- ☐ Casado(a);
- ☐ Separado(a)
- ☐ Divorciado(a);
- ☐ União Estável;
- ☐ Viúvo(a);

Tem filhos? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, 1 filho
- ☐ Sim, 2 filhos
- ☐ Sim, 3 filhos
- ☐ Sim, 4 filhos
- ☐ Sim, 5 filhos
- ☐ Mais de 5 filhos

Possui alguma necessidade específica? *

- ☐ Autismo
- ☐ Transtorno global do desenvolvimento
- ☐ Altas habilidades/superdotação
- ☐ Doença Crônica
- ☐ Perda Auditiva e Surdez
- ☐ Deficiência intelectual
- ☐ Doença Mental
- ☐ Deficiência Física
- ☐ Perda de Visão e Cegueira
- ☐ Não
- ☐ Outro:

Qual forma de transporte utiliza com mais frequência para vir a escola? *

- ☐ Moto (própria)
- ☐ Automóvel (próprio)
- ☐ Transporte Coletivo
- ☐ A pé
- ☐ Bicicleta
- ☐ Carona
- ☐ Outro:

Qual o curso que você frequenta no campus Samambaia? *

- ☐ Técnico em Edificações - Subsequente
- ☐ Técnico em Edificações - PROEJA
- ☐ Técnico em Controle Ambiental - Subsequente
- ☐ Técnico em Controle Ambiental - Integrado
- ☐ Técnico em Móveis - Subsequente
- ☐ Técnico em Design de Móveis - Integrado
- ☐ Licenciatura em Educação Profissional para Diplomados - Complementação Pedagógica
- ☐ FIC em Inglês
- ☐ FIC Espanhol
- ☐ Outro:

Por que você escolheu realizar este curso? *

- ☐ Afinidade com a área
- ☐ Elevação de escolaridade
- ☐ Recolocação no mercado de trabalho
- ☐ Melhoria das condições de vida
- ☐ Outro:

2. PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Você recebeu/recebe Auxílio Permanência no 2º semestre de 2016? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Como você utiliza o dinheiro do Auxílio Permanência? *

- ☐ Para pagar a passagem do transporte de ida e volta para o campus;

- ☐ Para comprar os materiais didáticos do curso (caderno, caneta, lápis, régua, compasso, livros, xerox e etc);
- ☐ Para pagar a alimentação no campus;
- ☐ Para pagar as contas essenciais da sua casa (água, luz, telefone, gás e alimentação);
- ☐ Para pagar o cartão de crédito;
- ☐ Para comprar roupas e sapatos;
- ☐ Outro:

Você encontra-se satisfeito com o valor recebido no Auxílio Permanência? *

- ☐ Muito Satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Pouco Satisfeito
- ☐ Nada Satisfeito

O Auxílio Permanência contribui com a sua permanência no curso? *

- ☐ Contribui muito
- ☐ Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☐ Não contribui

Você teria condições de dar continuidade nos estudos, caso NÃO recebesse o Auxílio Permanência? *

- ☐ Sim, sem dificuldade;
- ☐ Sim, com alguma dificuldade;
- ☐ Não;

Você considera que o Auxílio Permanência teve algum reflexo positivo na sua trajetória acadêmica? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

Justifique a resposta anterior.

De que forma você ficou sabendo do edital de Auxílio Permanência do 2º Semestre de 2016? *

- ☐ Internet
- ☐ A CDAE avisou na sala de aula
- ☐ Colega avisou

- ☐ Mural
- ☐ Outro:

De que forma você avalia a linguagem do edital: *

- ☐ Fácil compreensão
- ☐ Compreensão moderada
- ☐ Difícil compreensão
- ☐ Compreensão muito difícil

Como você considera a regularidade do pagamento do Auxílio Permanência? *

- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Muito Ruim

Você recebeu Auxílio Permanência nos semestres anteriores? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Dentre os Programas de Permanência, além do Auxílio Permanência Presencial, qual outro(s) auxílio(s) você recebe do IFB? *

- ☐ Não recebo outro auxílio;
- ☐ Auxílio Permanência EaD;
- ☐ Auxílio Moradia;
- ☐ Auxílio PROEJA;
- ☐ Auxílio Criança;
- ☐ Auxílio Integrado;

Em relação aos Programas Universais, no âmbito do Programa de Promoção a saúde, você já participou de alguma atividade relacionada a SAÚDE? *

Ex. Palestras, Workshops

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso já tenha participado de alguma atividade relacionada a SAÚDE, diga por que essa atividade foi importante na sua vida.

- ☐ Recebi orientações referente as drogas ilícitas;
- ☐ Recebi orientações referente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- ☐ Recebi orientações referente a prevenção de doenças;

- ☐ Recebi orientações referente a vacinas;
- ☐ Outro:

Em relação aos Programas Universais, no âmbito do Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico, você já foi atendido pelos seguintes profissionais? *

- ☐ Assistente Social;
- ☐ Psicólogo;
- ☐ Pedagogo;
- ☐ Não;

Caso já tenha sido atendido por um ou mais profissionais na pergunta anterior, marque o por que esse atendimento foi importante no seu percurso acadêmico.

- ☐ Porque me ouviu;
- ☐ Porque me deu orientação social;
- ☐ Porque me ajudou a melhorar o meu relacionamento interpessoal (relacionamento entre 02 ou mais pessoas);
- ☐ Porque me ajudou a melhorar o meu relacionamento intrapessoal (comunicação consigo mesmo - dúvidas, dilemas, escolhas e etc);
- ☐ Porque me deu orientações de estudo;
- ☐ Porque me ajudou a resolver um problema que estava afetando o meu andamento no curso;
- ☐ Outro:

Em relação aos Programas Universais, você já foi contemplado no edital do Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso já tenha sido contemplado no edital do Programa de Incentivo a Cultura, Esporte e Lazer Discente, relate aqui a sua experiência e a importância dessa atividade no seu percurso acadêmico.

Responder apenas se tiver marcado sim na resposta anterior. Se possível coloque o nome do projeto.

Anexo III – Convite para responder ao questionário

Frente

Recebe Auxílio Permanência?

Colabore com a minha pesquisa!

Basta responder um breve questionário.

Quando:

16/02 – Quinta-feira (noturno) Horário: 18:30 às 22:30

Local: Laboratório de Informática nº 05

17/02 – Sexta-feira (matutino) Horário: 08:00 às 12:45

Local: Laboratório de Informática nº 03

Ajude a melhorar o Auxílio Permanência!



Será oferecido um lanche!

Verso

Prezado(a) aluno(a),

Meu nome é Luana Meneses sou Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Brasília *campus* Samambaia e aluna do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária do Instituto Politécnico de Santarém.

Estou realizando um estudo que trata da **Eficácia do Auxílio Permanência na vida dos alunos do IFB *campus* Samambaia.**

O preenchimento do questionário de pesquisa poderá colaborar com a melhoria do Auxílio Permanência no IFB.

Os dados obtidos serão utilizados na pesquisa e a divulgação dos resultados será realizada preservando-se a identidade do aluno.

Sua participação é muito importante.